



UFPB



UFC



UFPE



UESC



UFRN



UFS



UFPI

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
E MEIO AMBIENTE**

**ANTONIO RAFAEL BARBOSA DE ALMEIDA**

**ECOTURISMO E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE  
DE FORTE VELHO, PB: DIAGNÓSTICO E PROPOSIÇÕES**



**PRODEMA**

**João Pessoa-PB  
2016**

**ANTONIO RAFAEL BARBOSA DE ALMEIDA**

**ECOTURISMO E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE  
DE FORTE VELHO, PB: DIAGNÓSTICO E PROPOSIÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

**João Pessoa-PB  
2016**

A447e Almeida, Antonio Rafael Barbosa de.  
Ecoturismo e turismo de base comunitária na comunidade de Forte Velho, PB: diagnóstico e proposições / Antonio Rafael Barbosa de Almeida.- João Pessoa, 2016.  
131f. : il.  
Orientador: Rodrigo Freire de Carvalho e Silva  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/PRODEMA  
1. Meio ambiente - desenvolvimento. 2. Turismo - base comunitária. 3. Ecoturismo. 4. Forte Velho-PB. 5. Estuário - Rio Paraíba.

UFPB/BC

CDU: 504(043)

**ANTONIO RAFAEL BARBOSA DE ALMEIDA**

**ECOTURISMO E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE  
DE FORTE VELHO, PB: DIAGNÓSTICO E PROPOSIÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovado em: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva - UFPB

Orientador

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Cristina Basílio Crispim da Silva - UFPB

Examinadora interna

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Patrícia Alves Ramiro - UFPB

Examinadora externa

## AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho não se deu apenas do esforço individual de seu autor, mas também do empenho e da contribuição de pessoas e entidades que, em algum momento da pesquisa pode cooperar direta ou indiretamente para sua conclusão. Assim, o pesquisador agradece a todos que, através de críticas, incentivo e colaboração, contribuíram para o alcance dos objetivos propostos. É necessário, porém, registrar alguns nomes que viram, com maior proximidade, o planejamento, a execução e a finalização deste trabalho.

Agradeço a comunidade de Forte Velho que, mesmo com suas dificuldades, buscou contribuir ativamente com o estudo, me acolhendo não somente enquanto pesquisador, mas como um amigo da própria comunidade.

Agradeço também ao meu orientador, professor Rodrigo Freire, que durante todas as etapas da pesquisa ofereceu a sustentação necessária para viabilização da mesma. Agradeço à dedicação de seu tempo às leituras da dissertação e as suas sugestões de melhoria realizadas.

Ainda, é preciso agradecer ao Prodepa por, em meio a tantos imbróglis que acometem uma universidade pública, conseguir dosar sensibilidade e tolerância com resultados e firmeza, sempre buscando apoiar os alunos e suas práticas de pesquisa. Agradeço a todos os professores que fazem o programa, com carinho especial as professoras Maria Cristina Crispim e Maristela Andrade.

Agradeço as instituições que colaboraram com o estudo, como a PBTur, na pessoa da senhora Maria Belizário, e a New Holland Foundation, na pessoa de seu diretor Oscar Hefting.

Por fim, agradeço a minha família, em especial a minha mãe, e aos meus amigos mais próximos que me fizeram manter a serenidade e a confiança necessária para concluir este estudo.

Nada mais negador do sentido do universo que a homogeneidade e a imposição de um só modo de produção, do pensamento único, tão em voga há tempos atrás (there is no alternative), de uma só visão de mundo, de uma religião e das monoculturas.

**Leonardo Boff**

## RESUMO

Enquanto prática vinculada ao capital, o turismo tem apresentado capacidade de reorganizar-se em torno de propostas mais brandas e aceitáveis de consumo do ambiente e da cultura local, na perspectiva de legitimar a expansão de suas atividades. O ecoturismo, entendido neste trabalho como um segmento ou modalidade turística, e o turismo de base comunitária (TBC), como uma proposta de organização de sua prática, podem ser vistos como respostas, intencionais ou não, da internalização de temas como o desenvolvimento sustentável, conservação da natureza, inclusão e redução da pobreza. Embora a participação comunitária no turismo, especialmente aquele realizado em ambientes naturais parcialmente conservados, não seja fato recente, a condução de iniciativas que centralizem os agentes locais enquanto protagonistas do processo de estímulo, de planejamento e da prática turística tem-se delineado apenas nas duas últimas décadas no país. A promoção de experiências comunitárias de turismo têm viabilizado a geração de renda e a superação da pobreza por meio desta atividade, ao passo que também inclui as demandas relativas à conservação do ambiente local. A comunidade de Forte Velho, Santa Rita-PB, reúne atrativos que ensejariam a discussão sobre a prática turística naquele espaço, articulando medidas para inserção comunitária nesta proposta. Este trabalho teve como objetivo geral diagnosticar a atividade turística realizada na comunidade de Forte Velho e em seu entorno - região inserida no estuário do rio Paraíba - verificando a perspectiva da inclusão de propostas relacionadas ao ecoturismo e ao turismo de base comunitária neste espaço. Através de uma abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas junto a oito residentes da comunidade, selecionados por critério de acessibilidade, com perfis distintos, visando o entendimento sobre a realidade local a partir das questões fundiárias, sociais, culturais, ambientais e econômicas. Na sequência, a comunidade foi convidada a participar de oficinas voltadas ao diagnóstico participativo do turismo no espaço estudado, o que possibilitou elucidar como esta atividade era vista à luz daquela amostra, quais as principais deficiências e benefícios gerados, além de possibilitar o registro da oferta turística local através da inventariação. A partir dos resultados alcançados, mesmo ao incluir os conflitos e as fragilidades presentes na comunidade, visualiza-se a possibilidade de fomento ao TBC, mas para que isto possa ocorrer, são apresentadas ressalvas e sugestões aos moradores interessados na articulação de medidas que aproximem a base comunitária ao turismo já realizado no local.

**Palavras-chave:** Turismo de Base Comunitária. Ecoturismo. Forte Velho-Paraíba. Estuário do rio Paraíba.

## ABSTRACT

The tourism, as a practice tied to the capital, has presented capacity to reorganizing itself around milder and more acceptable proposals of consumption of the local environment and culture, with the perspective of legitimating the expansion of its activities. The environmental friendly tourism, understood within this project as a segment or category of tourism, and the Tourism of Community Base (also known as TBC), a proposal of organizing its practice, can be seen as response, whether intentional or not, of subjects like sustainable development, nature preservation, inclusion and reduction of poverty being internalized. Even though the community participation in the tourism, specially the sort done at conserved natural environments, is not really recent, the management of the initiatives that centralize the local agents as main characters of the process of stimulating, of planning and of the touristic practice has been being outlined only over the last two decades in the Country. The promoting of the community experiences in tourism has allowed income generation and the overcoming poverty through the means of this activity, at the same time it also includes the demands regarding the conserving of the local environment. The community of Forte Velho, Santa Rita-PB, gathers attractions that would raise the debate regarding the touristic practice at that area, articulating measures for community insertion within this proposal. This project has as general objective to diagnose the touristic activities done at the Forte Velho community and it's surrounding area – a region inserted at the estuary of the Paraíba River – and verify the perspective of including proposals related to the environmental friendly tourism and the Tourism of Community Base in this area. Based on a qualitative approach, interviews were done with eight community residents, those were selected by a criteria of accessibility, with distinct profiles, with the goal of understanding the local reality from land, social, cultural, environmental and economic matters. After that, the community was invited to take part in workshops focused on participation diagnosys of tourism in the studied area as per oriented by Salvati (2003) and of the International Labor Organization - ILO (2011), which allowed to explain how the tourism was seen through the light of that sample: which was the main deficiencies and benefits generated, and also make it possible the recording of the local touristic offer through inventory. Even though it includes the conflicts and frail points present within the community, from the obtained results, the feasibility and its possibility of the TBC can be seen. In order for it to come true, however, some reservations and suggestions are presented to the residents interested in articulating the measures which bring the community base and the tourism that already takes part in the area closer.

**keywords:** Tourism of Community Base. Ecotourism. Community of Forte Velho- Paraíba. Estuary of the Paraíba River.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABETA	Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura.
AESA	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba.
ANPTUR	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
CBTS	Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável.
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo.
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
IFPB	Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MMA	Ministério do Meio Ambiente.
MTur	Ministério do Turismo.
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
OMT	Organização Mundial do Turismo (UNWTO - <i>World Tourism Organization</i> ).
ONU	Organização das Nações Unidas.
PBTur	Empresa Paraibana de Turismo.
PCTS	Programa de Certificação do Turismo Sustentável.
PIB	Produto Interno Bruto.
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

PROECOTUR	Programa Para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal.
Rede TUCUM	Rede Cearense de Turismo Comunitário.
Rede TURISOL	Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário.
REDTURS	<i>Red de Turismo Comunitario de America Latina</i>
RIO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.
RMJP	Região Metropolitana de João Pessoa.
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SIG	Sistema de Informação Geográfica.
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
TBC	Turismo de Base Comunitária.
TRC	Turismo Rural Comunitário
UC	Unidade de Conservação.
UFPB	Universidade Federal da Paraíba.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
WWF	<i>World Wide Fund for Nature.</i>

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Processo de planejamento do ecoturismo, Salvati (2003) .....	42
Figura 2 - Linha do tempo do Ecoturismo no Brasil .....	45
Figura 3 - Mapa da região que compreende o estuário do rio Paraíba, PB. ....	64
Figura 4 - Vista parcial da comunidade de Forte Velho em matéria jornalística na década de 1990 .....	67
Figura 5 - Antigas casas com telhado de palha formavam uma tradicional vila em Forte Velho .....	70
Figura 6 - Moradora de Forte Velho exibindo uma antiga veste do grupo de Coco de Roda. .	72
Figura 7 - Área privada impactada pela carcinicultura em Forte Velho, PB.....	75
Figura 8 - Reuniões (oficinas) realizadas na comunidade de Forte Velho. ....	78
Figura 9 - Disposição inadequada de resíduos sólidos na comunidade de Forte Velho, PB....	81
Figura 10 - Oficina de Diagnóstico Turístico - Inventariação da oferta turística local .....	85
Figura 11 - Atividade turística realizada na ilha da Restinga.....	86
Figura 12 Rio da Guia desagua no estuário do rio Paraíba e apresenta potencial o turismo....	87
Figura 13 - Vista parcial e panorâmica de trechos da trilha de acesso à Atalaia de Forte Velho .....	88
Figura 14 - Ruínas da Atalaia de Forte Velho .....	90
Figura 15 - Transporte fluvial utilizado pela população de Forte Velho.....	91

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1- Perfil dos entrevistados .....	79
Tabela 2 - Apresentação dos resultados do Inventário .....	96
Quadro 1 - Princípios do ecoturismo .....	36
Quadro 2 - Classificação das Unidades de Conservação de acordo com o SNUC (2000).....	47
Quadro 3 - Iniciativas de TBC incluídas na Rede Turisol.....	61
Quadro 4 - Carências e fragilidades no desenvolvimento turístico observadas sob a ótica comunitária apontadas durante as oficinas de diagnóstico do turismo em Forte Velho, PB....	83
Quadro 5 - Inventário - Principais atrações - sítios naturais.....	86
Quadro 6 - Inventário - Principais atrações - manifestações culturais .....	89
Quadro 7 - Inventário - Infraestrutura disponível.....	90
Quadro 8 - Inventário - Equipamentos turísticos - empresas e ações produtivas.....	92
Quadro 9 - Inventário - Serviços turísticos (passeios).....	93
Quadro 10 - Inventário - Entidades atuantes .....	94
Quadro 11 - Recomendações para a estruturação do Turismo de Base Comunitária na comunidade de Forte Velho, PB .....	108

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>O SEGMENTO DAS VIAGENS E DO TURISMO NO CONTEXTO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS</b> .....	<b>21</b>
<b>3.1</b>	<b>O turismo e sustentabilidade: uma relação possível?</b> .....	<b>27</b>
<b>3.2</b>	<b>O ecoturismo: conceitos, princípios, possibilidades e realidades</b> .....	<b>32</b>
<b>3.3</b>	<b>A complexidade da atividade ecoturística</b> .....	<b>39</b>
<b>3.4</b>	<b>Ecoturismo: experiências e políticas brasileiras</b> .....	<b>44</b>
<b>4</b>	<b>O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA</b> .....	<b>50</b>
<b>4.1</b>	<b>Integrando o ecoturismo e o turismo de base comunitária</b> .....	<b>50</b>
<b>4.2</b>	<b>O Turismo de Base Comunitária (TBC)</b> .....	<b>52</b>
<b>4.3</b>	<b>Turismo de Base Comunitária no Brasil: estruturas locais e funcionamento</b> .....	<b>57</b>
<b>5</b>	<b>DIAGNÓSTICO TURÍSTICO DA COMUNIDADE DE FORTE VELHO</b> .....	<b>63</b>
<b>5.1</b>	<b>Caracterização - o estuário do rio Paraíba</b> .....	<b>63</b>
<b>5.2</b>	<b>A comunidade de Forte Velho</b> .....	<b>66</b>
<b>5.3</b>	<b>Diagnóstico situacional - Forte Velho do coco-de-roda à luta pela terra - carências, conflitos e transformações</b> .....	<b>69</b>
<b>5.4</b>	<b>Diagnóstico turístico participativo de Forte Velho, PB</b> .....	<b>77</b>
5.4.1	Oficinas.....	78
5.4.2	Inventário da oferta turística.....	84
<b>5.5</b>	<b>Forte Velho, <i>locus</i> do turismo? Uma análise sobre a atividade turística local</b> .....	<b>95</b>
<b>5.6</b>	<b>Buscando a base comunitária para o turismo em Forte Velho: respostas e propostas</b> .....	<b>103</b>
5.6.1	Contribuições para o Turismo de Base Comunitária em Forte Velho.....	107
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>113</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>115</b>
	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>123</b>
	Apêndice I - Inventário fotográfico.....	124
	Apêndice II - Modelo de roteiro de base comunitária.....	128
	Apêndice III - Roteiro de Entrevistas.....	129

## 1 INTRODUÇÃO

Já se passou cerca de meio século desde o início e a consolidação do movimento ambiental na agenda estratégica mundial. Se no passado as discussões estavam restritas a grupos reduzidos de pesquisadores, hoje o discurso ambiental ecoa nas mais variadas esferas da sociedade - política, negócios, arte, cultura, lazer, entre tantas outras. Encontrar um modelo de organização política, econômica e social que considere o meio natural, seus recursos e limitações, tem sido alvo de estudos, pesquisas e debates nos mais distintos espaços.

Ao turismo tem sido dado o *status* e a responsabilidade na vanguarda, dentre os demais setores econômicos, na busca pela conservação dos recursos ambientais. Não por qualquer motivo, mas sim, por ser esta uma atividade que depende, sobretudo, do ambiente e de seus recursos para existir (RUSCHMANN, 2012). Internalizar a sustentabilidade no turismo, porém, tem-se mostrado um desafio ainda distante de ser alcançado.

Por outro lado, a busca pela sustentabilidade nesta atividade tem mobilizado governos, instituições de fomento, agentes do *trade* e acadêmicos em torno de experiências e alternativas de desenvolvimento que integrem a geração de renda, a equidade social e a responsabilidade ambiental. É assim que o ecoturismo, enquanto um consumidor direto dos espaços e das paisagens naturais, organiza-se a partir dos conceitos e dos princípios do turismo sustentável para se constituir como uma das modalidades de maior evolução dentro da atividade turística (WEARING; NEIL, 2014).

Apesar disso, as iniciativas turísticas baseadas no espaço natural nem sempre convergem para os princípios da sustentabilidade, mesmo quando são apresentadas e comercializadas sob estas condições. Um dos aspectos mais críticos está na participação dos atores sociais nestas experiências e no desenvolvimento das comunidades locais por meio dessa atividade. A integração das medidas de conservação ambiental às políticas de desenvolvimento local tem encontrado dificuldade para se estabelecer, bem como para se consolidar.

Nesta direção, a emergência de iniciativas de turismo realizadas em comunidades tradicionais tem buscado o desenvolvimento de práticas turísticas atentas às necessidades e intenções dos atores locais e comprometidas com as medidas de conservação ambiental e sustentabilidade. O crescimento de diversos projetos, reunidos aqui sob o título de turismo de base comunitária (TBC), chama a atenção em vários aspectos - dentre eles, o protagonismo das comunidades locais, a organização interna, o planejamento das atividades e a integração dos atores locais e destes com os demais agentes do *trade* turístico.

Por mais que o TBC emergja com uma abordagem mais recente, includente e democrática de organização da atividade turística, não se trata de uma evolução dos conceitos e das práticas do ecoturismo, tampouco, tem por missão de suplantá-la. Ao contrário, esta prática tem sido estimulada em diferentes contextos e vinculada a distintos enfoques e segmentos turísticos. Nessa perspectiva, o TBC pode integrar-se ao ecoturismo voltando-se a questões como a geração de renda, a superação da pobreza, a conservação ambiental e o desenvolvimento endógeno.

É assim que se pretende analisar e discutir os recursos e as potencialidades locais da atividade turística na região estuarina do rio Paraíba, mais precisamente na comunidade de Forte Velho, Santa Rita-PB, - isto é, vinculando à conservação ambiental e a inserção das comunidades do entorno no planejamento, na gestão e na prática turística ali realizada.

O estuário do rio Paraíba está intimamente relacionado com o início da colonização do Estado da Paraíba e guarda, até os dias atuais, importantes recursos históricos, econômicos e culturais da região onde está inserido. Ao considerar seus aspectos ecológicos, o estuário abarca um conjunto diverso de sistemas e ambientes de alta produtividade ecológica, sendo habitat de espécies marinhas, terrestres e estuarinas. A necessidade de manter este ambiente equilibrado e sadio é reconhecida nacionalmente, a partir da Portaria Ministério do Meio Ambiente nº 09 de 23/01/2007 (BRASIL, 2007), que a insere o estuário como área prioritária para conservação.

Mesmo sob esta recomendação, o avanço das atividades antrópicas tem interferido acentuadamente na dinâmica ecológica desse ambiente, alterando o equilíbrio dos ecossistemas ali existentes e das espécies que habitam aquele espaço, como mostram os estudos de Nishida et al. (2004), Marcelino et al. (2005) e Stevens (2012). Contudo, a necessidade de instaurar medidas de conservação perpassa ao encontro de alternativas viáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental para este espaço. Sendo assim, apontar atividades econômicas que possam usufruir dos provimentos oferecidos pela região estuarina considerando a necessidade de sua conservação e a integração das populações tradicionais residentes surge como uma necessidade na manutenção equilibrada daquele ambiente.

O turismo é uma atividade já realizada em diferentes pontos do estuário do rio Paraíba e de seu entorno. A praia fluvial do Jacaré detém maior destaque na visitação - em pesquisa realizada entre dezembro/2014 a janeiro/2015, este atrativo foi o segundo ponto mais visitado por turistas na área que compreende a Região Metropolitana de João Pessoa - RMJP (IFEP, 2015). Outros atrativos que margeiam ou integram a região estuarina também são espaços importantes de visitação turística como a Fortaleza de Santa Catarina e a ilha da Restinga no

município de Cabedelo, a “prainha” e a igreja da Guia, em Lucena, bem como a comunidade de Forte Velho, pertencente ao município de Santa Rita. Apesar disso, a prática turística neste espaço é pouco planejada e não tem contribuído com a conservação dos recursos naturais e da valorização da cultural local. Ao contrário, o crescente interesse em conhecer os atrativos dessa região e a conseqüente instalação de equipamentos turísticos, além de empreendimentos de outras naturezas, podem agravar as problemáticas existentes nesta área.

Por outro lado, cessar o desenvolvimento desta atividade não parece ser uma ação viável, já que trata-se de um setor produtivo que, além de gerar renda, tem projetado a imagem do Estado para o Brasil e o mundo e que, ainda, apresenta potenciais intrínsecos e ainda pouco explorados na área de estudo. Logo, oferecer meios para que esta atividade venha a ser estimulada buscando compatibilizar geração de renda, inclusão social e conservação ambiental torna-se um desafio a ser assumido naquele espaço.

É assim que o turismo, viabilizado a partir da inserção dos atores comunitários e com ênfase na proteção da biodiversidade local, pode conduzir, juntamente com outras condicionantes, à instauração de um cenário favorável à conservação do ambiente estuarino. Nesta direção, a proposição de um estudo teórico que abarque os potenciais, as fragilidades e as implicações em se fomentar a prática do turismo neste espaço pode trazer relevante contribuição para nortear a atividade para o desenvolvimento sustentável.

No estudo realizado tem-se como objetivo central diagnosticar a atividade turística realizada na comunidade de Forte Velho e em seu entorno - região inserida no estuário do rio Paraíba - e verificar a perspectiva da inclusão de propostas relacionadas com ecoturismo e com o turismo de base comunitária neste espaço. Na tentativa de alcançar o objetivo principal, listam-se aqui os objetivos específicos do estudo:

- Realizar uma revisão teórica sobre desenvolvimento sustentável, ecoturismo, turismo de base comunitária.
- Levantar os principais atrativos e potencialidades do turismo na área de estudo, bem como os principais entraves e perspectivas para que isto aconteça.
- Analisar a participação dos grupos de interesse para o desenvolvimento turístico verificando perspectivas para o desenvolvimento do turismo de base comunitária.
- Oferecer contribuições para a construção do planejamento participativo do TBC na comunidade de Forte Velho.

Este estudo tem caráter exploratório e descritivo já que o pesquisador procura investigar, descobrir, descrever ou mapear padrões de comportamento de um determinado

objeto de estudo que ainda não foram totalmente elucidados (SCHLÜTER, 2003; VEAL, 2011). A abordagem utilizada é a qualitativa, com a utilização de um conjunto de técnicas para coleta de dados com entrevistas individuais, observação participante e realização de oficinas comunitárias voltadas a uma amostra não probabilística dos residentes de Forte Velho, comunidade ribeirinha pertencente à zona rural do município de Santa Rita, PB.

Assim, propõe-se a realização de um diagnóstico participativo da atividade turística em Forte Velho, abrangendo também áreas com potencial turístico localizadas nas proximidades da comunidade, margem esquerda do estuário do rio Paraíba. Para que isto possa ocorrer, o estudo foi dividido nas seguintes etapas: i) revisão bibliográfica; ii) diagnóstico, e; iii) contribuições para o desenvolvimento turístico e ecoturístico na região estudada.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### *i) Revisão bibliográfica*

Na primeira etapa da pesquisa buscou-se, por meio da revisão de literatura e da análise documental, compreender a interface entre a crise ambiental, o desenvolvimento sustentável e a cadeia turística. O turismo sustentável, enquanto resposta oferecida pelo setor na perspectiva de gerar uma atividade mais branda no ponto de vista ambiental, e o ecoturismo, que se consolidou como um dos segmentos de grande relevância para o setor, são analisados à luz de autores como Salvati, (2003), Coriolano (2007), Ruschmann (2012), Wearing e Neil (2014) que, além de discutirem as bases teóricas e os princípios que envolvem a sua prática, também apontam as incongruências e as implicações decorrentes do fomento desta atividade, especialmente na conservação dos recursos naturais e, em maior ênfase, nas medidas de inclusão dos atores locais nos planejamento, gestão e operação do ecoturismo local.

Em um segundo momento, a revisão bibliográfica debruçou-se sobre a inserção das comunidades locais, especialmente aquelas inseridas em áreas de virtuosos recursos naturais e culturais, na prática turística e trouxe o turismo de base comunitária (TBC) como um meio para inclusão dos agentes locais no turismo. Nesta pesquisa foi possível, ainda, pontuar experiências nacionais de TBC e observar as necessidades e os desafios imbuídos no processo de transformação de pequenas comunidades em destinos turísticos.

Para a composição do referencial teórico ligado ao TBC foram analisados estudos de Maldonado (2009), Irving (2009) Coriolano (2006; 2012), Sampaio (2009; 2014), Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009), Mielke e Pegas (2013), entre outros, que focam principalmente o cenário desta atividade a nível nacional. A participação deste pesquisador no II Encontro da Rede Turisol de Turismo Comunitário e Solidário e da oficina de Turismo de Base Comunitária (ANPTUR) ofereceu contribuições para a observação de experiências nacionais de TBC, bem como os principais entraves para o fortalecimento desta prática no país.

### *ii) Diagnóstico*

A fase diagnóstica foi subdividida em duas etapas: uma de gabinete e outra de campo. A pesquisa de gabinete fez-se necessária para realizar a caracterização da realidade econômica, social e ambiental da área de estudo, com auxílio dos dados proveniente do IBGE, do Plano Diretor do município de Santa Rita (2006), bem como de estudos acadêmicos publicados em periódicos nacionais. No que diz respeito ao turismo, foi adotado como fonte de dados as instituições de fomento ao setor no âmbito nacional, a exemplo do Ministério do

Turismo, da EMBRATUR, do SEBRAE, da PBTur, assim como, de organismos internacionais, a exemplo da Organização Mundial do Turismo (OMT) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Já na pesquisa de campo inicialmente foi buscada a compreensão acerca da realidade local no que tange às atividades econômicas, às carências e às fragilidades encontradas no ambiente comunitário. Para isto, o pesquisador aproximou-se da comunidade estudada na intenção de criar laços de confiança com os atores locais, conhecer a organização comunitária e identificar os personagens, as histórias, as atividades e os conflitos que permeiam o cotidiano dos habitantes daquela povoação. O processo de interação entre o pesquisador e o seu objeto de estudo foi mediado a partir da realização de oito entrevistas junto aos moradores locais, momento em que o olhar e o ouvir etnográfico (OLIVEIRA, 2000) se mostraram ferramentas valiosas para perceber e registrar os vários discursos, o ambiente e as suas realidades.

Para a realização das entrevistas foram priorizadas pessoas que possuíam fortes vínculos com a comunidade, não importando se eram nascidas e/ou criadas na localidade, mas que residissem e possuíssem convívio diário no espaço pesquisado. Buscou-se, ainda, perfis distintos de entrevistados quanto a idade, gênero e ocupação - neste último aspecto, foram entrevistados líderes comunitários, pequenos empreendedores, pescadores, gestor escolar, aposentados e artesãos, escolhidos pelo critério de acessibilidade (VERGARA, 2003). A predominância de entrevistados acima de cinquenta anos deu-se pelo fato que estas pessoas foram mais receptivas com a pesquisa, bem como, pelo acentuado número de indivíduos nesta faixa etária ali residindo.

As entrevistas com os atores locais foram realizadas individualmente, porém em alguns casos, membros de suas famílias interviram nas respostas. Cada entrevista teve duração máxima de uma hora e foram registradas com o auxílio de um gravador de voz. Faz-se necessário dizer que pesquisador teve em mãos um roteiro, que nem sempre foi seguido - caracterizando a pesquisa como semiestruturada. As respostas conseguidas durante a realização desta etapa subsidiaram a elaboração da fase inicial do diagnóstico situacional de Forte Velho e de seu entorno, envolvendo questões fundiárias, sociais, culturais, ambientais e econômicas.

Com o entendimento parcial sobre a organização comunitária da localidade, foi possível avançar para a etapa seguinte do estudo: a avaliação acerca da atividade turística praticada naquele espaço. Para que isto pudesse ocorrer, o pesquisador reuniu membros da comunidade, participantes ou não da fase anterior do estudo, para tratar da atividade em âmbito local por meio de oficinas de diagnóstico as quais permitiram conhecer e registrar as

carências e as potencialidades que envolvem a atividade turística de acordo com aquela amostra.

Para a realização destes encontros foram adotadas ferramentas de mobilização e sensibilização na tentativa de ampliar o número de participantes e, assim, poder gerar um efetivo conhecimento a respeito da dinâmica e do comportamento do turismo local. O processo de condução das oficinas foi realizado à luz das orientações de Salvati (2003), da OIT (2011), dentre outros autores que adotam ferramentas de planejamento turístico que incluem o diálogo e a participação.

Esta fase incluiu, ainda, o levantamento do potencial turístico de Forte Velho e da região de entorno por meio da inventariação da oferta turística existente na localidade. A aplicação do inventário turístico viabilizou o conhecimento sobre a realidade local no que tange às atrações (sítios naturais e manifestações culturais), equipamentos e serviços turísticos e das entidades atuantes na comunidade. Apesar de haver instrumentos complexos de inventariação, a exemplo da metodologia de Inventário da Oferta Turística do MTur, esta pesquisa adotou um modelo simplificado, preferindo, até mesmo por questões logísticas e temporais, realizar apenas a listagem da oferta existente, juntamente com uma breve descrição, a realizar a análise detalhada sobre os mesmos.

É válido ressaltar que, durante a pesquisa de campo o pesquisador adotou uma posição de interação ativa com os agentes da comunidade, ouvindo, interpretando e dialogando com os entrevistados acerca de sua realidade, dos seus problemas e de como o turismo é realizado na comunidade e na região de entorno. Esse posicionamento frente ao objeto de estudo alinha-se às propostas ligadas à observação participante, que na visão de Oliveira (2000, p. 24) só é possível quando o “pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima, pelo menos afável, de modo que impeça a necessária interação”.

Os dados colhidos durante a fase de campo foram analisados a partir da abordagem qualitativa e subsidiaram a construção do diagnóstico turístico participativo vislumbrando, além do registro atual de como a atividade se apresenta (estruturas, serviços e pessoas que trabalham com os visitantes), quais as suas perspectivas no que tange ao desenvolvimento turístico e a viabilidade de propor uma atividade orientada pela sustentabilidade e pela participação comunitária.

*iii) Contribuições*

O diagnóstico turístico, viabilizado através da participação comunitária, servirá como base para a compreensão das potencialidades e fragilidades no fomento da atividade, assim como para a construção de recomendações para o desenvolvimento desta atividade com base nos princípios do desenvolvimento sustentável e a participação comunitária. Estas contribuições poderão servir como subsídio para instaurar esta atividade em Forte Velho, bem como, de outras comunidades integrantes do estuário do rio Paraíba que porventura possam se interessar em articular ações ligadas à visitação.

### **3 O SEGMENTO DAS VIAGENS E DO TURISMO NO CONTEXTO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS**

Na segunda metade do século XX, áreas naturais, legalmente protegidas ou não, dotadas de valores paisagísticos, contemplativos, biológicos e culturais, despontaram como destinos turísticos capazes de atrair fluxos intensos e sazonais de visitantes em todo o mundo criando uma forte e ascendente atividade – o ecoturismo. Alvo do investimento privado, sendo alguns desses de grupos de grande envergadura econômica e das políticas de governo, o ecoturismo torna-se uma das modalidades turísticas que mais vem sendo incentivada por estes e outros agentes - proprietários de terras, organizações sem fins lucrativos, assim como a mídia turística.

O crescimento das cidades atrelado às necessidades dos habitantes das áreas urbanas no (re)encontro com a natureza em seus momentos de ócio e lazer, a fuga momentânea dos centros urbanos e de seus problemas, a contemplação das paisagens e da biodiversidade local, além do contato com pequenas comunidades locais são apontadas por vários autores como evidências para o crescimento da prática turística em espaços naturais (RUSCHMANN, 2012; SABINO et al., 2012; WEARING; NEIL, 2014).

Numa perspectiva mais abrangente, Meirelles Filho (2008, p.46) oferece indícios que corroboram com o pensamento acima, ao dizer que o ecoturismo é uma “oportunidade para experimentar o novo, reviver o contato com o mundo natural, perdido na metrópole, oportunidade para o encontro com sua própria individualidade”. Para ele, é também um meio de resgatar o homem urbano de sua “vida estressante”.

Todavia, as premissas até aqui apresentadas não são suficientes para justificar por si só as proporções tomadas por esta atividade - que tem altos índices de crescimento até os dias atuais. Para entender o desenvolvimento do ecoturismo, enquanto atividade econômica relevante é necessário, portanto, compreender um contexto ainda mais amplo. O estímulo à realização das atividades de turismo em ambientes naturais, especialmente aquelas praticadas com a preocupação em não comprometer o ambiente onde é desenvolvido, não foi uma ação isolada e sem direcionamento. Antes de tudo, este movimento esteve alinhado com ideologias e diretrizes advindas do movimento ambiental em expansão já em fins da década de 1970 até início da década de 1990 (DALE, 2005), sendo assim, torna-se importante estudar e relacionar o crescimento da atividade do ecoturismo no contexto das questões ambientais - especialmente, quando do surgimento, difusão e incentivo à prática do “Turismo Sustentável”.

O turismo enquanto prática relacionada ao capital é uma das atividades mais emblemáticas do consumo - seja do ambiente natural, do espaço, dos costumes e da cultura (RODRIGUES, 1999). Na visão de Coriolano (2007) a atividade turística apropria-se dos elementos naturais para existir enquanto prática econômica - transformando a natureza em recursos (mercadorias) comercializados sob a ótica da acumulação do sistema capitalista. Ainda à luz da referida autora, a atividade é uma ávida consumidora do espaço e submete fragmentos naturais frágeis a um fluxo intensivo e conflituoso de visitantes.

Ao passo que a indústria do turismo expandia-se no mundo contemporâneo, emergia um cenário econômico e social que induziu à utilização cada vez mais acentuada dos recursos naturais. Um descompasso entre produção, consumo e descarte provocado pela chamada “sociedade do consumo” que veio a gerar a atenção sobre o comprometimento da capacidade de suporte e regeneração dos ecossistemas naturais. Esta sociedade - na qual o turismo é um de seus principais expoentes - alinha-se não apenas pela aquisição de bens, mas pelo desejo social da acumulação que dá suporte a toda a estrutura necessária para que este processo possa, até certo ponto, sustentar-se. É um ciclo que, para Retondar (2008), tem fim no próprio desejo de consumir.

Por meio da Revolução Industrial, que teve em seu cerne o avanço da tecnologia e da inovação durante meados do século XVIII e XIX, observaram-se alterações profundas nos padrões econômicos de produção vistos até os dias atuais. As mudanças daquela época fizeram ampliar a produção em massa de mercadoria e a conseqüente expansão das trocas comerciais, refletindo nas relações sociais da época, assim como nas condições da saúde humana e da sustentabilidade ambiental (PEREIRA; CURI, 2012).

Durante meados do século XX os países ocidentais estiveram orientados aos desafios impostos pelo pós Segunda Guerra Mundial, isto é, pela reestruturação e continuidade do crescimento econômico nos países desenvolvidos, pelo fortalecimento da ideologia capitalista em países subdesenvolvidos e pela desarticulação das forças socialistas. Neste contexto, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1945, reforçou e legitimou o momento desenvolvimentista que os países orientados pelo capitalismo passavam. Lembra Veiga que a instauração da entidade tem como um de seus pilares “favorecer as condições de progresso e desenvolvimento econômico e social” (VEIGA, 2013, p.15) na busca daquilo que o autor chama de “governança para o desenvolvimento”, capitaneadas pelas nações desenvolvidas do ocidente.

Assim, em um curto espaço de tempo – cerca de meio século – o mundo assistiu a processos de transformações profundos em várias esferas: no que tange à inclusão de novos

paradigmas da ciência, às mudanças em modelos produtivos, especialmente na indústria e no campo, e alterações nos hábitos de vida das populações resultado de fatores históricos, econômicos, políticos, tecnológicos e sociais. Essas mudanças influenciaram os hábitos de consumo, a produção industrial e alteraram sensivelmente as relações entre a sociedade e a natureza - tornando este convívio cada vez mais conflituoso.

Os questionamentos acerca do modelo econômico e social vigente a partir do pensamento ambiental emergiram meio à crise na “era do desenvolvimento e do progresso econômico” (LIMA, 2003) e foram fortalecidos através da atuação de parte significativa da comunidade acadêmica, de grupos ambientalistas e das minorias políticas e sociais. Garcia (2008) trouxe uma breve análise temporal sobre as mudanças históricas e seus reflexos na maneira como os indivíduos observam e se relacionam com o ambiente natural, o campo, a cidade e os animais entre a idade média até os dias atuais. Para a mesma, “houve uma ressignificação da relação sociedade e natureza que descentralizou o indivíduo e criou um novo centro de relações” (GARCIA, 2008, p. 53).

É, então, naquele momento que os problemas ambientais locais foram sendo apresentados e relacionados como resposta às interferências da ação humana. Cientistas e pensadores relataram através de contundentes discursos a necessidade de nova visão de mundo, o reestabelecimento da sadia relação homem e natureza e o surgimento de um novo paradigma para a ciência ambiental. Não se trata, entretanto, de um processo de fácil aceitação ou isento de críticas, mas que aos poucos ressoou em outras áreas da sociedade - especialmente nos grupos como estudantes, feministas e do movimento hippie (ALMEIDA, 2002).

Foi assim que, através da publicação “*Silent Spring*” (em português, “Primavera Silenciosa”), de 1962, da autora Rachel Carson, o mundo assistiu às primeiras denúncias de propagação da poluição ambiental nos EUA por pesticidas, livro que se tornaria, anos mais tarde, um dos principais marcos do movimento ambiental. Carson, através de sua obra, abre caminho para a publicação de outros cientistas que contribuiriam com o avanço do pensamento ambiental.

Capra alertou sobre a conexão e interdependência entre os fenômenos naturais e sociais a partir da concepção sistêmica, que integra os agentes e os inter-relaciona. Logo, para o estudo das questões ambientais, Capra propôs a integração dos vários campos da ciência a partir da estrutura de teia - “a teia da vida” - em contraposição à fragmentação e ao isolamento do conhecimento trazido pelo modelo Cartesiano.

Ainda de acordo com a concepção sistêmica, Lovelock, em fins da década de 1960, enfatizou a ruptura dos padrões naturais acarretadas ou potencializadas pelas atividades humanas. Ele indica uma única alternativa viável: o entendimento do planeta Terra enquanto um organismo vivo, dinâmico e autorregulado a partir do que vem a chamar de hipótese Gaia.

Para Lovelock (2008, p. 188) “enquanto não sentirmos intuitivamente que a Terra é um sistema vivo e não soubermos que fazemos parte dela, não poderemos reagir de forma automática para a proteção dela própria, e no final de contas, a nossa própria proteção”. A referida abstração teórica diz que o planeta já vem sendo acometido por inúmeras perturbações que devem ser tratadas de modo intensivo, assim como um paciente necessita de assistência médico-hospitalar, para o reestabelecimento de seu sistema em crise, em outras palavras, de sua plena saúde. Para o autor, o tratamento refere-se a um conjunto de medidas terapêuticas e preventivas - neste caso, ações técnicas e políticas - de várias áreas do conhecimento, como a biologia, a física, a química, as geociências, a climatologia, agindo em conjunto.

Já Morin traz a discussão sobre a complexidade e o conceito de emergência, que é entendida por Andrade (2008, p. 28) como sendo “uma nova qualidade adquirida ao nível das partes de um sistema”, sendo esta a grande questão a ser vencida a partir de uma abordagem holística e ainda mais ampla que a proposição sistêmica defendida por Capra, Lovelock e outros autores. A teoria da complexidade, para Pelizzoli (2013, p. 15) é vista como um “conjunto de reflexões em filosofia da ciência e sociedade que, mesmo não sendo uma teoria fechada e acabada, serve para reflexões epistemológicas importantes quanto aos limites da visão disciplinar e cartesiana” e ainda, na tentativa de criação de uma ciência aberta, ou seja, uma ciência que rompa com as barreiras disciplinares.

Diante destas e de outras abordagens, vários autores buscam integrar a necessidade da proteção ambiental, da satisfação das necessidades humanas e da ética ambiental à noção de desenvolvimento. Sem romper com as estruturas vigentes relacionadas com o capitalismo, estes cientistas buscam trazer à tona a relação homem e ambiente e possibilidade de seguir por uma via alternativa de convívio com a prática capitalista. Sachs oferece contribuições relevantes à luz do que vem a chamar de “ecodesenvolvimento”, que versa sobre a necessidade em buscar “o aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente da estratégia de desenvolvimento” (SACHS, 2009, p. 53).

Sen, enfatiza o aspecto humano do desenvolvimento em contraposição ao modelo até então em vigor, aquele baseado tão somente em indicadores econômicos e de desempenho financeiro - por exemplo, o PIB. Para ele, a garantia das liberdades individuais, as conquistadas através dos processos democráticos, a liberdade de expressão, a oferta e o acesso integral aos serviços básicos e a justiça social, e o completo bem-estar, dentre outros, são pressupostos inerentes à própria noção de desenvolvimento. Assim, na visão do autor o desenvolvimento é, na verdade um grande compromisso com as possibilidades de liberdades (SEN, 2010) e as potencialidades humanas, que refletem nas esferas individuais, sociais e econômicas.

As visões de Sachs e Sen, portanto, inserem o desenvolvimento como uma questão ampla, que supera o imediatismo econômico e o lucro financeiro e integra o homem e o ambiente em suas concepções - abordagens essas adotadas nas proposições deste trabalho.

Lentamente, pesquisas e publicações acadêmicas começam a influenciar o posicionamento dos governos locais, que iniciam uma maior ação legislativa, executiva e penal sob possíveis danos ambientais; as organizações privadas, que passam a considerar as leis ambientais como marcos para suas atividades produtivas, na sequência, como uma ação de agregação de valor para o mercado e de inovação competitiva; e, da sociedade, que não se vê apenas responsável por fiscalizar as duas esferas citadas, mas também por contribuir ativamente para a construção de espaços de diálogo e de práticas que integram a preocupação com o ambiente.

Na esfera global, a ONU pode ser citada como a entidade de maior representatividade diante desse contexto ao abrir espaço ao diálogo, à cooperação e à intermediação de interesses e conflitos na esfera ambiental entre as nações. No campo político, a atuação da ONU possibilitou a realização da Conferência de Estocolmo<sup>1</sup> em 1972, que veio a culminar na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A referida conferência é tida como o maior esforço global, até então, para trazer ao centro das discussões científicas e políticas internacionais os problemas relacionados com o meio ambiente e a humanidade (SACHS, 2009). Nela cientistas e líderes políticos de países desenvolvidos e em desenvolvimento debateram acerca dos desastres ambientais provocados pelo crescimento econômico e a urgência em encontrar um ponto comum às questões desenvolvimentistas e conservacionistas (VEIGA, 2013, p.110).

---

<sup>1</sup> Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, 1972.

O lançamento do relatório “O Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*) é outro marco que faz-se necessário citar. Também conhecido como relatório Brundtland (BRUNDTLAND, 1987), o documento apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável, que surgiu como um novo paradigma que relaciona economia, meio ambiente e sociedade (PAINEL DE ALTO NÍVEL DO SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE SUSTENTABILIDADE GLOBAL, 2012, p. 19) e alerta sobre a necessidade da busca de um modelo de desenvolvimento que seja capaz de suprir as necessidades atuais sem deixar à margem ou comprometer o equilíbrio natural para as gerações futuras.

Já a realização da Rio-92 - a cúpula da Terra<sup>2</sup> - fez-se, *a priori*, como uma tentativa ambiciosa e efetiva de mensuração e minimização dos impactos ambientais, o estabelecimento das responsabilidades dos principais agentes de degradação ambiental, assim como da instrumentalização do Desenvolvimento Sustentável. A Rio-92 amplificou os resultados e indicações contidos no relatório Brundtland, ao passo em que buscou, através de instrumentos como a Agenda 21, direcionar a sociedade para os desafios impostos pelo desenvolvimento sustentável.

Aos poucos, noções e termos até então já consolidados, a exemplo de “progresso”, “crescimento”, “industrialização”, “urbanização”, entre outros, são postos em xeque por parcela significativa da academia, organizações não governamentais (ONGs) e outras esferas da sociedade. Entre opiniões moderadas e catastróficas, emerge o entendimento da necessidade de agir frente a estes desafios da transição para uma economia baseada em novos valores e preceitos ligados a uma nova ética ambiental - que inclui uma nova maneira de ver e relacionar-se com o “eu”, o outro e o ambiente (PELIZZOLI, 2013).

De acordo com Abramovay (2012), este movimento ainda não conseguiu romper com a visão da economia a serviço dos interesses individuais do desenvolvimento econômico. Todavia, as atividades produtivas convencionais, com baixa produtividade e alto custo ambiental, - incluindo também o turismo - são cada vez mais questionadas com vistas a adotarem práticas organizacionais mais justas e processos produtivos guiados pela eficiência e pela inovação tecnológica geradas por incentivos, necessidades de mercado ou penalidades decorrentes das inconformidades de suas atividades. O fomento às práticas produtivas de menor impacto ao meio ambiente é incluído na agenda política e econômica como forma de compatibilizar o desenvolvimento econômico, a conservação ambiental e o bem-estar social.

---

<sup>2</sup> Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), 1992.

É então que, inspirados pela conjuntura ora apresentada e em contraposição ao turismo massificado, o turismo sob o título de sustentável, juntamente com outras práticas econômicas, desponta em meio à crise ambiental como alternativa viável capaz de conduzir a busca pelo desenvolvimento pleno das áreas onde é realizado. Para isto, a atividade discutida apropria-se de conceitos, a exemplo da “ecologia” e da “sustentabilidade” para se apresentar enquanto um produto capitalista ambientalmente correto e socialmente justo - o turismo sustentável, também conhecido como “turismo responsável” ou “turismo de mínimo impacto”.

Entretanto, mesmo ao decorrerem cerca de trinta anos - com o avanço tecnológico, das ferramentas de monitoramento e gestão, e dos novos canais de comunicação e informação - a sustentabilidade na atividade do turismo apresenta-se em segundo plano e, em certos casos, totalmente negligenciada. Ela é vista mais como um conjunto de exigências relacionadas com o arcabouço jurídico ambiental, do que como uma premissa estratégica que considera as limitações dos recursos naturais e das externalidades provocadas pelo consumo turístico e que, porventura, podem atingir diretamente a manutenção desta prática. Com isto, a próxima seção buscará encontrar evidências que relacionem a cadeia turística com as propostas que pautam uma atividade sustentável.

### **3.1 O turismo e sustentabilidade: uma relação possível?**

Intrinsecamente relacionado com a própria noção do desenvolvimento sustentável, o “turismo sustentável” já surge com um propósito ambicioso: legitimar a prática turística e guiá-la para tornar-se um importante instrumento para a conservação. Nesta ótica, a sustentabilidade representa a continuidade ao estímulo ao desenvolvimento do segmento por meio da adoção de medidas preventivas, de acompanhamento ou de compensação ambiental, direcionando esforços, mas sem comprometer ou inviabilizar os investimentos e o crescimento econômico do setor.

Para Beni (1999, p. 13), “o turismo representa bom exemplo da relação fundamental existente entre o desenvolvimento econômico e o ambiente, com todos os benefícios, tensões e conflitos potenciais associados”. É uma atividade que possibilita ganhos potenciais ao mesmo tempo que gera perturbações negativas onde é praticado. Por este motivo, convencionou-se estabelecer critérios e oferecer diretrizes para que a sua *praxis* interfira o menos possível no ambiente.

Todavia, projetos turísticos, independentemente de seu porte, de seus proponentes, do espaço onde são ou serão instalados e das pessoas afetadas, ganham respaldo através de medidas de compensação ambiental e marketing verde, adquirindo a qualificação de “sustentáveis”. Nesta lógica, questiona-se, não apenas o uso do termo na atividade do turismo, mas até que ponto é possível estabelecer meios para uma atividade duradoura, justa, responsável e equilibrada através dos conceitos relacionados com sustentabilidade em sua cadeia produtiva?

Através de conferências, encontros e documentos, os representantes do mercado das viagens e do turismo, juntamente com os representantes governamentais firmaram intenções e diretrizes, diretas ou transversais, para tratar e amadurecer as questões alinhadas à conservação dos recursos naturais por meio do turismo sustentável. Desta época derivam, por exemplo, a Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial (FILIPINAS, 1980), da conferência Globo-90 (VANCOUVER, 1990), da Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas (EUROPAC, 1995), da Carta do Turismo Sustentável (OMT, 1995) e da Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo (OMT, 1996). Além de serem referências no que tange às políticas de incentivo ao Turismo Sustentável, estas publicações oferecem contribuições virtuosas para a conceituação e instrumentalização para a atividade.

A partir da conferência Globo-90 foram estabelecidas diretrizes relacionadas com o papel governamental no turismo sustentável (WEARING; NEIL, 2014). A Agenda 21 Global reconhece o turismo como atividade que auxilia a proteção dos recursos naturais, dinamiza pequenas economias rurais (cap. 14) e incentiva a sua promoção tendo em vista o Desenvolvimento Sustentável (capítulo 7). Já a Carta do Turismo Sustentável (1995) reconhece, dentre outras, a fragilidade dos recursos apropriados e consumidos pelo turismo diante de uma atividade de natureza “ambivalente” e indica a sua necessária contribuição para o desenvolvimento sustentável, ao integrar o meio ambiente natural, cultural e humano e do respeito os frágeis equilíbrios que caracterizam muitos destinos turísticos.

Por sua vez, o Código Mundial de Ética do Turismo (OMT, 1999) trata sobre a questão da sustentabilidade em seu artigo 3, denominado “turismo, fator de desenvolvimento sustentável”, que dá grande ênfase na dimensão ambiental da sustentabilidade quando apresenta a preocupação de proteger o ambiente, o patrimônio natural e a biodiversidade, especialmente em áreas sensíveis, das alterações trazidas pela atividade. Na sequência, o mesmo documento destaca o ecoturismo e o turismo de natureza, enquanto modalidades turísticas que considerem o patrimônio natural e que se ajustam à capacidade de recepção e acolhimento das comunidades (OMT, 1999).

Em paralelo, e até mesmo antes de figurar nas agendas políticas nacionais, o turismo sustentável vinha sendo analisado e compreendido tanto na perspectiva de seus operadores e incentivadores, como a partir da visão acadêmica. Na tentativa de encontrar definições e conceitos que abarcassem a sustentabilidade na atividade do turismo, surgiram contribuições relevantes para o seu avanço mercadológico e científico de importante compreensão neste estudo.

Butler (1991) é um dos primeiros a definir aquilo que chama de “turismo ambientalmente sustentável”. Para ele, trata-se do “turismo que é desenvolvido e mantido em uma área de tal modo e em tal escala que se mantém viável durante um período indefinido e não degrada nem altera o meio ambiente (humano e físico) (...)” (BUTLER, 1991, p. 29). Nesta tentativa, fica evidente o estágio ainda inicial de sua proposição ocasionado pela indefinição sobre as alterações provocadas e qual o limiar entre uma atividade turística sustentável e outra não sustentável, e ainda: pela omissão da esfera social, da participação comunitária e da distribuição de ganhos, sejam eles econômicos ou não, na prática da atividade.

Dez anos depois, a Organização Mundial do Turismo (OMT) ofereceu uma visão mais abrangente. Para a instituição, o turismo sustentável está relacionado com

assegurar uma liderança para a administração de todos os recursos de modo que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser atendidas com a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que dão suporte à vida. (OMT, 2001)

Pouco depois, a mesma instituição ofereceu uma das definições mais aceitas sobre a prática do turismo sustentável. Para ela, trata-se da atividade turística “que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro” (OMT, 2003, p. 35). Nessa abordagem a preocupação tanto sob a ótica dos visitantes, como das destinações turísticas (e conseqüentemente dos residentes, dos empreendedores locais, dos governos) está presente. Nela, o termo meio ambiente não aparece de modo explícito, mas abrange algo ainda mais amplo, as necessidades atuais e oportunidades futuras da humanidade, que só poderiam ser alcançadas através da consciência e do respeito aos limites da própria atividade.

O conceito de turismo sustentável carrega as incompreensões, inconsistências e ambiguidades trazidas pela própria noção de desenvolvimento sustentável. Apesar dos avanços já alcançados, na ótica de Seabra (2008), ainda existe certa indefinição quanto aos

requisitos teóricos e conceituais no termo estudado. Contudo, esta situação não impede que, mesmo não havendo um único entendimento sobre os requisitos e princípios que regem seus distintos conceitos teóricos, a prática do turismo sustentável seja estimulada, mesmo que pontual e restritamente, por parte significativa da cadeia turística.

Numa abordagem mais recente, o turismo sustentável congrega outras temáticas e desafios globais, a exemplo das questões de gênero, da economia verde, do trabalho decente e inclusão, da justiça social, assim como uma das mais urgentes: da superação da pobreza. Neste sentido, para a OIT (2011) o turismo sustentável, através do enfoque vinculado ao comércio justo e à participação comunitária, incorpora uma estratégia de desenvolvimento baseada na geração e distribuição dos ganhos em espaços territoriais de vulnerabilidade social, estando em acordo com os objetivos e metas propostas pela Declaração do Milênio<sup>3</sup>.

Assim, o turismo sustentável apresenta-se como um dos agentes capazes de mobilizar os recursos e atores locais em atividades direta ou indiretamente relacionadas com a sua cadeia produtiva (OIT, 2011), mas desde que haja a atenção contínua em ações de inserção produtiva dos atores locais em termos de capacitação profissional (TAKASAGO; MOLLO, 2008).

Na ótica de Coriolano (2007), no fomento ao turismo em áreas com graves problemas sociais, econômicos e ambientais, sobretudo em países subdesenvolvidos, o papel desta atividade não está tão-somente voltado para a geração de riqueza, mas na divisão justa de seus benefícios com ética e em respeito aos valores locais. Quando não há esta consideração, a autora enfatiza que se gera a ilusão sobre o desenvolvimento da atividade turística relacionada com o desenvolvimento social, da valorização cultural e da conservação ambiental. Para Cruz (2006), o turismo sustentável - apenas ele - não seria capaz de realizar mudanças na construção de uma sociedade mais justa. Mas, em sua visão, pode-se fazer da atividade uma ferramenta para a condução deste processo de desenvolvimento a partir da justiça social. A autora questiona e conclui:

---

<sup>3</sup> Trata-se de uma declaração a qual lideranças nacionais globais, assumiram em 2000, em desenvolver uma nova parceria global com vistas a reduzir a pobreza extrema e estabeleceram oito conjuntos de metas a serem alcançadas até 2015 - metas estas intituladas de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Para a OIT (2011, p. 10), o turismo sustentável alinha-se com as metas relacionadas ao emprego e à redução da pobreza (Meta 1), ao gênero e ao empoderamento das mulheres (Meta 3) e à relação entre o emprego e a sustentabilidade ambiental (Meta 7). Recentemente, os ODM deram lugar aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que tem no centro de sua proposição a eliminação da pobreza, a transformação social e a proteção do planeta até 2030.

Seria possível construir uma sociedade mais justa por meio do turismo? Naturalmente não. Todavia, pode-se fazer do desenvolvimento do turismo um instrumento a favor do alcance deste objetivo, mas para isso seria necessário conduzir o processo de desenvolvimento do turismo segundo a premissa da busca por justiça social. Mas essa não tem sido a tônica da ação dos sujeitos hegemônicos da política e da economia. Por isso, não é, também, evidentemente, a tônica do desenvolvimento do turismo (CRUZ, 2006, p. 340).

Mesmo alvo de críticas, o arcabouço político e institucional do turismo sustentável delinea-se com certa celeridade. Nesta direção, a sustentabilidade no segmento evolui na tentativa de tornar a sua aplicação um processo contínuo que, como diz Salvati (2008), considera a gestão do negócio e as pessoas envolvidas que atendam os princípios da responsabilidade social, ambiental e econômica. É então que o turismo sustentável converge para uma recomendação inerente a todo o mercado das viagens e não apenas ao mercado relacionado ao turismo realizado em espaços naturais.

Considerando os esforços para a difusão do conhecimento, as proposições inerentes ao turismo sustentável mostraram-se de difícil aplicação prática. O ajuste dos processos internos e externos - através do planejamento, controle, inovação e tecnologia que considerem a eficiência, a redução de desperdícios e as externalidades - somados à participação social e à distribuição dos benefícios desta atividade, caminham vagarosamente. De modo contrário, assistiu-se a partir da primeira década do século XXI à apropriação do conceito da sustentabilidade, tanto por entidades governamentais, como por agentes privados do *trade* turístico, notadamente para fins econômicos e mercadológicos através das ferramentas do marketing, que induziu o crescimento da oferta de produtos turísticos ditos “sustentáveis”.

Presente nos discursos políticos e empresariais, a utopia da sustentabilidade no turismo esbarra inicialmente em seus aspectos principais: engajamento, instrumentalização, operação e comercialização. O primeiro é atribuído à falta de medidas de sensibilização efetivas que incida sobre as velhas práticas, direcionando a novos hábitos e atitudes dentro do *trade* turístico; adiante, o instrumental necessário para a prática do turismo sustentável mostra-se demasiadamente oneroso e pouco vantajoso aos olhares dos governos e empresas locais; a operação carece da aplicação de mecanismos de controle e monitoramento que venham tanto impedir, quanto medir os desequilíbrios provocados pelo fluxo de visitação em áreas destinadas ao turismo, propondo medidas corretivas e mitigadoras; por fim, as dificuldades em internalizar os custos financeiros gerados pelos investimentos realizados ao produto turístico impacta decisivamente na não articulação e integração dos agentes da cadeia em favor das práticas sustentáveis a longo prazo.

No entanto, o apelo proposto pela sustentabilidade no turismo encontra respaldo em algumas situações, dentre elas: 1) em casos isolados no turismo convencional, quando as empresas turísticas, especialmente a hotelaria, comprometidas com a causa ambiental e vislumbrando resultados econômicos, agregam valor a seus produtos e diferenciam-se no mercado com base em Sistemas de Gestão Ambiental e em Certificações de sustentabilidade, e; 2) nas atividades relacionadas com o ecoturismo, nas quais residem possibilidades mais efetivas e comprometidas na aplicação e manutenção das propostas da sustentabilidade, mas que, mesmo assim, tem assistido à emergência de conflitos decorrentes de sua instauração. É neste último que esta pesquisa buscará direcionar a sua atenção.

### **3.2 O ecoturismo: conceitos, princípios, possibilidades e realidades**

O ecoturismo propõe-se a ser um dos principais meios para conciliar a conservação do patrimônio ambiental e da biodiversidade, a valorização da cultura local e a manutenção dos costumes, com a geração de emprego e renda. Através do uso de ferramentas de planejamento e gestão, áreas naturais e suas comunidades de entorno, em várias partes do planeta, têm obtido resultados satisfatórios na condução de atividades de visitação - que incidem na melhor convivência do homem com a natureza, na conservação dos recursos, na diminuição da vulnerabilidade social e na satisfação das necessidades básicas dessas populações.

Países como Costa Rica, Quênia, Equador e Nova Zelândia, todos dotados de paisagens e elementos naturais singulares, incrementam e fortalecem suas economias nacionais através do incentivo a prática turística em ambientes naturais e têm conseguido obter resultados satisfatórios quanto ao recebimento de visitantes, assim como, na conservação dos recursos. O “boom” da atividade ecoturística, ainda na década de 1990, incentivou o surgimento de novos entrantes e investidores no segmento, ao mesmo tempo que buscou consolidar a atuação dos destinos já existentes, ampliando a competitividade e os requisitos de qualidade, inovação e diferenciação.

Trata-se de uma atividade que, como já visto, se apropria das premissas do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo Sustentável para constituir-se enquanto segmento turístico e viabilizar a conservação dos recursos ambientais e culturais (MONTES, 2006). Refere-se, também, à combinação entre os aspectos e atrativos locais, das políticas públicas de apoio e fomento, dos instrumentos legais, da infraestrutura básica, serviços turísticos, dos grupos de interesse, das comunidades, atividades, além da gestão e do monitoramento

contínuo e do compromisso fundamental com a integração, a participação das comunidades e a distribuição de seus resultados.

Indo além, relaciona-se, ainda, com uma modalidade, prática ou “filosofia” que agrupa, integra e celebra grupos humanos em torno da experiência e da satisfação no contato com “o natural” (PIPPI et al., 2011). Como diz Mendonça (2005, p. 154), é uma “resposta moderna aos profundos desejos de se estar em contato com a essência da vida” - mesmo que este contato seja breve e parcial.

O ecoturismo corresponde a um dos segmentos de maior crescimento dentro da “indústria do turismo”, além de ser uma das modalidades de maior prestígio dentro do setor, em uma época que se valoriza a qualidade, o trabalho personalizado e flexível, atendendo os requisitos da pós-modernidade (CORIOLANO, 2002, p. 123). Sua importância aumenta ao mesmo tempo que se amplia a preocupação pela conservação dos espaços naturais, bem como, pelo crescente desejo pelo consumo dos cenários e áreas naturais.

Neste sentido, é interessante notar que, ao passo que as grandes áreas naturais no mundo - redutos de proteção à vida selvagem e à biodiversidade - vêm diminuindo de modo intenso e significativo, continua crescente a procura por espaços como estes para a visitação de cunho turístico/recreativo (WEARING; NEIL, 2014, p. 245). A afirmativa acima constitui um dos (tantos) desafios da atividade ecoturística pautada no desenvolvimento harmonioso (SONAGLIO, 2006, p. 67), que inclui a conservação de recursos e atrativos naturais em áreas frágeis e o envolvimento das populações locais.

Seu crescimento induz e incentiva não apenas à efetivação dos aspectos instrumentais e mercadológicos, mas justifica a consolidação de um arcabouço teórico e técnico que tem por objetivo analisar, compreender e contribuir - a partir de diretrizes e orientações - o seu desenvolvimento pleno, o que envolve noções de planejamento, gestão, monitoramento e capacitação. Ainda que recente, o olhar para a atividade ecoturística, enquanto objeto de estudo, vem oferecendo maiores possibilidades para a sua compreensão. Nesta perspectiva, o surgimento de conceitos de ecoturismo das mais variadas linhas teóricas, mesmo que não se observe um consenso próximo, parece auxiliar para o fortalecimento e instrumentalização da atividade.

Em suas pesquisas, vários autores e instituições buscaram encontrar conceitos e definições mais adequadas para sistematizar a atividade. Ceballos-Lascuráin é um dos primeiros autores a estudar e buscar compreensão sobre o fenômeno ecoturístico. Em uma das suas primeiras conceituações, o autor entendeu que o turismo ecológico ou ecoturismo era aquela modalidade de “turismo que envolve viajar para áreas naturais praticamente intocadas

ou não contaminadas, com o objeto específico de estudar, admirar e apreciar a paisagem, fauna e flora” (CEBALLOS-LASCURAIN, 1987, p. 13).

Lindberg e Hawking (2002, p), apresentaram uma visão centrada na relação homem e espaço natural com vistas à sua conservação. Para os autores, ecoturismo é uma atividade que busca “provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética”.

Outras conceituações são geradas a partir de instituições internacionais que incentivam a prática ecoturística. A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), ainda na década de 1990, trouxe uma definição abrangente e mundialmente conhecida. Para a entidade, o ecoturismo pode ser entendido como a

viagem ambientalmente responsável e visitação a áreas naturais a fim de desfrutar e apreciar a natureza (e qualquer característica cultural nelas existente, tanto passada quanto presente), que promova a conservação, tenha uma visitação de baixo impacto e promova de maneira benéfica o envolvimento socioeconômico ativo das populações locais. (IUCN, 1996 *apud* DRUMM; MOORE, 2002, p.15)

Nessa perspectiva, a definição de ecoturismo traz várias dimensões, atribui compromissos a todos os seus participantes e, busca incluir, com mais ênfase, a participação das comunidades locais em sua prática. É interessante notar que, neste último conceito, os atributos e práticas culturais, passadas ou atuais, são incluídos e relacionados ao ambiente natural. Ainda, para a IUCN, o ecoturismo direciona a visitação para o “baixo impacto”, que, para Wearing e Neil (2014, p.12) trata-se da operação em pequena escala das atividades de visita aos espaços naturais.

Para Drumm e Moore (2002, p.15), o ecoturismo deve preconizar:

i) o impacto mínimo sobre os recursos naturais; ii) o envolvimento dos principais interessados nas fases de planejamento, desenvolvimento, implantação e monitoramento; iii) o respeito às culturas e tradições locais; iv) a geração de renda sustentável e equitativa para as comunidades locais, assim como para os interessados quanto for possível, incluindo operadores de turismo privados; v) a geração de renda para a conservação da área protegida; assim como, vi) a promoção da educação de todos os principais interessados no que diz respeito a seu papel na conservação.

Como pode ser observado, o ecoturismo vem sendo estudado a partir de uma variedade de conceitos e óticas que em momentos se aproximam e em outros se opõem. No entanto, os autores parecem convergir quanto aos seus alicerces e os princípios presentes na

atividade ecoturística. Wearing e Neil (2014), na tentativa de sistematizar o conhecimento gerado por vários autores e estudos, apresentam quatro elementos comuns nas conceituações do ecoturismo: viagem para áreas naturais, a conservação, conscientização e o envolvimento comunitário. O primeiro deles está relacionado com o espaço - os autores lembram que atividade só se constitui a partir do deslocamento para áreas naturais relevantes, aquelas onde a paisagem natural e a biodiversidade possuem atributos capazes de atrair o fluxo turístico - não há, portanto, ecoturismo, sem a natureza (*ibid*), mesmo que esta seja fragmentada ou seja apenas uma reprodução, espetáculo ou um cenário instaurado e modificado pela própria indústria do turismo (CORIOLANO, 2007, p. 26).

O segundo entendimento está intimamente relacionado com o anterior, as atividades ecoturísticas têm o caráter de conservação. Neste sentido, o produto ecoturístico é, fundamentalmente, contraditório. Ao passo que há o estímulo cada vez mais intenso ao consumo dos lugares através desta atividade, há também o fomento para a necessária proteção contra seus conflitos para que a mesma continue a existir.

A conscientização e a formação a partir da educação ambiental compõem o terceiro pilar trazido em grande parte dos conceitos. Para Mendonça (2005, p. 156), a educação ambiental e a interpretação do meio nas atividades ecoturísticas podem conduzir seus praticantes a uma vivência capaz de gerar novos pensamentos e atitudes frente ao meio onde está inserido, garantindo uma experiência transformadora. Em outra perspectiva, este pilar do ecoturismo deve atender, ainda, à consciência ambiental das comunidades locais, bem como seus operadores, quanto aos impactos advindos de sua exploração, sendo um meio de propagação dos valores ambientais (WEARING; NEIL, 2014, p.15).

Por fim, o envolvimento comunitário é outro elemento inerente às atividades ecoturísticas. A participação dos atores comunitários na condução das práticas de ecoturismo pode, somente quando bem alinhada às necessidades e anseios locais, direcionar as potencialidades endógenas e fortalecer os aspectos simbólicos e indenitários. Ao propor a participação das comunidades no ecoturismo, surge possibilidade para desenvolver atividades e práticas alinhadas à cultura, à história e às manifestações locais, gerando um produto ecoturístico mais amplo e que se alinha às referências do turismo de base comunitária - tratado adiante neste trabalho.

Na perspectiva dos autores aqui tratados, o ecoturismo só se estabelece de modo integral com o cumprimento de certos requisitos ou princípios, que por vez, estão alinhados à própria noção de Desenvolvimento Sustentável. Em resumo, Andreu e Albert (2012)

apresentam um quadro com princípios e recomendações inerentes à atividade ecoturística, como observado a seguir (Quadro 1).

#### **Quadro 1 - Princípios do ecoturismo**

- Desarrollar la actividad de forma racional para minimizar los impactos negativos sobre la naturaleza y la cultura.
- Ofrecer alojamiento y equipamientos que no deterioren el medio y favorezcan el aprendizaje sobre la naturaleza y las comunidades locales.
- Diseñar planes de gestión de visitantes.
- Enfatizar el uso de estudios ambientales y sociales de referencia. Establecer programas de monitoreo para evaluar y minimizar los posibles impactos.
- Involucrar a los agentes en las fases de planificación, desarrollo, implementación y seguimiento.
- Construir conciencia ambiental y respeto.
- Promover la responsabilidad ética y moral hacia el medio ambiente natural y cultural.
- Educar a todos los interesados (gobierno, comunidades locales, ONGs, industria y turistas, etc.) a cerca de su papel en la conservación de los recursos naturales y culturales. En el caso del turista es importante la dimensión de la educación antes, durante y después del viaje
- Respetar las culturas y tradiciones locales, en especial las culturas indígenas.
- Destacar la importancia de la responsabilidad empresarial para con las comunidades locales con la finalidad de ofrecer beneficios para la conservación.
- Generar ingresos sostenibles y equitativos para el país anfitrión, las empresas y las comunidades locales, particularmente los pueblos que viven en las zonas adyacentes y así como destinar ingresos a la conservación y gestión de los espacios protegidos.
- Proporcionar beneficios financieros y el empoderamiento de la población local.
- Proporcionar experiencias positivas y participativas tanto a los visitantes como a los anfitriones.
- Diseñar un marketing preciso que conduzca a expectativas realistas.
- Aumentar la sensibilidad en los países receptores a nivel político, ambiental y social.

Fonte: Andreu e Albert (2012, p. 205).

A partir do quadro acima pode-se perceber que as recomendações que orientam a gestão do ecoturismo abarcam um conjunto de práticas a serem necessariamente consideradas no planejamento e gerenciamento da atividade. Logo, a condução de iniciativas ecoturísticas, na visão de Andreu e Albert (2012) implica no esforço de seus promotores para integrar as atividades de planejamento, controle, mitigação de impactos, inserindo os atores locais e incentivando a realização de uma experiência turística enriquecedora e consciente para seus praticantes buscando a conservação dos espaços naturais.

Ao ignorar as indicações apresentadas, os conflitos e as perturbações geradas pelo ecoturismo tendem a ser mais acentuadas e graves, superando os benefícios em se desenvolver a atividade. Isto porque, quando o ecoturismo é levado à revelia, ou seja, sem direcionamento estratégico e sem considerar sua real complexidade (CEBALLOS-LASCURÁIN, 2005) ele tem conduzido à geração de profundos impactos de natureza ambiental, social, cultural e econômica. É neste aspecto que se confrontam suas realidades e suas possibilidades.

Do ponto de vista das “realidades”, consideram-se aqui os modos pelos quais a atividade vem sendo gerida no contexto atual e como ela se dissemina nos mais variados espaços naturais da Terra. O ecoturismo, que surge como uma via alternativa, de pequena escala, diretamente relacionado com a promoção da conservação, do bem-estar dos povos locais através dos princípios do turismo sustentável (CHRIST et al., 2003), quando mal planejado, tem repetido os mesmos erros cometidos pelo turismo de massa (RUSSO, 2005, p. 218).

De maneira geral, o ecoturismo não tem conseguido garantir a efetividade de sua ação de conservação. Ao contrário, a prática turística mal planejada em áreas naturais vem trazendo significativos impactos à paisagem natural, à capacidade de suporte do meio ambiente e à biodiversidade local. Para Coriolano (2002, p. 117), “o turismo tem-se revelado, com raras exceções, altamente predatório dos ecossistemas naturais, em função do imediatismo consumista que transforma tudo em mercadoria”.

O Guia de Boas práticas “Turismo para la Naturaleza y el Desarrollo” (2009) enfatiza alguns dos possíveis problemas e perturbações provocadas no ambiente natural pelo deslocamento e recebimento de pessoas para fins turísticos. Apenas se tratando dos impactos ambientais, o referido guia aponta:

- A criação de infraestrutura de acesso e estada com a interferência dessas instalações nas paisagens naturais em áreas frágeis e de grande biodiversidade;
- A utilização dos recursos naturais como energia elétrica e água potável;
- A contaminação das águas provenientes de efluentes líquidos não tratados;
- A geração de lixo e o seu acondicionamento inadequado;
- O lançamento de gases como o dióxido de carbono na atmosfera;
- As alterações ambientais provenientes diretamente da visita turística.

Sob o aspecto social, a atividade pode vir a afetar as relações locais, aprofundando as desigualdades e contradições, além de favorecer a perda da identidade (tradições, costumes e

práticas) de grupos comunitários em destinos de ecoturismo. Em muitos casos, esta atividade vem sendo comercializada sob o falso prefixo “eco”, e demonstra contrapor as premissas e bases teóricas de seu real conceito, sendo capaz de comprometer a médio e longo prazo o espaço natural onde a atividade é realizada (SONAGLIO, 2006; CORIOLANO, 2007).

Em face disto, o fomento à prática ecoturística induz o uso econômico do ambiente e de seus recursos para além dos seus limites de recuperação e regeneração ecológica. Ainda, avalia seus resultados unicamente por seu retorno econômico e abrevia ao máximo a participação comunitária que, em alguns casos, restringem-se a consulta a população local na tentativa de legitimar decisões já estabelecidas ou mesmo quando possibilita a ação política unicamente por favorecimentos e interesses particulares.

Os incentivos ao ecoturismo ocorrem, em muitos casos, na ânsia de seus incentivadores em ampliarem os ganhos econômicos em curto prazo, menosprezando ou, até mesmo, negando a capacidade em agir como uma força contrária aos seus princípios. Em resumo, ocorre quando esta atividade é promovida considerando, de modo tendencioso, apenas os seus benefícios, notadamente, quando se refere a ganhos financeiros para grupos minoritários e privados (CORIOLANO, 2007).

Deste modo, questiona-se a promoção do ecoturismo enquanto uma atividade econômica e social justa, mobilizadora e equilibrada. O surgimento de inúmeros exemplos nos quais a mesma é responsabilizada por gerar transtornos e modificações no ambiente e nas relações sociais locais. Por isto, não é demais refletir sobre até que ponto seria este - o ecoturismo - um modelo de atividade turística sustentável e, de fato, viável? Bem como, se as atividades praticadas sob o título de ‘ecoturismo’ não alinhadas aos seus princípios podem ser entendidas como tal? (SALVATI, 2003). Estas reflexões podem guiar ao entendimento sobre as atuais práticas ecoturísticas na tentativa da superação das problemáticas aqui trazidas e na busca de suas possibilidades e perspectivas.

Ter um novo olhar e agir em prol do ecoturismo incide, necessariamente, no entendimento de que seus incentivadores devem ter diante desta prática. É saber, portanto, que a atividade só se constitui de modo pleno quando é pensada e gerida com vistas a reconhecer e integrar toda a sua complexidade, sem negar seus possíveis transtornos e conflitos ao mesmo ambiente, mas antevendo-se a estes. Neste aspecto, a adoção de ferramentas de planejamento e gestão mostra-se fundamental para tratar a atividade não apenas de modo isolado, mas integrada ao contexto das relações, das políticas, do ambiente, das pessoas e da cultura local.

Sob esta ótica, ela é meio importante para a superação de problemáticas ambientais, sociais e econômicas de comunidades e grupos microempreendedores locais. É também uma ferramenta para a aquisição da autonomia financeira de indivíduos e grupos sociais. Ainda, é vista como uma alternativa econômica capaz de possibilitar a diminuição da pobreza e a redução das desigualdades sociais em áreas de vulnerabilidade (OIT, 2011) e uma maneira de inserir agentes comunitários nas questões relacionadas com a proteção dos recursos naturais e na conservação da biodiversidade local.

Ao propor ou incentivar a inserção de áreas naturais no ecoturismo é necessário estabelecer e adotar os princípios que guiem as suas ações. Para que isto possa ocorrer, a minimização dos impactos, seja de qual ordem for, deve ser a intenção maior que norteia seu exercício (MIRANDA, 2013), direcionando a atividade não apenas pelos ganhos econômicos, mas por seus objetivos de conservação e participação comunitária. Somente assim, a atividade poderá se distanciar de falsos direcionamentos, ultrapassar o entendimento comum de como vem sendo conduzida, tornando-se uma agente de conservação ambiental, valorização social e geração e distribuição de renda.

### **3.3 A complexidade da atividade ecoturística**

A existência do belo, do natural, do intocado, do selvagem, não são requisitos plenamente suficientes para justificar e garantir a efetiva entrada de uma área no mercado ecoturístico. Adequar um espaço ao recebimento de visitantes é estabelecer estrutura - física, conceitual, humana, política e instrumental - que compatibilize o uso dos lugares, acolha o fluxo turístico e ofereça serviços básicos aos moradores que ali residem. Deste modo, a definição de políticas que direcionem e norteiem o desenvolvimento da atividade e a integração entre estas e o setor produtivo (empresarial) e a inclusão comunitária fazem parte deste processo.

O ecoturismo é uma atividade complexa (LINDBERG; HAWKINS, 1999; PIPPI et al., 2011), que apresenta várias dimensões, escalas e envolve a atuação em rede. Isto possibilita a análise da mesma através de uma visão sistêmica na qual se considera seus elementos (atores) de modo individual, bem como as suas conexões (relações). Os elementos são, na verdade, o conjunto de participantes, diretos ou indiretos, necessários para a prática do ecoturismo enquanto atividade econômica e social, que para Andreu e Albert (2012), constitui-se nos agentes da atividade turística em si (visitantes e empresários relacionados ao turismo), os recursos e as comunidades locais. De modo mais amplo, situa-se também a atuação da esfera

pública, das organizações não governamentais (ONGs), dos trabalhadores, dos especialistas, bem como, dos próprios visitantes. Já as conexões representam as interações, positivas ou não, decorrentes do seu processo de desenvolvimento.

A existência de vários atores na cadeia turística ou ecoturística, com demandas e realidades diferentes, interagindo em um mesmo território ou espaço natural, por si só torna à convivência entre as partes delicada e, permanentemente, conflitante (CORIOLANO, 2007; WEARING; NEIL, 2014). A sobreposição de ideias, interesses e poderes, somados a centralização dos ganhos obtidos, tornam-se obstáculos para o diálogo e a integração entre os agentes. Os participantes diretos da cadeia turística (“indústria do turismo”), os residentes, o governo, os turistas e outros grupos almejam diferentes horizontes de interesse, logo, compatibilizar os anseios e vontades torna-se complexo e necessário.

A relação do público e do privado e a definição de seus papéis e a articulação comunitária no ecoturismo também denotam pontos de interação e conflito, mesmo apresentando funções distintas e complementares. Ao setor privado, denominado também de *trade* turístico, compete a oferta de bens e serviços direcionados aos visitantes ou ecoturistas no que tange à hospedagem, transporte, alimentação, entretenimento, agenciamento, recepção e guiamento (BRASIL, 2009). Este setor cumpre um papel importante para as atividades de estada, restauração e visitação em destinos ecoturísticos. São os membros do *trade*, portanto, que têm a missão de operacionalizar as atividades do ecoturismo - criação do produto turístico, comercialização, condução, dentre outros - sob a perspectiva do retorno dos investimentos realizados e do lucro.

Por outro lado, o setor público, entendido aqui como os governos nacionais e locais, assume caráter estratégico para guiar, dimensionar e monitorar as atividades de ecoturismo com vistas ao cumprimento de seus objetivos de conservação. A esta esfera compete o estabelecimento de um quadro jurídico-legal que possibilite a regulação da atividade a partir da efetivação de recomendações e planos, bem como, na implantação da estrutura necessária para sua prática plena tais como portos, estradas, gestão de resíduos, abastecimento de água, etc. (RODRIGUES, 2010).

No turismo, bem como no ecoturismo, as políticas públicas agem na articulação de medidas que legitimem a atividade e que incidam em sua organização, gestão e controle. Ainda, atuam em favor da instauração de ações, sejam de infraestrutura ou incentivos, que busquem inserir as áreas naturais no mercado ecoturístico regional, utilizando-se, ainda, ações de divulgação e promoção dos destinos (WANDERLEY-FILHA et al., 2013).

É válido ressaltar que, como lembra Nascimento (2009), a ação governamental, através do planejamento e das políticas públicas, está orientada para a superação dos “problemas da sociedade”, assim como, para nortear os rumos de sua própria ação. Trata-se de um “processo político-ideológico que exprime anseios, objetivos, visões de mundo dos atores sociais que o conduzem” (CRUZ, 2006, p. 342).

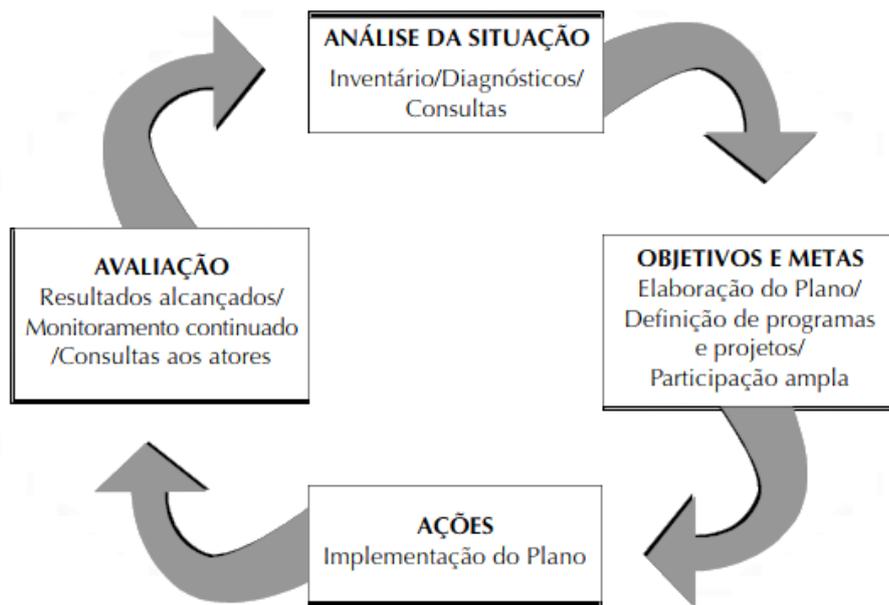
Nas práticas turísticas o ato de planejar, considerando seus vários enfoques, se relaciona a viabilizar o encontro de um horizonte saudável para o desenvolvimento desta atividade, minimizando erros, desperdícios e impactos e buscando alcançar os objetivos propostos. A partir da ação prévia, torna-se possível visualizar os ganhos potenciais e os riscos assumidos em conduzir uma atividade complexa e que interfere no cotidiano e práticas de vários atores.

A adoção de ferramentas de planejamento possibilita a criação de diretrizes norteadoras com vistas a ampliar e distribuir os benefícios gerados à medida que atenua ou minimiza os impactos negativos oriundos de sua prática (SALVATI, 2003). Para Wearing e Neil (2014), faz parte de toda a ação de planejamento para o ecoturismo a identificação dos objetivos, a definição de estratégias, a consulta aos atores participantes e impactados pelo ecoturismo, a exposição dos conflitos relacionados com a atividade, assim como, da criação de instrumentos e de medidas de controle e monitoramento, como estudos de zoneamento e capacidade de carga.

Para instaurar o planejamento do turismo em nível local exige-se a adoção de um plano de desenvolvimento estruturado que, além de registrar o estado atual da atividade, ofereça bases para a ação futura - minimizando as chances de erros ou problemáticas decorrentes de seu fomento. Na visão de Ruschmann (2012, p.82), o plano de desenvolvimento do turismo “constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para a evolução harmoniosa da atividade”, o que envolve a instauração de uma série ordenada de medidas que visem promover, regular e, até mesmo, restringir a evolução de sua prática em um dado destino.

A participação comunitária e a gestão compartilhada do destino são dois aspectos a serem contemplados no planejamento das atividades do ecoturismo. Neste sentido, Salvati (2003) orienta para a implantação de medidas de planejamento ecoturístico viabilizadas a partir da inserção comunitária. O autor elege quatro passos fundamentais no processo de planejamento do ecoturismo a serem observados na figura 1 e comentados a seguir.

**Figura 1** - Processo de planejamento do ecoturismo, Salvati (2003)



Fonte: Salvati, 2003.

i) **Análise da situação**: nesta etapa busca-se reconhecer a realidade local e as práticas e estruturas já existentes a serem utilizadas, direta ou indiretamente, para o ecoturismo. Através de instrumentos como o inventário da oferta turística, que registra os equipamentos e atrativos turísticos disponíveis, e diagnósticos é possível investigar os recursos e potencialidades para a atividade incluindo os aspectos políticos, legais, sociais, econômicos e ambientais da área em questão. Salvati (2003) ainda informa sobre a importância de buscar o envolvimento dos atores locais - comunidades, lideranças, governos, e empresas, na análise situacional e no diagnóstico participativo do ecoturismo.

ii) **Objetivos e metas**: a partir do conhecimento amplo sobre cenário local propõe-se a definição dos objetivos e das metas em torno da atividade. Ou seja, trata-se da reflexão técnica sobre quais resultados são desejados considerados o horizonte temporal e a disponibilidade de recursos. Inclui-se nesta etapa a formulação de um plano estratégico, que contemple a participação ampla dos atores locais, com vistas a direcionar e orientar as iniciativas ecoturística.

iii) Ações: a definição de ações consiste no estabelecimento das atividades prioritárias para a efetivação das medidas planejadas. Trata-se, portanto, da fase de implantação das atividades e recomendações contidas no plano.

iv) Avaliação: compostos por sistemas de monitoramento dos resultados alcançados. A avaliação é imprescindível para verificar o desempenho das ações pactuadas e desenvolvidas, logo, é uma ação que deve ser realizada durante toda fase do planejamento ecoturístico.

A articulação entre associações, conselhos, lideranças comunitárias, prefeituras, entre outros entes nas atividades de planejamento se faz necessária para que seja possível direcionar a atividade do ecoturismo com vistas à sua sustentabilidade (SALVATI, 2003) através da construção de modelos de fomento comprometido com os aspectos sociais e o desenvolvimento local.

Mais que a simples consulta, quando a comunidade é ouvida, vislumbra benefícios e acredita que poderá melhorar a qualidade de vida e o bem-estar coletivo, ela pode mobilizar-se para a condução da atividade. Neste momento, os atores locais, aliados aos setores público e privado, podem estabelecer relações de aproximação visando a construção de um modelo de turismo que propicie o desenvolvimento social e econômico, salvaguardando o patrimônio natural do ambiente. Para Bursztyn et al. (2009, p.86) “a gestão democrático-participativa de práticas turísticas sustentáveis é um processo contínuo de aprendizagem que tem no grau de comprometimento da comunidade a garantia de sua continuidade”.

Neste sentido, o fomento a uma atividade que, através de ações de planejamento, gestão e monitoramento, seja capaz de ampliar as perspectivas de desenvolvimento humano, social, econômico e ambiental representa a possibilidade de conduzir a uma atividade com base na sustentabilidade (OMT, 1995) e no desenvolvimento local. Nessa ótica, o ecoturismo alinha-se às questões trazidas por Sachs através do termo ecodesenvolvimento. Sob esta olhar, o ecoturismo pode auxiliar na condução para o desenvolvimento endógeno e na superação dos problemas locais por meio dos recursos e forças internas, inserindo não apenas os ganhos econômicos em sua abordagem, mas considerando os objetivos sociais e a gestão responsável dos recursos ecológicos (SACHS, 1993).

A gestão participativa do ecoturismo abre espaço para a inserção de abordagens relacionadas ao ecoturismo de base local e de base comunitária e cria outras possibilidades quanto ao planejamento participativo e à gestão compartilhada da atividade. O incentivo à

participação comunitária, neste caso, deve estar alicerçada em um modelo de gestão que privilegie o diálogo e a inclusão das reais necessidades e intenções das comunidades. Deste modo, este trabalho vincula os princípios do ecoturismo ao turismo de base comunitária, como será visto adiante neste trabalho.

### **3.4 Ecoturismo: experiências e políticas brasileiras**

É quase impossível falar sobre o potencial ecoturístico do Brasil e não se reportar à pluralidade de elementos bióticos e abióticos existentes em território nacional. Fauna, flora, biomas, climas e relevos fazem o país figurar entre as nações de maior diversidade de espécies, recursos naturais e paisagens no planeta (IRVING, 2001; NEIMAN, 2005) compondo, juntamente com outros atributos, recursos virtuosos para a atividade ecoturística. As florestas tropicais, com destaque para a Amazônia e Mata Atlântica, o litoral, os “sertões”, as planícies, os campos e serras são, por natureza, potenciais ambientes para o fomento a atividades de contemplação e visitação.

Mesmo com todos os recursos e potencialidades o país não conseguiu estabelecer uma ação estratégica e contínua direcionada à conservação desses ambientes. Isto ocorre, pois, as iniciativas públicas nacionais de conservação das áreas naturais de relevante interesse paisagístico, ecológico ou contemplativo foram instaurados de modo paulatino e desconexo, influenciados muito mais por interesses econômicos e políticos, que pela própria necessidade de resguardar o patrimônio natural brasileiro.

Instituir uma agenda nacional que integre as atividades produtivas com a conservação dos recursos naturais, através de modelos alternativos e inovadores, é apontada por Sabino et al. (2012) como uma medida-chave na superação do dilema “preservar ou progredir”. Neste contexto, o ecoturismo pode atuar como protagonista de um processo que integre as demais atividades econômicas no país em favor do desenvolvimento sustentável. Porém, o fomento à prática ecoturística no Brasil não acompanha as reais demandas de formalização e estruturação provenientes deste segmento - especialmente no que tange a medidas de dimensionamento, monitoramento, qualificação e inserção comunitária. A figura a seguir (figura 2), sistematiza um breve panorama da atividade ecoturística no país, a partir de seus principais marcos inseridos em um espaço temporal de duas décadas.

**Figura 2 - Linha do tempo do Ecoturismo no Brasil**

Fonte: Elaborado pelo autor.

Enquanto prática, o ecoturismo no Brasil torna-se relevante em fins da década de 1980 e início da década de 1990, especialmente no pós Rio-92, a partir de então teve-se um avanço gradual nas ações de fortalecimento da atividade (IRVING, 2001), com a busca por estruturar o segmento, tanto a partir da esfera pública, como da iniciativa privada. Percorridos cerca de trinta anos desde as primeiras iniciativas em favor da estruturação do ecoturismo, tem-se um panorama ainda não consolidado para efetivá-lo enquanto atividade estratégica integrada à conservação da biodiversidade nacional e geração e distribuição de renda nas comunidades locais. Reconhece-se, porém, a evolução no tratar do tema ao passo que se inserem novos desafios para a sua continuidade no contexto nacional.

A análise da linha do tempo de evolução do ecoturismo nacional traz como uma das primeiras iniciativas de apoio ao ecoturismo realizada no país a instauração da Comissão Técnica para o monitoramento do projeto Turismo Ecológico, ocorrida no ano de 1987. Todavia, foi a partir da elaboração das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, no ano de 1994, que teve o principal marco no que tange ao esforço governamental amplo e legítimo para direcionar esta atividade.

No documento referido acima, a esfera pública reconhece o potencial ecoturístico nacional, definindo critérios e ações para a definição de uma política nacional de fomento à

atividade. Sua criação deu-se no contexto pós-Rio-92 por meio de discussões envolvendo diversos órgãos como os ministérios nacionais da Indústria, do Comércio e do Turismo e o Meio Ambiente e da Amazônia Legal, envolvendo também organismos da administração pública indireta, como o IBAMA e a EMBRATUR, bem como entidades como SEBRAE, UNESCO, SENAC, entre outras. (EMBRATUR, 1994).

Um dos grandes avanços trazidos pela publicação é a tentativa de definir, a nível nacional, o que se entende por ecoturismo. Sobre isto, o documento apresenta o ecoturismo como um segmento “que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações” (EMBRATUR, 1994, p. 19).

No início dos anos 2000, o governo brasileiro instituiu uma série de instrumentos da política ambiental no país que repercutem para o fortalecimento do ecoturismo enquanto um segmento estratégico da atividade turística no país. A criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação<sup>4</sup> (SNUC) no ano 2000 destaca-se como uma das medidas mais importantes no que se refere ao ordenamento jurídico e territorial das áreas protegidas brasileiras na regulação do ecoturismo em áreas protegidas.

Vale salientar que a instauração de espaços legalmente protegidos não é algo novo no país. Ainda no ano de 1937 ocorreu a criação da primeira área com fins de proteção dos recursos naturais e visitação turística - o Parque Nacional do Itatiaia (BRASIL, 2010). Nos anos seguintes houve a criação de novos parques no país, como os Parques da Serra dos Órgãos e do Iguaçu, seguida da instauração de uma série de áreas de preservação no país.

Baseado no modelo conservacionista norte-americano de proteção dos espaços naturais (DIEGUES, 2008), o SNUC prevê uma ação mais efetiva da gestão do patrimônio natural nacional e a biodiversidade ao estabelecer critérios, responsabilidades e meios para a sua proteção (MIRANDA, 2013). O sistema instituído a partir de 2000 possibilita a organização de unidades de conservação (UC) em categorias e usos que inclui as restrições e atividades econômicas possíveis. Isto porque o enquadramento das unidades em doze categorias distintas, que por sua vez, são distribuídas em dois grandes grupos direciona os objetivos, os usos, os instrumentos e as estratégias de conservação (ver quadro 2).

De um lado estão as unidades de conservação de proteção integral que preconizam a manutenção do estado natural e o uso indireto dos recursos, especialmente para fins

---

<sup>4</sup> Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.

científicos e a restrição da presença humana, de outro, as de uso sustentável autorizam atividades econômicas controladas e de baixo impacto, incluindo o turismo, de modo a permitir a perenidade dos recursos e dos processos ecológicos (SONAGLIO, 2006). Nesta segunda classificação observa-se a tentativa de legitimar práticas econômicas de pequena escala no interior ou no entorno das áreas protegidas, mesmo assim, as discussões e instrumentos que incentivem e possibilitem a inserção comunitária nas atividades de conservação ambiental foi apresentada de modo marginal neste sistema.

**Quadro 2** - Classificação das Unidades de Conservação de acordo com o SNUC (2000)

<b>Proteção Integral</b>	<b>Uso sustentável</b>
- Estação Ecológica	- Área de Proteção Ambiental
- Reserva Biológica	- Área de Relevante Interesse Ecológico
- Parque Nacional	- Floresta Nacional
- Monumento Natural	- Reserva Extrativista
- Refúgio da Vida Silvestre	- Reserva de Fauna
	- Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	- Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: SNUC, 2000.

Outro ponto a ser lembrado é a criação do Programa de Desenvolvimento Ecoturístico na Amazônia Legal (PROECOTUR). O referido programa foi implantado a partir de 2002 através de uma ação conjunta entre Ministério do Meio Ambiente, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os órgãos estaduais de turismo dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Lembra Fonseca e Rodrigues (2012) que esta iniciativa buscou viabilizar o desenvolvimento de uma atividade sustentável na Amazônia Legal, envolvendo a “melhoria, ampliação ou implantação da infraestrutura básica necessária para o aumento do fluxo turístico para a Amazônia Legal”. O PROECOTUR marca as políticas públicas regionais de ecoturismo tanto pelo pioneirismo, quanto amplitude e cifras envolvidas<sup>5</sup>.

Seguindo na perspectiva histórica, o ano de 2003 foi considerado um divisor de águas para o Turismo na administração pública brasileira. Trata-se do ano de efetivação da pasta específica na estrutura ministerial no governo para tratar a atividade a nível nacional. Com o seu surgimento, o Ministério do Turismo (MTur) deslocou o foco de ação da Embratur para a execução de políticas de promoção turística, e passou a ser o órgão máximo de formulação

<sup>5</sup> De acordo com Fonseca e Rodrigues (2012), os custos das fases de pré-implementação e fase de investimentos somam valor acima de US\$ 213 milhões.

das políticas públicas para o setor (SALVATI, 2003) buscando um novo direcionamento estratégico da atividade no país.

A atuação do MTur no incentivo e promoção do ecoturismo deu-se com a participação de entidades e associações representativas, a exemplo do SEBRAE e da recém criada Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura - ABETA (2004), bem como por meio da atuação transversal de outros órgãos da administração federal, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A partir da instauração do ministério, tem-se, então, um dos períodos mais marcantes em termos de políticas públicas para o setor com o enfoque amplo na relação da esfera pública com o mercado. O investimento em ações estruturantes, a exemplo do incentivo ao empreendedorismo, à certificação, normalização e qualificação despontam como as principais medidas frutos dessa relação.

Surgem as iniciativas para o estabelecimento e fortalecimento do Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS) e do Programa de Certificação do Turismo Sustentável (PCTS). Estas ações pretendiam avançar diante do estabelecimento de normas técnicas e medidas de certificação para o turismo sustentável. Entretanto, estas ações esbarraram na articulação de seus proponentes com as entidades governamentais, bem como, com a sobreposição de funções e o conflito de interesses.

Nos anos seguintes, continua-se a observar a preocupação dos setores públicos e privados com as questões que envolvem a estruturação, a capacitação e o dimensionamento do ecoturismo em âmbito nacional. Prova disto foi o lançamento, através do MMA, das diretrizes de visitação em unidades de conservação nacionais no ano de 2006, que institui princípios para a visitação em áreas protegidas inseridas no SNUC.

O documento elaborado pelo MMA (BRASIL, 2006) ofereceu diretrizes para a realização de atividades de interpretação ambiental, para a participação das comunidades locais na gestão da visitação em UC, para a integração das atividades de visitação com o desenvolvimento local e regional, e ainda, para a acessibilidade, condução e segurança e em outras esferas da visitação. O referido documento, ainda, aborda recomendações para atividades associadas ao ecoturística a exemplo da caminhada, do mergulho, da canoagem e *rafting*, voo livre, cachoeirismo, escalada, ciclismo, espeleoturismo, entre outras práticas (BRASIL, 2006).

Vale ressaltar que, até 2008, não se percebe uma atuação governamental na tentativa de fortalecer comunidades locais para a gestão das práticas de ecoturismo no país. A partir

desse ano, com o lançamento do edital de chamada pública de projetos de TBC pelo MTur, que se observou uma das primeiras iniciativas públicas em âmbito nacional de estímulo de apoio à inclusão ou fortalecimento das iniciativas de base comunitária nas atividades de turismo. Brandão (2014) informou que a intenção desta iniciativa foi de apoiar cinquenta experiências existentes com vistas a qualificá-las e formatá-las para o mercado. Apesar de não vincular diretamente as propostas ao ecoturismo, parte significativa dos projetos selecionados tem interface com esta prática.

Não se pode negar as tentativas de profissionalizar e estruturar a atividade ecoturística no país. Contudo, o cenário ideal ainda permanece longe de ser alcançado, as deficiências quanto ao monitoramento do ecoturismo, especialmente nas unidades de conservação, o reduzido corpo técnico disponível para garantir a proteção e a instauração de instrumentos como o plano de manejo nas UC, os conflitos de interesse provocados pela atividade ecoturística, a exclusão das comunidades tradicionais dos processos decisórios de planejamento e gestão, a informalidade e a baixa capacitação por parte das empresas e dos condutores do ecoturismo despontam como alguns dos entraves à atividade no contexto brasileiro.

## **4 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

Este capítulo busca inicialmente integrar a atividade ecoturística com o referencial do turismo de base comunitária (TBC). Em seguida, o capítulo inicia a reflexão teórica sobre o TBC à luz de vários autores no contexto brasileiro e latino-americano na tentativa de encontrar os princípios e as bases que regem seu entendimento prático-filosófico, bem como, analisa-se os fatores e as motivações para o crescimento de iniciativas turísticas intituladas como comunitárias. Ainda se discute qual o papel da organização comunitária em torno das experiências turísticas baseadas em comunidades tradicionais.

Além disso, propõe-se também abordar como o turismo vem sendo trabalhado em âmbito comunitário pontuando iniciativas de TBC a nível nacional que vem conseguindo obter êxito na gestão compartilhada da atividade. Ainda se discute as dificuldades e as problemáticas enfrentadas pelas experiências locais de turismo e quais os principais desafios a serem superados pela organização comunitária em torno desta modalidade de prática turística.

### **4.1 Integrando o ecoturismo e o turismo de base comunitária**

Neste trabalho há o empenho em visualizar os recursos e potencialidades relacionadas com as atividades ecoturísticas viabilizadas através da perspectiva comunitária. Logo, o referencial teórico deste estudo exige o esforço em compreender os conceitos e as práticas relacionadas com o ecoturismo e a sua interface com o turismo de base comunitária na tentativa de encontrar as suas afinidades e incompatibilidades conceituais e metodológicas.

A interface entre ecoturismo e o turismo de base comunitária é possível, pois, enquanto o primeiro constitui-se como um segmento ou modalidade da atividade turística, o segundo está associado a um modelo de organização (HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011) que, neste caso, privilegia os elementos e atores locais na gestão da atividade. São, portanto, conceitos complementares que, quando inseridos em um mesmo contexto, podem fortalecer e legitimar a prática turística no espaço natural a partir da articulação local - como visto em experiências como a Pousada Uacari/Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e o Ecoturismo Comunitário na Amazônia articulado pelo Projeto Saúde e Alegria.

Ao considerar a inserção das comunidades nas práticas do ecoturismo abre-se espaço para se alinhar, com mais ênfase, o envolvimento dos atores locais em sua estrutura, organização e funcionamento. O ecoturismo, quando planejado e gerido a partir dos atores

locais, reafirma um de seus princípios - a participação - ao passo que permite inserção do termo “comunitário” à sua conceituação sem gerar equívocos ou redundância.

A “base comunitária” no turismo não vem sendo trabalhada exclusivamente por meio do segmento ecoturístico, mas vê neste a possibilidade efetiva de vincular a conservação ambiental e a participação comunitária. Mais que incorporar um adjetivo ao ecoturismo, este processo representa uma abordagem que abarca fatores organizacionais, políticos e identitários e insere a comunidade no centro das decisões e rumos desta prática turística em uma comunidade.

Aproximar as duas práticas justifica-se já que nas atividades ecoturísticas realizadas de “modo tradicional”, mesmo pregando o envolvimento comunitário, as iniciativas e práticas nem sempre satisfazem esta condição ou simplesmente mantêm a participação em níveis incipientes, sem a preocupação genuína com as necessidades e os anseios das comunidades receptoras.

Neste aspecto, o ecoturismo, muitas vezes acusado de excluir as comunidades locais de suas decisões e práticas, passa a incluir os agentes locais enquanto atores fundamentais na condução destas iniciativas. Contudo, é preciso que a atividade ecoturística inserida sob o viés comunitário passe a incorporar, de modo pleno, o conhecimento ecológico empírico e os saberes tradicionais destas comunidades enquanto uma estratégia para a conservação da natureza como propõe Diegues (1997).

Por outro lado, as experiências de TBC tem se apropriado das práticas de ecoturismo, a exemplo da realização de trilhas e de caminhadas em áreas naturais, atividades de interpretação do ambiente e de educação ambiental, para formatar produtos turísticos que integrem a natureza e a cultura das comunidades locais envolvidas. Assim, o ecoturismo - entendido durante todo este trabalho como atividades de visitação em espaços naturais comprometidas com a conservação do espaço e que promovem a conscientização de quem os pratica - pode ser uma das vertentes ou expressões do turismo na comunidade.

Nesse entendimento, o turismo de base comunitária pode ser fomentado de modo consorciado a outras modalidades de visitação ou segmentos turístico, como o pedagógico, o rural, e o cultural. Ao propor a integração entre ecoturismo e TBC é importante ressaltar a necessidade em se conhecer e identificar os pontos comuns e as especificidades de cada conceito e de como superar as deficiências e possíveis confrontos entre as atividades.

## 4.2 O Turismo de Base Comunitária (TBC)

O turismo comunitário, assim como o ecoturismo, surge em contraposição ao turismo de massa, aquele alinhado aos sistemas de produção hegemônicos globais, na reafirmação dos aspectos locais e na busca por meios alternativos de inserção no mercado capitalista. Isto ocorre, pois, se a princípio as alterações provocadas pelo avanço tecnológico e dos processos de globalização beneficiaram a expansão do turismo em seus modos convencionais de produção e consumo, em um segundo momento elas não foram suficientes para atender as exigências e perspectivas do turismo contemporâneo - mais atento às questões culturais e ambientais (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

Ampliando a discussão, Mendonça (2009) afirmou que o atual modelo de desenvolvimento econômico, no qual o turismo convencional está inserido, não é capaz de se sustentar em longo prazo, já que este é relacionado com um sistema político-operacional que interfere crucialmente nas interações biológicas, nos meios de conservação ambiental e na geração de renda local. Em oposição ou contraponto, emergem experiências inovadoras de incentivo e promoção ao desenvolvimento local frente aos desafios urgentes impostos pelo sistema dominante, baseando-se em princípios com a solidariedade, democracia participativa, liberdade, autonomia e autogestão (MARIANI, 2012).

Nesse contexto, reforça-se a necessidade em encontrar vias alternativas de turismo alicerçadas na diversidade, nas estruturas locais e nas forças endógenas (SANSOLO; BURSZTYN, 2009; SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009). A prática turística alternativa contesta os alicerces do turismo convencional ao passo que busca se distinguir da mesma. A atenção à escala, ao mínimo impacto e, especialmente, na experiência no destino e vivência do estilo de vida local são algumas das variáveis inseridas nesta abordagem (COOPER; HALL; TRIGO, 2011).

Nesta direção, Irving (2009) afirma que não se trata em agir contra o turismo já instaurado, mas sim, em questionar as suas bases e encontrar novos caminhos para a atividade. Isto ocorre, pois, para ela,

o fenômeno turístico e o processo de globalização são irreversíveis, e o desafio para um horizonte desejável não mais se traduz na discussão de incompatibilidades e riscos, mas na concepção e desenvolvimento de alternativas criativas e inovadoras de um tipo de turismo que internalize a variável local e as identidades envolvidas (...) (IRVING, 2009, p. 108)

Outro aspecto abordado por Sansolo e Bursztyn, (2009, p. 149) diz respeito às motivações e interesses presentes no ato de viajar. Para os autores, “o homogêneo, o degradado, a relação mediada exclusivamente pelo poder de compra” são gradativamente superadas por novas motivações que partem dos valores simbólicos, vivenciais e experimentais. Assim, em se tratando do turista contemporâneo, as estruturas tradicionais vinculadas ao turismo convencional podem não mais atender as suas vontades e expectativas (COOPER; HALL; TRIGO, 2011; CORIOLANO; BARBOSA, 2012).

O debate sobre as tentativas de se suscitar novas formas de desenvolvimento turístico compatíveis com os atuais desafios e realidades abarca, dentre outras questões, a escuta sobre as demandas locais e a inserção comunitária (MENDONÇA, 2009). É assim que as iniciativas de turismo baseadas em comunidades despontam nas mais variadas partes do mundo, em espaços urbanos e rurais, e têm nos países de economia emergentes e regiões com desigualdades históricas, a exemplo da África e da América Latina, seu principal *locus* (SAMPAIO; CORIOLANO, 2009).

Maldonado (2009) aponta, no contexto latino americano, Equador, Guatemala, Bolívia, Nicarágua e Costa Rica como países que estão mais articulados internamente em favor do TRC - Turismo Rural Comunitário. O fortalecimento da mobilização comunitária no setor turístico nesses países permite a organização e instrumentação da atividade, inclusive através de políticas governamentais, e amplia as possibilidades de inserção do produto turístico local e comunitário no mercado turístico.

O turismo alicerçado no envolvimento e na gestão comunitária, aqui tratado como Turismo de Base Comunitária (TBC), propaga-se sob várias denominações<sup>6</sup> e práticas, é visto como uma das mais evidentes expressões desta nova dinâmica. É um processo de desenvolvimento turístico que, em suma, vem sendo debatido a partir de temas como autonomia decisória, participação, governança compartilhada, território e solidariedade. Ainda, é promovido como uma proposta de desenvolvimento local socialmente mais justa e ambientalmente mais responsável norteada pelos preceitos da sustentabilidade (BURGOS; MERTENS, 2015).

Os conceitos relacionados com o TBC surgem na busca por sistematizar e organizar uma atividade plural, ascendente e, até certo ponto, ainda pouco compreendida. Nesta direção, são várias as contribuições da academia e de instituições de apoio na formulação das

---

<sup>6</sup> O TBC vem sendo desenvolvido e estudado a partir de um amplo hall de denominações e nomenclaturas. Nesta pesquisa, preferiu-se a adoção o termo “Turismo de Base Comunitária”. Todavia, o estudo reconhece como sinônimos ou com ampla aproximação conceitual os termos “Turismo Comunitário”, “Turismo Solidário e Comunitário” “Turismo Rural Comunitário”.

abstrações teóricas e na investigação sobre os pilares que sustentam a sua prática. Maldonado (2009), Irving (2009) Coriolano (2006; 2012), Sampaio (2009; 2014), Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009), Mielke e Pegas (2013) são alguns dos autores que desenvolvem estudos científicos sobre o fenômeno no âmbito nacional e latino americano.

Coriolano, uma das pesquisadoras pioneiras no estudo do TBC no país, conceitua-o como aquele turismo no qual “as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo” (CORIOLANO, 2006, p. 201). Já Maldonado (2009), ao estudar os movimentos baseados em comunidades no contexto da América Latina, colabora ao defini-lo como uma

forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários e de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos (MALDONADO, 2009, p. 31).

Se no conceito de Coriolano (2006) vê-se a maior preocupação com a estrutura, a organização e o controle sobre as atividades que envolvem o turismo, para Maldonado (2009) TBC é situado enquanto um modelo de gestão e organização sustentável que, além de incluir os agentes locais, preza, sobretudo, pela propriedade compartilhada dos bens e pela distribuição equitativa de seus resultados. Apesar dos conceitos privilegiarem seus aspectos organizacionais, os fatores políticos, sociais e simbólicos, que permeiam tanto o conteúdo, quanto as formas, não podem ser excluídos na busca por seu entendimento integral.

Na ótica de Sampaio et al. (2014, p.46), a prática do TBC traduz-se enquanto uma “estratégia de comunicação social para que comunidades tradicionais, com desvantagens históricas, viabilizem seus respectivos modos de vida”. Logo, para o autor, o TBC se refere a uma prática social de resistência e de (re)afirmação dos grupos tradicionais frente a práticas e pressões dos atores hegemônicos através de uma atividade econômica - neste caso, o turismo - que possibilite a sua permanência e a manutenção de sua identidade.

Irving (2009), por outro lado, apresenta o TBC a partir de outra perspectiva, situando o turismo enquanto um fenômeno contemporâneo complexo e propondo a sua ressignificação para além dos estereótipos consolidados. Para ela, o termo refere-se ao turismo que “favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento” (IRVING, 2009, p. 111). Desta forma, o encontro, a

convivência e a promoção do bem-estar afetivo e emocional das comunidades e dos visitantes, e o alcance do desenvolvimento local, através da atividade turística dominam o cerne de sua interpretação.

Os entendimentos sobre TBC aqui trazidos contribuem para o avanço de sua compreensão na medida em que se discutem, dialogicamente, seus princípios e aproximações filosóficas e metodológicas. Apesar das divergências conceituais, podem-se encontrar aproximações quanto às suas estruturas e os seus alicerces. Destaca-se, portanto, a principal delas - o envolvimento comunitário.

Assim, o ponto de partida para a compreensão dessa proposta de organização da atividade turística é o entendimento sobre a organização comunitária. Diegues (1997; 2008), ao se referir sobre comunidades tradicionais diz tratar-se de uma forma de organização social e econômica que propicia a baixa acumulação de capital a partir de atividades econômicas de pequena escala, com forte dependência dos recursos naturais, a exemplo da agricultura, da pesca, da coleta e do artesanato e com vínculos emocionais com o território onde está inserida.

No TBC, a comunidade, reconhecida como agrupamento social com atributos e organizações semelhantes, com forte apego social, histórico e territorial (CORIOLANO, 2006), passa a ser espaço do turismo. Porém, diferentemente dos modelos turísticos convencionais, no TBC o envolvimento dos atores locais dá-se a partir da mudança de paradigma na qual as comunidades - ribeirinhos, caiçaras, indígenas, quilombolas, agricultores familiares, entre outras - antes passivas, excluídas e exploradas pela atividade, assumem o protagonismo no desenvolvimento e na gestão turística em nível local (BURSZTYN, 2005; IRVING, 2009; MIELKE; PEGAS, 2013).

Neste processo, os aspectos históricos, culturais, ambientais e identitários são recursos apropriados pelo turismo e geridos no âmbito das comunidades locais. Nessa abordagem, a convivencialidade comunitária, traduzida pelas relações sociais, modos de vida, atividades produtivas tradicionais, festejos, danças e organização interna, passa a ser o principal atrativo para a prática turística (SAMPAIO; CORIOLANO, 2009).

A partir da sua inserção no turismo, as comunidades passam a incorporar os desafios, as tensões e as oportunidades geradas por esta atividade. Constitui-se em um processo de escolhas, portanto, eminentemente político, no qual os agentes comunitários devem, em conjunto, decidir sobre como o turismo será organizado e desenvolvido na esfera comunitária, quais instrumentos serão utilizados, quais as estratégias adotadas, enfim, qual o papel da atividade no contexto local? À comunidade cabe “atuar como soberana para o

desenvolvimento do seu meio de vida” (LTDS, 2011, p. 20), cientes dos riscos, benefícios e dos esforços exigidos por estes projetos.

A gestão participativa deve ser compreendida como uma das condições para as iniciativas de turismo baseadas na comunidade (BURSZTYN, 2005; IRVING, 2009). Na visão de Burgos e Mertens (2015, p. 58), a participação diz respeito a um “processo e instrumento dinamizador resultante do engajamento de indivíduos em ações coletivas, onde diferentes atores sociais viabilizam um projeto, procurando um objetivo comum”. Para os autores, o nível de engajamento e participação depende da estrutura de relações entre os membros comunitários e entre estes e o ambiente externo, bem como dos interesses e intenções quanto ao desenvolvimento turístico local.

A participação, enquanto uma ferramenta de inserção comunitária, conduz as comunidades locais frente às problemáticas e oportunidades geradas pela prática turística e deve ser projetada enquanto elemento-chave para o alcance da sustentabilidade nas propostas relacionadas ao TBC (IRVING, 2009). Quando direcionada às reais necessidades e anseios locais, a gestão participativa pode guiar para o exercício pleno da cidadania, bem como, garantir a equidade na distribuição de seus benefícios, ampliando as chances de sucesso das iniciativas de base local e ampliando a qualidade de vida das populações inseridas (BURGOS; MERTENS, 2015).

Outro aspecto comum sobre o entendimento do TBC é a distribuição dos resultados enquanto condicionante para as iniciativas de base comunitária. Para que a divisão justa dos benefícios da visitação possa se estabelecer é imprescindível a existência de organismos internos de controle norteados pelos princípios da ética. Nesta direção, Irving (2009), adverte sobre a importância da aplicação de indicadores que possam avaliar e oferecer transparência à gestão - ação muitas vezes negligenciada.

Sob esta ótica, não se questiona a capacidade mobilizadora, executora e criativa dos atores comunitários em gerir as práticas de TBC através da governança local, da participação e da equidade. Mas, cabe refletir acerca das exigências necessárias para que a atividade turística de base comunitária consiga, de fato, estabelecer-se por meio da gestão eficiente e sustentável dos recursos locais. Isto porque, a ausência de uma organização interna relacionada com o planejamento, a gestão e a tomada de decisão sem dúvidas comprometerá, ou mesmo inviabilizará, a médio e longo prazo, estas iniciativas.

### 4.3 Turismo de Base Comunitária no Brasil: estruturas locais e funcionamento

Mesmo enquanto uma atividade econômica que foge aos moldes tradicionais, o turismo de base comunitária está subordinado à existência ou criação de pequenas estruturas físicas e organizacionais próprias. Isto porque qualquer prática turística exige a atenção ao acolhimento e bem-estar dos visitantes e visitados, bem como, de meios para a governança de sua prática. Do ponto de vista estrutural e metodológico, o que se vê é a diversificação de experiências comunitárias em torno do turismo, aproveitando os recursos e estruturas locais para a gestão da atividade.

A pluralidade de iniciativas de TBC no contexto nacional revela a inclusão e a aceitação, cada vez mais ampla, de suas propostas nas comunidades locais. Apesar da não existência de um mapeamento consolidado de iniciativas de turismo alicerçadas sob esta denominação no Brasil, a *Red de Turismo Comunitário de América Latina* - Redturs destaca a atuação de trinta e sete destinos ou experiências de TBC no país (REDTURS, [20--]). Dentre estas, chama a atenção as de maior estruturação e consolidação, a exemplo: do Turismo Comunitário e Sustentável na comunidade caiçara da Prainha do Canto Verde (CE), as Trilhas Griôs na Chapada Diamantina (BA), o Turismo Comunitário no Rio Negro - Roteiro TUCORIN (AM), a Pousada Comunitária Uacari na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM) e o agroturismo, integrado ao turismo pedagógico e ao cicloturismo, do projeto Acolhida na Colônia (SC).

Frente a estas experiências, é possível compreender que o TBC assume formas diversas e tem buscado integrar-se às realidades comunitárias, muitas vezes vinculadas a áreas rurais e espaços naturais protegidos, próximos a destinos turísticos já consolidados (BURGOS; MERTENS, 2015) e integrados a segmentos turísticos como o turismo rural, o agroturismo, o turismo cultural e o ecoturismo.

A indefinição quanto ao escopo das propostas de TBC e a articulação de sua prática apoiada nos variados segmentos do turismo têm influenciado no conjunto de atividades, roteiros e programações inclusos nestas experiências. Trilhas, ciclismo, observação da vida silvestre, canoagem, oficinas práticas, contação de estórias, danças, eventos e outras manifestações culturais locais são atividades presentes em grande parte dos roteiros de TBC comercializados no país. Porém, é possível dizer que as atividades vinculadas ao cotidiano local são aquelas que, legitimamente, estão mais atreladas aos princípios do TBC. Portanto, a vivência do ambiente comunitário é o cerne na prática turística comunitária.

A hospedagem domiciliar, embora não seja um requisito nos conceitos vinculados ao TBC, está presente em parte significativa dos projetos turísticos nas comunidades locais. Em geral, esta prática ocorre com a destinação de um ou mais cômodos das residências locais para a pernoite e acomodação do turista no destino, evitando a criação de estruturas de hospedagem que também poderiam descaracterizar o ambiente local. Projetos com mais recurso, a citar o Programa de Turismo de Base Comunitária desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, têm adotado outra estratégia, a criação de pousadas comunitárias, equipamentos de hospedagem geridos a partir de entidades associativas ou outros meios colaborativos de administração com a distribuição de seus resultados aos agentes comunitários participantes.

Já a comercialização destes produtos turísticos tem se dado a partir do contato direto ou por meio da intermediação. Porém, diferentemente da venda de pacotes e destinos convencionais, no TBC o produto turístico busca internalizar as noções de comércio justo, solidariedade e cooperação. Este produto, também se distingue do pacote turístico massificado por agregar elementos simbólicos voltados à experiência individual do visitante na comunidade e não nos estereótipos de consumo cujo turismo convencional está alicerçado.

O crescimento de iniciativas turísticas intituladas como comunitárias tem motivado a instalação de agências de viagem especializadas na venda de roteiros vinculados ao TBC. Muitas vezes, essas empresas estão situadas em centros emissores de turistas, fazem uso efetivo de ferramentas da internet na divulgação de seus produtos e conseguem, com maior facilidade, estabelecer a ponte entre a oferta (comunidade) e a demanda (clientes). Na aproximação comercial entre a empresa e a comunidade, o entendimento de ambos acerca dos princípios intrínsecos as práticas de TBC deve prevalecer sob as intenções de ganhos privados, pois o posicionamento inadequado de uma das partes, indubitavelmente, maculará aquela relação.

Apesar de seu crescimento, nem sempre as iniciativas de TBC tem conseguido êxito em sua atuação. Muitas vezes, os projetos de turismo comunitário enfrentam dificuldades em sua estruturação interna e no uso de ferramentas de gestão que ofereçam suporte para que os seus princípios e objetivos sejam atingidos. Na implantação das práticas turísticas de base comunitária o querer coletivo e a capacidade de mobilização endógena, apesar de condicionantes, não são plenamente suficientes para conduzir uma iniciativa em médio e longo prazo. Decidir desenvolver a visitação de base comunitária implica necessariamente em instaurar medidas de planejamento e gestão que, neste caso, devem visar à melhora econômica e à geração de oportunidades ao lugar (CORIOLANO; BARBOSA, 2012).

Nesta direção, o fortalecimento das medidas de governança local que, além de viabilizar a participação endógena, possibilite ampliar e distribuir seus resultados vem a contribuir satisfatoriamente para o gerenciamento do turismo localmente. Uma das principais estratégias para a estruturação de ações de TBC tem sido a constituição de entidades associativas para fins de planejamento e organização do turismo em nível local (SAMPAIO et al., 2014).

Na visão de Teixeira et al. (2012), entidades associativas, para qualquer que seja seu objetivo central, afirma-se como um instrumento para o alcance a uma “outra democracia” ao prezar pela justiça e pela atenção às realidades e às necessidades dos indivíduos. Essas organizações, como associações comunitárias ou cooperativas, agem, muitas vezes, na ausência das iniciativas governamentais, evidenciando as problemáticas locais, reforçando os potenciais endógenos, promovendo o empreendedorismo e a autonomia.

A atuação dessas organizações no TBC suscita a estruturação das normas e responsabilidades para sua prática e na maior relevância com que os debates e as discussões sobre o turismo são realizados no âmbito comunitário. Ainda, age para fortalecer a governança local e viabilizar um modelo de gestão norteado pela cooperação entre os indivíduos (MIELKE; PEGAS, 2013), se aproximando dos preceitos da economia solidária.

Mesmo assim, na visão de Mielke e Pegas (2013), os projetos de TBC têm enfrentado dificuldades para se consolidarem. Para eles, o acesso a mercados, à governança local e efetivação das parcerias, são pontuados como os principais entraves para o desenvolvimento e a manutenção dos projetos de base comunitária fazendo com que a maior parte dessas ações necessite de assistência externa, técnico e financeiro, constante para continuarem a existir (MIELKE; PEGAS, 2013).

Os apontamentos de Mielke e Pegas (2013) a respeito das problemáticas no fortalecimento e continuidade das experiências de TBC podem ser vistos não como causas, mas sim, como consequências da desestruturação do senso e coletividade e associativo das comunidades locais em que os projetos de TBC estão situados. Sob esta ótica, dificilmente os habitantes tradicionais conseguiram gestar e manter um projeto comunitário no turismo ou em qualquer que seja a esfera de ação do mesmo.

Com isto posto, a assistência aos promotores do turismo de base comunitária, através de entidades de fomento, organizações não governamentais (ONGs) e governos se mostra, em muitos casos, fundamental para a continuidade dessas propostas. Neste sentido, o apoio externo não deve substituir a liderança local (CORIOLANO; BARBOSA, 2012), tampouco gerar dependência, especialmente a financeira. A oferta de recursos para que os projetos de

base local possam ser viabilizados devem se afastar do assistencialismo e partir de compromisso mútuo para o desenvolvimento desta atividade.

Contudo, Brandão (2014) lembra que a atuação de entidades externas em projetos de turismo de base comunitária pode limitar a participação das populações locais nos processos decisórios e desarticular ou reprimir o envolvimento dos residentes nas iniciativas de TBC, comprometendo a autogestão da atividade. A autora questiona:

até que ponto os membros das comunidades que se dizem fomentadoras do TBC são de fato atores de seu próprio desenvolvimento? Será que, de fato, o poder de ouvir e ser ouvido, e, principalmente, o poder de decidir é formulado a partir de opiniões oriundas dessa participação popular? Ou será que este é somente um discurso elaborado por quem se julga no direito de decidir, e reaplica esse argumento para que os demais se sintam representados? (BRANDÃO, 2014, p. 178-179)

Mesmo com a articulação de instituições externas à comunidade em apoio aos projetos de TBC, o protagonismo comunitário deve ser resguardado. Isto implica, primeiramente, na definição de papéis e funções entre os entes comunitários e as entidades de apoio, bem como, a definição dos objetivos, a mensuração dos resultados esperados e a adoção de ferramentas de gestão e monitoramento da atividade.

A atuação da esfera pública, reconhecendo, apoiando e promovendo as iniciativas de base local também se mostra um importante mecanismo de fortalecimento das iniciativas de TBC. No contexto latino-americano, vários países enxergam nas práticas turísticas protagonizadas por agentes comunitários as oportunidades para a geração de renda e para o desenvolvimento local. A efetivação de uma agenda política de fomento às experiências de TBC surge nos países de economias emergentes através de planos nacionais de viabilização e apoio da gestão comunitária do turismo vinculado às políticas sociais.

O apoio a iniciativas incluídas no *hall* de experiências turísticas comunitárias no Brasil somente teve início no final da primeira década dos anos 2000. O auxílio ao TBC foi executado por meio da estruturação de um edital voltado ao auxílio a cinquenta projetos de base comunitária no país, em 2008, é vista como a primeira e maior política de governo direcionada para estruturação da atividade a nível nacional. Esta ação dialoga com a visão de futuro para o turismo brasileiro vigente entre 2007 a 2010 através de implementação do Plano Nacional de Turismo - Uma viagem de inclusão. O referido documento enfatiza a capacidade da atividade turística na geração e geração de divisas, na diminuição das desigualdades sociais locais e regionais, no fomento a igualdade de oportunidades e no respeito ao ambiente e ao patrimônio cultural e histórico do país (BRASIL, 2007).

Porém, pela ausência da ação estratégica perene, as políticas brasileiras alinhadas a articulação das comunidades em torno do turismo ainda não foram capazes de oferecer medidas de incentivo, sustentação e promoção que propicie e estimule a geração de oportunidades em âmbito local. Evidenciam Bursztyn et al. (2009) que esta situação é oposta ao analisar o estímulo governamental a megaprojetos turístico instalados, sobretudo, na costa nordestina via Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro (PRODETUR-NE).

Por outro lado, a atuação de redes de cooperação que congregam as iniciativas locais de TBC tem favorecido e colaborado com a estruturação dos projetos comunitários e promovendo a difusão de seus preceitos para a sociedade. A Rede de Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL) promove a articulação das experiências de TBC a nível nacional. Surgida em 2003, agregando inicialmente sete iniciativas turísticas comunitárias, a Turisol tem como função maior o fortalecimento do TBC no Brasil. Mesmo com dificuldades, o que inviabilizou quase por completo a sua operação durante cerca de três anos, a rede tem buscado articular ações em quatro linhas principais: formação e capacitação; produção de conhecimento; impactos em políticas públicas e promoção e comercialização.

Em 2015, a Turisol realizou seu segundo Encontro Nacional atraindo as lideranças dos atuais treze projetos participantes (listadas no quadro 3), além de representantes de outras iniciativas de TBC no país, organizações não governamentais, operadores voltados a comercialização do TBC, gestores públicos e pesquisadores. Reconhece que a troca de saberes e experiências promovida durante a realização do evento foi um passo importante para o alcance dos objetivos da rede.

**Quadro 3** - Iniciativas de TBC incluídas na Rede Turisol

Participantes da Rede Turisol
Rede Tucum - Rede Cearense de Turismo Comunitário (CE).
Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (Silves, AM).
Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (Santa Rosa de Lima, SC).
Instituto Terramar (Fortaleza, CE).
Fundação Casa Grande (Nova Olinda, CE).
Associação Projeto Bagagem (São Paulo, SP).
CEAPS Projeto Saúde e Alegria (Santarém, PA).
Associação Grãos de Luz (Lençóis, BA).
Instituto Formação (MA).

Pousada Uacari, Instituto Mamirauá (Tefé, AM).
--

Fonte: Rede de Turisol.

Além disso, a instauração de redes estaduais e locais e fóruns tem suscitado a criação de espaços de diálogo, reflexão e instrumentalização do turismo de base comunitária e mostrado um meio para mobilização em torno de sua prática. Assim, a Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum), a Rede Caiçara de Turismo Comunitário de Paranaguá e o Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Parati e Ubatuba e o Fórum de Turismo de Base Comunitária do baixo Rio Negro são algumas das iniciativas.

Os exemplos acima comprovam que, embora o estímulo às propostas de TBC por parte do poder público ainda não satisfaçam as demandas das experiências de turismo de base comunitária no país, a presença de redes de cooperação e entidades de apoio tem contribuído para a difusão dos preceitos e das boas práticas de turismo baseadas na localidade e na inserção comunitária.

## **5 DIAGNÓSTICO TURÍSTICO DA COMUNIDADE DE FORTE VELHO**

A realização do diagnóstico turístico de Forte Velho foi ancorada em duas fases com objetivos e estratégias de ação distintas e complementares. Na primeira delas foram coletados dados gerais para caracterização geral e turística da comunidade e de seu entorno - o estuário do rio Paraíba. O contato com os atores locais nesta etapa da pesquisa permitiu o registro sobre o cotidiano da localidade e dos indivíduos que ali residem, visualizar os seus principais problemas e desafios, além de observar a dinâmica da organização comunitária na perspectiva de identificar se existiam ações de articulação e de associativismo no âmbito comunitário.

Já a segunda esteve atrelada intimamente à prática turística, como ela tem se comportado, quais estruturas estão disponíveis, qual o posicionamento de seus agentes no incentivo à sua consolidação, entre outros apontamentos. Neste momento, buscou-se identificar, através do uso de ferramenta participativa, os principais atrativos e potencialidades da comunidade e de seu entorno e compreender quais os principais entraves para o desenvolvimento do turismo. Por fim, o estudo relacionará o potencial turístico local às proposições que envolvem o turismo de base comunitária e o ecoturismo na intenção de analisar se esta é uma atividade viável nesta localidade.

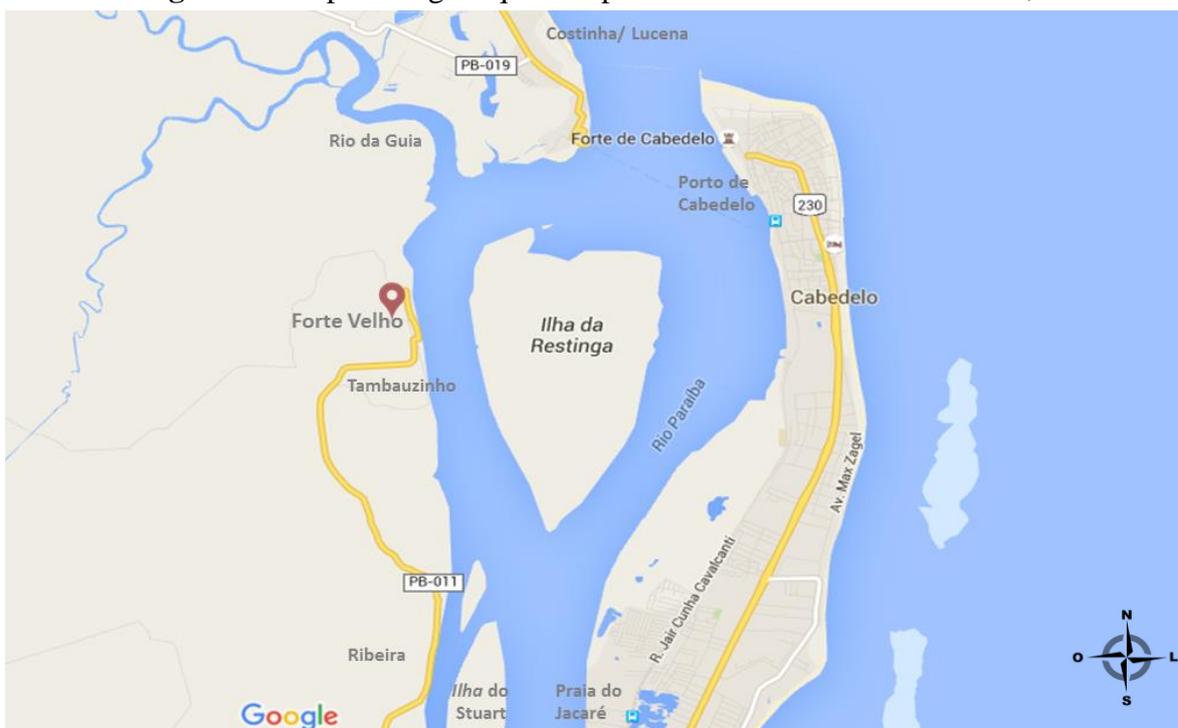
### **5.1 Caracterização - o estuário do rio Paraíba**

O estuário do rio Paraíba<sup>7</sup> é caracterizado como um sistema ambiental complexo, dinâmico e de grande relevância para a manutenção da biodiversidade costeira (MARCELINO, 2005; LEÃO, 2008). Este ambiente é recortado por afluentes e canais de baixa vazão onde estão inseridas ilhas fluviomarinhas, sujeito direto ao regime das marés e envolto por manguezais degradados e parcialmente preservados (MARCELINO, 2000; ALVES, 2011; STEVENS, 2012). A região está localizada na área de maior adensamento populacional, empresarial e industrial do Estado da Paraíba, estendendo-se por uma área com cerca de 22 km, percorrendo espaços urbanos e rurais (STEVENS, 2012) entre os municípios de Bayeux, João Pessoa, Santa Rita, Cabedelo e Lucena.

---

<sup>7</sup> Durante todo o seu percurso, que abrange uma área de aproximadamente 300 km de extensão entre sua nascente na Serra do Serra de Jabitacá (município de Monteiro, PB) até a sua foz no Oceano Atlântico, o rio Paraíba é acometido por intensos processos de degradação da sua qualidade ambiental, o que interfere na dinâmica ecológica local.

**Figura 3** - Mapa da região que compreende o estuário do rio Paraíba, PB.



Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor.

Os impactos provenientes da ocupação inadequada do lugar e da exploração dos recursos da região estuarina do rio Paraíba têm-se intensificado com o crescente aumento populacional da região metropolitana de João Pessoa (NISHIDA et al. 2004), com a expansão das atividades econômicas e com os usos conflitantes do ambiente. Nesse contexto, as problemáticas ambientais são apresentadas pela AESA (2004, p.48):

Poluição, desmatamento, assoreamento, especulação imobiliária, falta de controle do processo de ocupação do solo, inexistência de um trabalho de educação ambiental das populações ali residentes, aumento do tráfego de embarcações de todo o tipo, são problemas que destroem a fauna e a flora do ecossistema que já figurou entre os mais importantes santuários ecológicos da costa brasileira.

Isto é comprovado, por exemplo, em estudos como o de Stevens et al. (2012). Nele, os autores alertam para a perda da biodiversidade local nos ecossistemas terrestres associados ao ambiente estuarino do rio Paraíba. Em suas análises, realizadas a partir das ferramentas de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), os autores constataram a diminuição dos fragmentos nativos do bioma mata atlântica na região de entorno do estuário na ordem de 41% entre os anos de 1970 a 2010.

As medidas de conservação que abrangem o estuário do rio Paraíba e de seu entorno têm se mostrado pontuais e ineficientes, o que tem favorecido a degradação ambiental e social que ocorre neste espaço. Iniciativas pontuais têm buscado alertar e conservar a região estuarina, mas ainda apresentam ações restritas e baixo apoio da sociedade e dos órgãos de fiscalização e controle. Nesta direção, um conjunto de ações que envolvam planejamento, monitoramento, controle e pesquisas científicas<sup>8</sup> podem conduzir a um cenário de maior proteção ao ambiente estuarino.

A ocorrência de comunidades inseridas nesse espaço é significativa em ambas as margens, porém, distinguem-se pelos usos e ocupação do espaço. A margem direita, compreendendo os municípios de Bayeux, João Pessoa e Cabedelo, apresenta usos distintos e conflitantes, com expansão das atividades industriais, comerciais e de serviços (REGO FILHO, 2013), além da atividade turística. Neste ambiente, verifica-se, ainda, a presença de habitações irregulares, como comunidades carentes e condomínios habitacionais de luxo em áreas de proteção permanente, acentuando a perda relevante da vegetação associada, como manguezal e mata de restinga e contribuindo com o escoamento de efluentes domésticos não tratados para a área estuarina.

Em sua margem esquerda predomina a existência de comunidades rurais e ribeirinhas de pequeno e médio porte situadas nos limites entre as extensas áreas de produção canavieira e os pequenos fragmentos de mata atlântica e manguezais ainda presentes. Os distritos de Livramento, Forte Velho e Ribeira e a comunidade de Tambauzinho<sup>9</sup>, pertencentes a zona rural do município de Santa Rita e Costinha, no município de Lucena, já na transição entre o ambiente estuarino e o mar, são povoações tradicionais que mantêm uma relação de interação e dependência com os provimentos oferecidos pelo complexo estuarino.

Grande parte dos moradores dessas comunidades ainda hoje é formada por pescadores artesanais, marisqueiros e pequenos agricultores. As atividades tradicionais, mesmo perdendo força para outros meios de sobrevivência, ainda é relevante. Neste sentido, o estuário exerce influência na renda dos indivíduos dessas comunidades já que, como lembram Nishida et al. (2004) e Marcelino et al. (2005), parcela considerável das famílias tem no estuário sua fonte principal ou alternativa de renda.

---

8 O projeto Extremo Oriental das Américas, uma ação conjunta do ICMBio, UFPB e IFPB, tem tentado encontrar meios para minimizar a perda da biodiversidade no estuário do rio Paraíba e no entorno da Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo, propondo a criação de um mosaico formado a partir das atuais 16 Unidades de Conservação e áreas de preservação existentes na região estuarina e seu entorno (ICMBio, 2012).

9 Atualmente denominado de assentamento Dom José Maria Pires.

Ainda no espaço em questão, a ocorrência de conflitos de ordem econômica, social e fundiária também é significativa. As comunidades inseridas na área de estuário carecem de estruturas e serviços básicos que envolvem a satisfação das necessidades vitais dos indivíduos e que possibilitem a interação sadia com o estuário. A precariedade na oferta de assistência básica em saúde, educação, saneamento básico, segurança pública e comunicação tem afetado a qualidade de vida, o bem-estar e a geração de oportunidades para os moradores dessas localidades. A relativa distância<sup>10</sup> entre a sede municipal e as comunidades rurais e ribeirinhas, bem como a baixa representatividade política das comunidades na gestão local tem contribuído para agravar ainda mais este estado.

## 5.2 A comunidade de Forte Velho

Forte Velho segue o exemplo de muitas povoações tradicionais que habitam o litoral nordestino. Um pequeno núcleo de povoamento com forte relação com a atividade pesqueira, características históricas e culturais singulares, sob intensa influência do ambiente onde está inserido e sofrendo pressões de atividades econômicas e de grupos externos, incluindo a atividade turística, que alteram e desestruturam substancialmente a sua organização interna.

A referida localidade tem sua origem na constituição de um espaço de proteção e povoamento na área estuarina do rio Paraíba ainda na época colonial<sup>11</sup>. Em matéria publicada no jornal A União (GOUVÊA, 2011), o pesquisador Guilherme D'Ávila Lins defende a tese de que Forte Velho seria o primeiro núcleo de povoamento constituído na capitania da Paraíba, mantendo assim relação direta com a conquista do território da Paraíba. A ideia é sustentada pelo autor a partir da evidência da edificação, no ano de 1584, de um fortim em madeira denominado de Forte de São Felipe e São Tiago e da instalação de uma alcaidaria neste lugar. Porém, de acordo com o mesmo, a intenção de proteger a costa de possíveis ataques fracassou com o abandono prematuro da edificação militar. Em uma versão histórica mais aceita, as ruínas do antigo forte passam a ser conhecidas como Forte Velho, dando nome àquela região.

Outro registro histórico é realizado já no início do século XX, quando da aquisição das terras pelo Sr. Carolino Ferreira Soares, major fiscal da Guarda Nacional. De acordo com o

---

<sup>10</sup> Distância entre Santa Rita (sede municipal) e Forte Velho: 30,6 km; Santa Rita e Ribeira: 25,3 km; Santa Rita a N. Senhora do Livramento: 21,2 km.

<sup>11</sup> Apesar de sua importância, sua história apresenta longos períodos não registrados, fatos não consensuais e, até mesmo, acontecimentos desconhecidos. É importante salientar que esta pesquisa não objetiva discutir e questionar os fatos históricos da formação de Forte Velho.

registro da família Ferreira Soares, Forte Velho é apresentada naquela época como “uma fazenda com 1.200 hectares e com aproximadamente 8 mil pés de coco, localizada na foz do rio Paraíba, às margens da Praia de Costinha, quase defronte ao porto de Cabedelo”. A propriedade era moradia daquela abastada família e de empregados ligados à fazenda. No relato exposto, não foi possível colher referências diretas sobre a existência de moradores tradicionais, no entanto, existência de atividades econômicas, como a plantação de cocos e também de uma casa de farinha, implica no trabalho humano que, possivelmente era realizado por pessoas que residiam em áreas próximas ou na própria localidade.

**Figura 4** - Vista parcial da comunidade de Forte Velho em matéria jornalística na década de 1990



Fonte: desconhecida.

Em tempos atuais, a localidade encontra-se elevada à categoria de distrito pertencente à zona rural do município de Santa Rita (Lei 1.529, de 26 de abril de 2013). Este município integra a região metropolitana de João Pessoa (RMJP) e, nos últimos anos, tem apresentado relativa melhoria em seus indicadores de desenvolvimento. O IDHM, índice que mensura o desenvolvimento humano municipal, obteve um expressivo salto entre os anos 1991 e 2010, passando de 0,367 e chegando a 0,627, situando-se atualmente em níveis médios, e, portanto aceitáveis, de desenvolvimento humano (PNUD, 2013). Porém, seu resultado ainda figura abaixo dos índices alcançados por municípios vizinhos como João Pessoa, Cabedelo e Bayeux.

A melhoria relativa dos indicadores econômicos e sociais à luz do IDH-M (2010), notadamente no que se refere à educação, seguida da longevidade e da renda, não revela a

totalidade de problemáticas presentes neste município. O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (BRASIL, 2015) apontou no ano de 2014 que, entre os 283 municípios brasileiros, Santa Rita figurou na décima sexta colocação dentre aqueles de pior desempenho na avaliação do índice a nível nacional. A publicação traz a comparação dos resultados obtidos naquele ano, com os números de 2007, quando o município encontrava-se na sexagésima posição, evidenciando o agravamento desta problemática no contexto municipal nos últimos anos.

Territorialmente, Santa Rita possui 730,205 km<sup>2</sup> de extensão (IBGE, 2010) sendo a maior parcela inserida em espaços rurais, apresentando vastas áreas de cultivo destinadas à monocultura da cana-de-açúcar e do abacaxi. A mecanização da lavoura e a desestruturação das atividades agrícolas tradicionais trouxeram como resultado a fuga do homem do campo para a cidade especialmente na última década do século XX neste município. Todavia, após apresentar decréscimo significativo de sua população rural entre 1991 a 2000, foi perceptível o aumento no número de habitantes que residiam no campo em 2010 em termos absolutos.

Seguindo esta tendência, a comunidade de Forte Velho assistiu a um relevante crescimento de sua população nos últimos anos - especialmente com a chegada de famílias externas à comunidade. Se, no ano de 2006, a prefeitura municipal constatou (SANTA RITA, 2006) a existência de 533 moradores na comunidade, dados mais recentes disponibilizados pelo IBGE (2010) indicaram a presença de 991 habitantes na localidade. No entanto, mesmo com crescimento habitacional acelerado, as deficiências na infraestrutura local e na qualidade dos serviços públicos oferecidos à população permanecem e são, até mesmo, agravadas pelo aumento populacional e pela baixa perspectiva de geração de renda na comunidade.

A prática pesqueira, atividade tradicional de Forte Velho e das demais povoações que habitam a margem esquerda do estuário do rio Paraíba, ainda resiste enquanto atividade econômica representativa para grande parte dos habitantes do lugar<sup>12</sup>. Entretanto, há relatos contundentes, inclusive alguns deles colhidos durante a realização da pesquisa de campo deste trabalho, que versam sobre as problemáticas ambientais e a provável diminuição dos estoques pesqueiros, incluindo crustáceos, na área do estuário do rio Paraíba. Nishida et al. (2004) apontam para fatores como a ausência de medidas de gestão e monitoramento da pesca realizada neste espaço, somados à ocorrência de impactos ambientais relacionados com a poluição e a eutrofização da área estuarina como possíveis causas da retração da pesca nesta região.

---

<sup>12</sup> A colônia de pescadores Z-11, que tem sede em Forte Velho e tem jurisdição em todo o município de Santa Rita, possui cadastro de 450 pescadores.

Ainda que a localidade seja constantemente afeta à geração de desequilíbrios e conflitos socioambientais, a relevante beleza cênica e a vocação do lugar para o turismo tem ensejado um fluxo de visitação espontâneo, sazonal e pouco organizado até a comunidade. A ausência de medidas de planejamento e organização de sua prática, bem como, de ações que visam capacitar e integrar a comunidade local na atividade não têm favorecido a estruturação e o desenvolvimento do turismo neste espaço.

A atual prática turística realizada neste espaço, bem como a perspectiva do aumento da circulação de turistas e visitantes decorrente da cobertura asfáltica do principal acesso terrestre às povoações que margeiam o estuário, pode interferir, em um futuro não muito distante, na dinâmica do ambiente e das comunidades tradicionais como Forte Velho e nos demais povoados inseridos no entorno do estuário. Nishida et al. (2004) afirmam que o processo desencadeado através do turismo já foi iniciado, o que acentua a necessidade de ação organizada para dimensionar e direcionar a atividade neste espaço.

### **5.3 Diagnóstico situacional - Forte Velho do coco-de-roda à luta pela terra - carências, conflitos e transformações**

O contato com os atores locais de diferentes perfis, residentes em Forte Velho, para a realização de entrevistas individuais semiestruturadas viabilizou não apenas o conhecimento acerca da atual formação da localidade, mas permitiu também a análise de fatos históricos das duas últimas décadas indispensáveis para a construção do cenário comunitário atual. A identificação das problemáticas, dos conflitos e das transformações que acometeram o lugar, o ambiente natural e seus habitantes abre espaço para pontuar as melhorias nas condições de vida da população e, num outro momento, para refletir a respeito de ações viáveis que, se implantadas, poderiam contribuir em seu fortalecimento interno.

A comunidade estudada registra em sua história recente a presença de conflitos de ordem social, econômica e ambiental que, em muito, tem contribuído para desestabilização das práticas tradicionais, das atividades produtivas e do espaço natural local. A questão fundiária e a luta pela posse da terra são outros pontos cruciais no entendimento sobre a constituição da comunidade com repercussão direta na atual configuração e organização desta localidade.

Partindo deste aspecto, o registro oral dos colaboradores deste estudo aponta que a problemática fundiária iniciou-se com o falecimento do antigo dono das terras, o Sr. A. E. P., e a posterior divisão destas entre os seus herdeiros e os habitantes tradicionais do lugar. Antes

deste fato, os moradores, em sua maioria agricultores e pescadores, permaneciam naquelas terras mediante contrato informal o qual se acordava a destinação a cada semana de um dia de trabalho do morador ao dono das glebas, além de serem obrigados a seguir as orientações e imposições do então proprietário. Dentre os atos proibitivos, de acordo com a amostra ouvida, estava a construção de residências em alvenaria, obrigando os moradores da comunidade a viverem em casas de taipa com cobertura de palha de coqueiros - daí surge a tradicional lembrança da vila formada por pequenas casas com telhados de palha que Forte Velho representava no passado (figura 5).

**Figura 5** - Antigas casas com telhado de palha formavam uma tradicional vila em Forte Velho



Fonte: Célia Regina, *Pinterest*.

Com a morte do então proprietário, há cerca de vinte anos, as terras aos poucos foram loteadas e postas à venda sem considerar os direitos adquiridos dos moradores tradicionais do lugar no uso da terra. Foi assim que as áreas residenciais, os roçados - espaços utilizados pelos agentes comunitários como terras agricultáveis - bem como, resquícios de mata atlântica - possíveis corredores de biodiversidade - foram negociados com uma das usinas de cana-de-açúcar que operam na região e foram destinadas, sobretudo, à expansão da cultura canavieira. Este processo acarretou profundas alterações nos hábitos de vida, nos meios de sobrevivência, na estrutura da comunidade e, até mesmo, nos fragmentos de mata atlântica que ainda existiam.

Alguns moradores ouvidos durante esta pesquisa relataram que naquela época se viram obrigados a negociar com os herdeiros a permanência nas terras - alguns inclusive

tiveram que efetuar a compra do lote de terra para permanecerem em seu lugar de origem, enquanto um menor número teve seu direito à terra garantido apenas a partir da instauração de processo de desapropriação da área tradicional realizada através do INCRA<sup>13</sup>. Em depoimento para esta pesquisa, uma das moradoras e seu esposo, ambos ex-pescadores, narraram o momento difícil passado por eles e por várias famílias diante daquela situação.

Na época houve uma grande confusão. A gente nascido e criado aqui, porque a maioria das pessoas daqui é filho natural de Forte Velho. A gente não tinha dinheiro porque vivia da maré, pescaria, marisco, siri, ostra e camarão, e o dono do terreno ofereceu nossa terra com a gente morando dentro. Teve gente aqui que perdeu seu terreno, aí todo mundo ficou comprando os seus terreninhos e fazendo suas casas. Naquele tempo a gente se sujeitava demais, era igual a escravo. Até para votar, se eles apoiassem um candidato, “nós tinha” que votar naquele que ele queria; a gente não podia nem dizer que ia votar em outro. A gente era muito humilhado, era uma humilhação tão triste. Agora é a gente que humilha eles. (ex-pescadora entrevistada, 2015)

Na fala acima, percebe-se como processo de negação do direito ao uso das terras pela população tradicional trouxe interferências para aquela população, refletindo na constituição comunitária até os dias atuais. Neste caso, a conquista de um lote de terra, seja pelo ato da compra, seja através da desapropriação, fez emergir o sentimento coletivo de conquista, autonomia e empoderamento.

Por outro lado, a negociação das terras possibilitou a chegada de pessoas externas à comunidade, ampliando o número de habitantes da localidade, modificando as atividades econômicas e o modo de viver e de se relacionar com o ambiente. Ainda como resultado deste processo, informam Lúcio e Maciel (2000) que as antigas casas dos moradores tradicionais, construídas com telhados de palha, foram sendo substituídas por novas construções, estas em alvenaria e telha; os roçados, que eram comuns nos quintais das casas, passaram a ser cada vez mais raros.

Todos os moradores ouvidos veem nesta transição uma conquista importante em âmbito comunitário, porém, as reações ao lembrarem o passado foram distintas: enquanto alguns recordavam as antigas residências com certa nostalgia, outros demonstraram repulsa por aquele tipo de habitação. Mesmo reconhecendo os benefícios gerados pela modificação do padrão construtivo das casas no conforto e na qualidade de vida dos moradores da comunidade, cabe mencionar que diante desta melhoria nas habitações, a comunidade, que

---

<sup>13</sup> Nove famílias moradoras da rua da Alegria, em Forte Velho, conseguiram através da intervenção do INCRA a permanência em seus locais de origem. Ao todo, cerca de 5 hectares foram desapropriados e destinados à moradia dos habitantes tradicionais do lugar.

antes era conhecida pelo estilo rústico de suas residências, perdeu uma referência tradicional da sua cultura<sup>14</sup>.

Dentre as transformações ocorridas em Forte Velho, com a considerável perda de parte das tradições e de seus laços comunitários, a ocorrida com o coco-de-roda foi aquela mais sensível. O coco-de-roda é uma expressão tradicional da cultura brasileira, ainda presente em comunidades tradicionais da costa nordestina, uma dança popular ou uma brincadeira que se utiliza da rítmica dos versos sendo dançada em diferentes contextos (LÚCIO; MACIEL, 2000). Ao som de instrumentos como zabumba e ganzá (SOUSA, 2011) a brincadeira envolvia grande parte dos moradores do lugarejo, movimentando aquela pacata comunidade, sem compromissos com data, acontecimento, hora, patrocínio ou espaço para a sua realização.

**Figura 6** - Moradora de Forte Velho exibindo uma antiga veste do grupo de Coco de Roda.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Diferente do passado, quando a dança possuía caráter comunitário, hoje sua prática se restringe a um número pequeno de partícipes<sup>15</sup>. Silva (2014, p. 9), se referindo ao coco-de-roda de Forte Velho, diz que esta dança “como ritual na comunidade, quase não acontece mais”. A falta de valorização desta manifestação no interior da própria comunidade, as

---

<sup>14</sup> Até o ano de 2013, existia uma pequena casa, de propriedade de pessoas externas à comunidade, que permanecia com o padrão construtivo do passado e que chamava atenção por destoar-se da paisagem comunitária composta por casas em alvenaria. A comunidade de Tambauzinho, vizinha a Forte Velho, ainda é constituída em grande parte por casas de pau a pique e telhados de palha.

<sup>15</sup> De acordo com o representante do grupo de coco de roda de Forte Velho atualmente apenas 25 moradores integram a atividade.

dificuldades da gestão do grupo e dos problemas internos do mesmo contribuíram para desestruturar esta manifestação na comunidade. O desinteresse de parte significativa da comunidade, especialmente dos jovens, tem gerado dúvidas quanto à perpetuidade desta manifestação para as próximas gerações.

Mais um problema levantado por Silva (2014) é o uso da dança enquanto negócio, ela diz que se no passado o coco-de-roda era dançado espontaneamente, agora, parte dos membros do grupo tem-se recusado a dançar quando não há a oferta de cachê. Um entrevistado ouvido durante esta pesquisa lamenta a situação vivida pelo coco-de-roda atualmente. Para ele, a partir do momento que o grupo começou a se apresentar em festas públicas em Santa Rita e João Pessoa mediante oferta de um cachê simbólico, parte dos participantes viu na manifestação uma oportunidade de ganhar dinheiro, negando-se a dançar em ocasiões nas quais inexistia retorno financeiro. Em entrevista, uma das participantes do grupo disse:

Eu acho que você tem que dançar e acompanhar o grupo de amor à cultura da sua cidade, eles (a maioria) dançam por amor ao dinheiro. Muitas vezes eu pegava a moto e saía de porta em porta me humilhando para dançar. Mas se você chegar e disser: tem que representar o grupo em tal canto por “tanto” de cachê eu duvido que quando for amanhã não estarão todos no local (participante do grupo de coco-de-roda de Forte Velho, 2015).

Outro morador de Forte Velho, voluntário nesta pesquisa, trouxe à tona um dos possíveis indícios para ressignificação da cultura do coco de roda na comunidade, agora tratado por muitos como fonte de renda para seus participantes. Segundo ele:

Teve uma época que um pessoal veio fazer uma pesquisa de mestrado. Eles viram o potencial do coco de roda, só que esqueceram de ver que aquelas pessoas não estavam preparadas para aquilo. Eles disseram que eles tinham potencial e poderiam ganhar dinheiro com o coco de roda. Levaram, gravaram cd. (...) E nisso, terminou prejudicando o “coco” no sentido deles não quererem mais dançar sem dinheiro e também porque eles não se prepararam porque você tem que ter uma estrutura. Ao contrário do coco de roda de Cabedelo, eles se reestruturaram para o mercado cultural. (...) Eles não se apresentam sem dinheiro. Hoje em dia eles não se apresentam mais, aqui a gente não vê. (morador entrevistado, 2015)

Somado a estas questões, o falecimento de um dos principais integrantes e entusiastas do coco-de-roda de Forte Velho, Seu Jorge (ou Seu Jove) abalou ainda mais a continuidade da manifestação no seio daquela comunidade. Com sua ida, poucos anos antes de completar os cem anos de idade, mestre Jorge levou consigo não apenas parte de seu repertório, mas também o ânimo e a paixão de quem dedicou integralmente a vida a esta tradição. Porém, seu

legado ainda permanece em alguns registros escritos, como também na memória coletiva da comunidade.

Mesmo enfrentando os problemas aqui trazidos, o coco-de-roda de Forte Velho ainda tenta resistir. Na comunidade, existem pessoas empenhadas em manter a tradição viva, passando para as demais gerações a dança. No entanto, estas mesmas pessoas parecem ter desanimado diante do baixo interesse de parte significativa da comunidade e da ausência de estímulos governamentais para que o grupo possa ser mantido.

Além das questões sociais apresentadas, é relevante a presença de conflitos de natureza ambiental, que são agravados pelo uso inadequado e conflituooso do ambiente local. A sobrepesca, a ocupação irregular de áreas de proteção permanente, o uso de fertilizantes nas extensas áreas de monocultura canavieira, a supressão da vegetação nativa, a disposição inadequada de resíduos sólidos e o lançamento de esgotos sem tratamento são alguns dos impactos que acometem o ambiente natural onde a comunidade está inserida.

Dentre as problemáticas, no entanto, uma tornou-se mais evidente por comprometer diretamente as atividades tradicionais como a pesca e a agricultura, trazendo prejuízos àquela população. A instalação de um empreendimento voltado para a criação de camarões em cativeiro (carcinicultura) na comunidade e as consequências provocadas por este mobilizaram as lideranças locais na tentativa de impedir que o empreendimento continuasse a operar sem as devidas medidas de mitigação de seus impactos.

De acordo com o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (FIOCRUZ, [20--]), a empresa PRJC Camarões Ltda., instalada na localidade no ano de 2002 e de propriedade do Sr. Paulo Roberto Jacques Coutinho, foi alvo de um processo na justiça que versava sobre irregularidades na operação do referido empreendimento na localidade de Forte Velho. Na ação, seus proponentes<sup>16</sup> acusavam a PRJC Camarões de obstruírem um acesso tradicional dos moradores às localidades de “prainha” e ao rio da Guia para realizarem atividades de pesca e coleta, além de provocar a salinização das águas dos poços, danos ao ecossistema local e a mortandade de peixes e crustáceos no estuário.

Esta questão foi agravada com o rompimento de um dos tanques utilizados pela empresa na criação do camarão em dezembro de 2007. Em matéria jornalística disponível no site do Ministério Público Federal (MPF) o órgão informa que

Com o rompimento do dique, todo o material utilizado na sua construção foi levado para a área de manguezal, o que causou assoreamento no

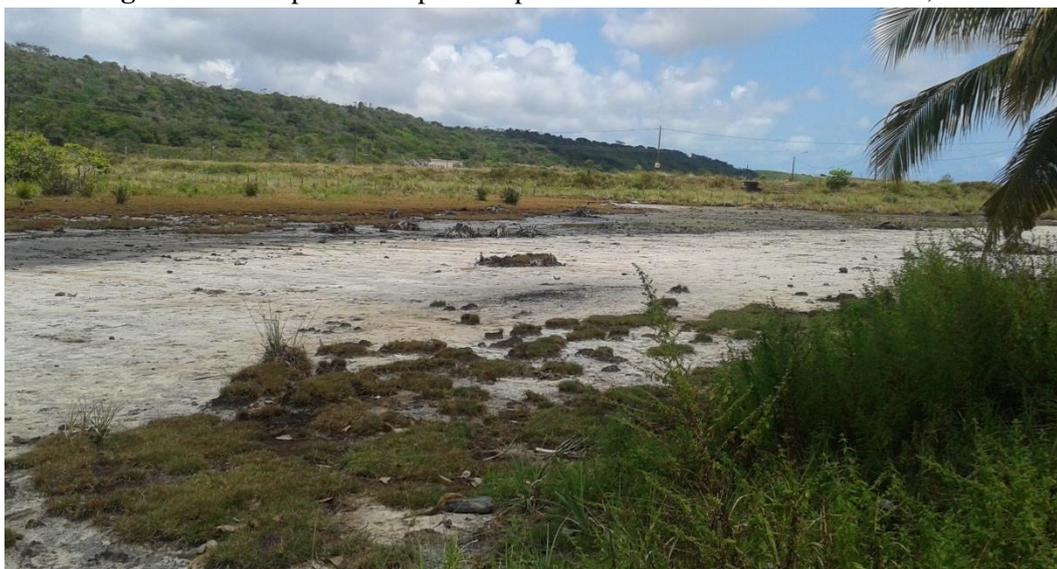
---

<sup>16</sup> Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (Apan), Fundação Margarida Maria Alves e da então Associação de Moradores de Forte Velho, que atualmente não se encontra em atuação.

ecossistema, morte da vegetação marinha e da fauna do local. O arrombamento abriu um vão de aproximadamente 16 metros de largura, ficando suspensas as estacas de madeira da cerca que separa o projeto do mangue, conforme constatado por vistoria do Ibama, realizada em 02 de janeiro de 2008. (MPF, 2008)

Em 2011, um novo incidente envolvendo o mesmo empreendimento acometeu ainda mais o ambiente em questão. O despejo de aproximadamente 14 toneladas de camarões doentes no estuário trouxe à tona mais uma vez a inadequação desta atividade naquele ambiente (ESPAÇO ECOLÓGICO, 2011). É interessante notar que, conforme relato de entrevistados, o impedimento ao tráfego dos moradores tradicionais nos limites do empreendimento, utilizando-se para isto medidas coercitivas, não foi uma recíproca adotada pela gestão da PRJC no que se refere aos impactos decorrentes de sua operação - que ao contrário, acometeu não apenas o espaço privado da empresa, mas parte significativa daquela comunidade. A figura 7 traz indícios de parte das alterações e dos impactos provocados ao ambiente local - área particular sendo acometida por lançamento de dejetos provenientes dos viveiros de camarão.

**Figura 7** - Área privada impactada pela carcinicultura em Forte Velho, PB



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Além de impactar o ecossistema local, estes eventos trouxeram uma série de problemas aos moradores da comunidade que residiam próximos ao empreendimento. Um dos moradores ouvidos nesta pesquisa informa que no passado “atrás da casa de cada morador existia uma cacimba, hoje esta água é salobra. Antes ninguém lavava roupa em máquina; era no rio. Antes era bem mais saudável”. A salinização do solo e da água, com a mortalidade de espécies aquáticas e terrestres, comprometeu especialmente a tradicional atividade de coleta

de camarão, alterou o sistema de captação da água, antes realizado através de poços e cacimbas, e inviabilizou a agricultura nas terras atingidas.

Outro ponto de fragilidade existente na localidade é a perspectiva do trabalho e da geração de renda. Como já apresentado nesta pesquisa, as atividades produtivas locais giram em torno dos provimentos oferecidos pelo estuário do rio Paraíba - pesca e coleta de mariscos. Outras ocupações tradicionais também são realizadas por membros da comunidade de modo consorciado com a pesca, o que implica dizer que os moradores locais adotam diversificadas formas de sobrevivência e geração de renda - investimento em pequenas plantações, criação de pequenos animais, coleta de cocos e outras frutas.

Contudo, a desestruturação das atividades produtivas tradicionais vem comprometendo a geração de renda a partir de atividades produtivas como a pesca artesanal, a coleta de mariscos e a agricultura. Com isto, há um número expressivo de habitantes da comunidade que se deslocam diariamente através do estuário para ocupar postos de trabalho, muitas vezes sem qualquer vínculo formal, nos municípios de Cabedelo e de João Pessoa. Muitos jovens e adultos, inclusive, têm buscado oportunidades de trabalho na construção civil, no setor naval e em atividades relacionadas com o porto de Cabedelo<sup>17</sup>.

Apesar de não ter sido mensurado quantitativamente, estima-se que o número de pessoas sem ocupação fixa na comunidade seja elevado. Estas pessoas recorrem à inclusão em programas de transferência de renda e assistência como o programa Bolsa Família e muitas vezes utilizam este recurso como fonte de renda principal. A baixa articulação dos atores locais para o microempreendedorismo instaura um cenário de menor autonomia financeira dos indivíduos e, por conseguinte, implica no aumento da dependência de recursos externos.

Mais uma questão a ser introduzida no cenário local é a baixa representatividade comunitária em torno do associativismo. Porém, nem sempre foi assim, na época de atuação da Associação de moradores de Forte Velho visualizou-se a presença de projetos e iniciativas voltadas a oportunizar àquela comunidade um ambiente comunitário mais organizado e sadio. Foi neste período que a referida associação, juntamente com instituições como a Fundação Margarida Maria Alves, a Rede de Juristas Populares e a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Forte Velho, desenvolveram ações como o Núcleo de Juristas de Forte Velho, o projeto Coco de Roda - Encontro de Gerações e a atividade de educação ambiental Pescando o Lixo.

---

<sup>17</sup> É relevante, ainda, o número significativo de aposentados, de famílias inscritas em programas de transferência de renda e de microempreendedores não formalizados - minimercados, bares e armazéns.

Atualmente, a inatividade da antiga entidade associativa pode ser vista como um retrocesso no aspecto cooperativo e solidário local, favorecendo a carência de articulação interna em torno das necessidades de melhoria existentes na localidade. Contudo, alguns entrevistados ouvidos nesta etapa da pesquisa denunciam o desvio da função da entidade e o uso político voltado aos interesses privados da mesma frente a questões de interesse coletivo. A partir deste fato, essas mesmas pessoas são temerosas quanto à reativação da associação comunitária ou mesmo da realização de ações e projetos associativos.

Diante das adversidades acima trazidas, constata-se atualmente um cenário de fragilidade no qual a comunidade local não se encontra mobilizada e organizada a ponto de reivindicar a superação de grande parte das problemáticas, bem como, de atuar - ela mesma - na resolução de seus próprios conflitos. Logo, a conquista de benefícios e a solução das suas questões urgentes tornam-se difíceis de serem alcançadas.

#### **5.4 Diagnóstico turístico participativo de Forte Velho, PB**

A realização do diagnóstico situacional do turismo de Forte Velho se deu com a intenção de entender a dinâmica, os atrativos e a estrutura turística disponível na localidade pesquisada e nas áreas afetadas direta ou indiretamente pelo desenvolvimento turístico, e com vistas a identificar os gargalos e apontar as possíveis soluções corretivas para esta atividade. A análise foi realizada com base na oferta turística existente na localidade, que, de acordo com Salvati (2003) são categorizados por: a) atrativos, b) serviços, c) infraestrutura e d) comunidade.

Contudo, antes de realizar esta abordagem, foi necessária a aproximação junto aos moradores para observar e refletir sobre como a atividade turística é vista sobre a ótica comunitária. Para a realização da etapa inicial do diagnóstico turístico foram agendadas entrevistas individuais e oficinas junto aos moradores da comunidade de Forte Velho. Nesta fase da pesquisa adotou-se a metodologia proposta por Salvati (2003) e pela OIT (2011) a partir de experiências ligadas ao ecoturismo de base comunitária e ao turismo e enquanto ferramenta para o alívio da pobreza, adaptando-as a realidade local, quando necessário.

Ainda na fase de diagnóstico, se fez uso da ferramenta de inventariação turística para identificar os atrativos e recursos turísticos existentes na comunidade e em seu entorno. Também nesta etapa, a participação da comunidade foi fundamental na identificação da oferta turística local no que tange aos atrativos (ambientais e culturais), aos equipamentos e serviços turísticos, e às entidades de apoio atuantes na localidade.

Assim, somente a partir da inclusão dos agentes comunitários, por meio da realização do diagnóstico situacional, foi possível apontar as perspectivas e entraves para a inclusão de propostas atreladas ao fomento do turismo de base comunitária na comunidade de Forte Velho e em seu entorno.

#### 5.4.1 Oficinas

A realização das oficinas junto à comunidade buscou satisfazer as condições necessárias para o planejamento sustentável das atividades de turismo localmente. Para isto, adotou-se as recomendações propostas por Salvati (2003) no que se refere ao ecoturismo de base comunitária, adaptando-as aquela realidade e o estágio de envolvimento da comunidade com o turismo.

**Figura 8** - Reuniões (oficinas) realizadas na comunidade de Forte Velho.



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Para Salvati (2003), no momento em que se propõe um modelo de organização desta atividade baseada no envolvimento da comunidade local é importante:

- a) Refletir sobre se o turismo é ou não apropriado (viável) para ser fomentado naquela realidade sob a perspectiva comunitária.
- b) Verificar as vantagens potenciais para a conservação da natureza através da atividade turística.
- c) Identificar as necessidades e expectativas dos atores sociais envolvidos.
- d) Analisar as deficiências da comunidade e do desenvolvimento do turismo.

Deste modo, nesta etapa do estudo interessava conhecer a opinião das pessoas do lugar quanto ao fomento da atividade turística, bem como refletir acerca das condições e limitações em se discutir e propor o estímulo de sua prática, conforme será visto a seguir.

Os três encontros contaram com a participação de 16 pessoas no total, todas elas da comunidade de Forte Velho. A amostra foi composta de modo heterogêneo, com a participação de lideranças locais, pescadores, aposentados da pesca, artesãs e, em menor proporção, estudantes e comerciantes. Dos 16 voluntários nesta pesquisa, 9 foram do gênero feminino, enquanto 7 do gênero masculino (vide tabela 1). Os idosos e adultos corresponderam à maior parcela dos participantes, sendo 5 deles com idade superior a 60 anos e 5 com idade entre 46 a 60 anos. Quatro participantes tinham idade entre 32 a 46 anos, enquanto que as menores frequências foram as idades inferiores, apenas um participante na faixa de idade correspondente a 18 a 32 anos e outro abaixo de 18 anos.

**Tabela 1-** Perfil dos entrevistados

<b>Dados</b>	<b>Frequência</b>
<b>Gênero</b>	
<b>Masculino</b>	7
<b>Feminino</b>	9
<b>Idade</b>	
<b>abaixo de 18</b>	1
<b>18 - 32</b>	1
<b>32 - 46</b>	4
<b>46 - 60</b>	5
<b>acima de 60</b>	5

Fonte: pesquisa de campo, 2015.

*A priori*, buscou-se identificar a mobilização comunitária e o conhecimento sobre a realidade local a partir da reflexão e do entendimento dos participantes quanto à prática do turismo realizada na região, se a atividade tem trazido retornos às comunidades, bem como quem eram direta ou indiretamente beneficiados com esta prática na localidade (a). O passo seguinte buscou estabelecer relações entre o desenvolvimento do turismo e o meio ambiente na perspectiva de conhecer o entendimento dos participantes sobre o papel do turismo e do ecoturismo na conservação do ambiente e dos impactos gerados e acentuados a partir da sua prática (b).

Na sequência, analisou-se junto à comunidade quais eram as suas principais necessidades, expectativas e interesses com o estímulo ao turismo na região (c). Nesta etapa, o estudo atentou a conhecer os interesses quanto ao desenvolvimento do turismo na visão dos atores locais, mas com a preocupação de não gerar ilusões ou falsas expectativas, tampouco de apenas legitimar a visão comunitária, sem considerar os demais agentes interessados da cadeia turística - o turista, o mercado turístico, da proteção dos recursos naturais e culturais (SALVATI, 2003). Por fim, identificaram-se, na ótica dos atores locais, as principais deficiências e os principais gargalos a serem enfrentados, caso uma iniciativa de turismo de base local/comunitária seja articulada na comunidade (d).

No contato com a comunidade através da realização da oficina de diagnóstico turístico ficou evidente a existência da visitação e da prática turística na área de estudo, muito embora haja a impressão que esta atividade tenha diminuído nos últimos anos. A maior parte dos participantes da oficina reconhece o turismo enquanto uma atividade importante para a comunidade de Forte Velho, ao mesmo tempo que entendem que estão alheios a este processo - ou seja, o turismo não tem trazido benefícios diretos para si ou suas famílias.

Além disso, a ausência de diálogo entre os entes comunitários sobre as atividades de visitação naquele espaço foi um dos pontos-chave identificados nesta etapa da pesquisa. O turismo é pouco discutido no âmbito comunitário. A inexistência de uma entidade associativa comunitária atuante, já que a entidade associativa local encontra-se desarticulada, bem como, a ausência de medidas de sensibilização turística, qualificação e a baixa mobilização dos atores locais certamente contribui para este cenário.

Mesmo assim, na visão dos participantes, o turismo poderia ser uma atividade geradora de oportunidades para os moradores das comunidades. Alguns dos presentes almejavam ser inseridos nas práticas relacionadas com o turismo ou até já trabalham em ocupações como gastronomia e artesanato, mas sem qualquer ação direcionada para o atendimento aos turistas e visitantes. Deste modo, ao menos no discurso, foi de interesse dos presentes agir em prol da organização e estruturação da atividade.

Seguindo as recomendações de Salvati (2003), analisou-se o entendimento dos participantes da oficina quanto à relação turismo e meio ambiente na comunidade. De modo geral, houve a concordância de opinião: para eles, a existência de um ambiente limpo é fundamental para o estabelecimento da prática turística na comunidade. Na visão da amostra pesquisada, apenas a partir do ambiente sadio e organizado é possível tornar o espaço adequado e atrativo ao recebimento do turista.

Porém, na visão do público pesquisado, a questão ambiental está reduzida ao lixo e à poluição ambiental, que no caso deste último, deriva principalmente das atividades da carcinicultura realizadas no entorno da comunidade. No que tange ao acúmulo do lixo nas ruas e terrenos da comunidade, foi relatada a falta de consciência de parte considerável dos moradores na destinação correta de seus resíduos domésticos. Uma das participantes questionou a prática de depósito do lixo e entulho nas ruas de Forte Velho e indica que, antes mesmo de pensar no turismo, seria necessário estabelecer uma ação de educação ambiental com a comunidade, a exemplo do que já foi feito no passado através de projetos executadas pela escola municipal existente naquele povoado.

A problemática da disposição dos resíduos está tão presente (figura 9) que outro participante contribuiu ao dizer que “apesar do caminhão da coleta passar três vezes por semana na comunidade, muitas pessoas depositam o lixo nas ruas e na maré”. Neste depoimento fica claro que a questão do lixo parece ser uma problemática menos estrutural, já que há oferta regular de serviços de coleta de resíduos sólidos, e mais atitudinal - provocada pelo comportamento de parte das pessoas do lugar e de medidas incipientes de educação ambiental em Forte Velho - apesar de já ter existido projetos de sensibilização sobre este tema na comunidade.

**Figura 9** - Disposição inadequada de resíduos sólidos na comunidade de Forte Velho, PB



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Ainda à luz de Salvati (2003) foi possível conhecer algumas das principais necessidades e expectativas dos atores comunitários presentes quanto ao turismo. Para eles, o fator econômico, notadamente a possibilidade de ocupação e geração de renda através desta atividade, é um dos principais pretextos para o fomento da prática turística na região. Um ponto apresentado pelos participantes é o incremento da demanda turística a partir da conclusão da obra da PB-011, rodovia estadual que interliga várias comunidades rurais do

município de Santa Rita, chegando até Forte Velho<sup>18</sup>. A melhoria no acesso às comunidades ribeirinhas do estuário implica, na visão dos atores comunitários, no desenvolvimento turístico da região e, como consequência, na abertura de novos postos de trabalho.

Porém, esta não foi a única questão levantada durante esta etapa da coleta de dados, a valorização da cultura local, mais notadamente do coco de roda, através do turismo é uma expectativa dos atores ouvidos na reunião. Assim, os atores ouvidos têm a ideia que o turismo pode auxiliar no fortalecimento das práticas e manifestações culturais do lugar. Entretanto, não foi apresentado como este processo poderia ser realizado no caso da comunidade.

Por outro lado, o associativismo e a cooperação não foram vistos como medidas necessárias para a articulação do turismo na comunidade de acordo com os entrevistados. Esta afirmativa deriva da posição da maior parcela dos participantes da pesquisa ao ser questionado sobre o assunto. O grupo entrevistado demonstrou receio em agir coletivamente através da constituição de uma entidade associativa ou outro tipo de organização comunitária devido a experiências passadas quando da existência de uma associação de moradores em Forte Velho.

Mesmo que a maior parte dos entrevistados presentes não reconheça a questão associativa como um ponto relevante, este tema torna-se crucial para a inclusão de uma proposta de turismo sob a ótica comunitária. É válido citar que mesmo com uma posição contrária da maior parte dos entrevistados, alguns participantes presentes mostraram-se interessados em ampliar o diálogo e a ação comunitária em relação a medidas associativas e cooperativas, seja através da instauração de uma nova entidade associativa, ou apenas enquanto grupo de discussão e articulação.

Já ao refletir sobre as deficiências e fragilidades da atual prática turística o grupo participante consegue elencar pontos de melhoria necessários ao desenvolvimento turístico. As carências apresentadas foram reunidas em três grupos: as deficiências na estrutura e nos serviços básicos do destino, na insuficiente estrutura e serviços turísticos e na baixa capacitação voltada ao atendimento aos visitantes e turistas (quadro 4).

---

<sup>18</sup> A pavimentação asfáltica da PB-011, que dá acesso à comunidade através da BR-101, foi por vezes comentada e prometida em períodos eleitorais. Sua execução tem se dado através de investimentos do Programa Emergencial de Financiamento III, viabilizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico - BNDES e executado pelo governo estadual através do Programa de Investimento Rodoviário, que inclui o investimento em cobertura asfáltica de rodovias turísticas como os trechos BR-101/Forte Velho; Mataraca/Barra de Camaratuba; PB-097: Alagoa Nova/Areia; PB-103: Dona Inês/Bananeiras; PB-160: Boa Vista/Cabaceiras.

**Quadro 4** - Carências e fragilidades no desenvolvimento turístico observadas sob a ótica comunitária apontadas durante as oficinas de diagnóstico do turismo em Forte Velho, PB

<b>Deficiências apontadas</b>		
<b>Estrutura e serviços básicos</b>	<b>Estrutura e serviços turísticos</b>	<b>Capacitação e mão de obra</b>
- Transporte público (baixa disponibilidade de linhas de ônibus e lancha).	- Ausência de sinalização turística e portal de entrada.	- Ausência de profissionais capacitados em condução de visitantes.
- Educação ambiental voltada aos moradores das comunidades.	- Ausência de ponto de apoio (informações turísticas).	- Ausência de profissionais capacitados em qualidade no atendimento.
- Melhoria nas condições de saúde e na assistência às famílias.	- Ausência de programações e atividades voltadas aos visitantes.	- Ausência de profissionais capacitados em primeiros socorros.
	- Divulgação do destino.	

Fonte: pesquisa de campo, 2015.

As carências relacionadas aos serviços diretamente ligados ao turismo foram timidamente superiores aos demais, porém foi importante perceber que, de acordo com as contribuições apresentadas pelos participantes, a estrutura e os serviços básicos (transporte público, educação ambiental, assistência e saúde) são incluídos entre as fragilidades para a articulação do turismo na área de estudo. Assim, pode-se inferir que, na visão dos atores locais, o desenvolvimento pleno da prática turística exige a superação de problemas básicos enfrentado por eles no cotidiano local.

Foi importante notar a consciência sobre a necessária ação de qualificação da mão de obra de trabalho interessada ou já atuante no turismo nas comunidades analisadas. Para a amostra, as pessoas da comunidade não estão preparadas para o recebimento de visitantes e, assim, sugeriram cursos para o aprimoramento das técnicas de condução turística (sugerido por eles como curso de guia de turismo), qualidade no atendimento e primeiros socorros.

Ainda no entendimento da amostra, há a necessidade em intervir para a criação de atividades relacionadas diretamente com o recebimento de visitantes. Para eles, a falta de uma programação e pontos para visitação compromete a experiência do turista e do visitante nas comunidades estuarinas analisadas. Um dos entrevistados chega a dizer que o turista chega ao ambiente em questão, mas não tem o que fazer.

Em comum em todas as manifestações de melhoria cunhadas pelos agentes ouvidos está a ausência da ação governamental para estabelecer um ambiente favorável ao desenvolvimento da atividade turística em Forte Velho. A dependência do governo, notadamente a esfera municipal, para direcionar e conduzir um projeto de turismo na

comunidade pode ser a causa para a baixa mobilização em torno de iniciativas turísticas baseadas na comunidade.

Através das ideias de Salvati (2003), as inquietações iniciais direcionadas aos moradores sobre o desenvolvimento turístico e ecoturístico contribuíram para questionar se o turismo, em sua perspectiva comunitária, é, de fato, uma alternativa viável para as comunidades analisadas. A partir dessa abordagem ainda se pode identificar que há pessoas interessadas ou que já atuam em atividades alinhadas ao turismo e as principais deficiências percebidas pelos atores locais que interferem, direta ou indiretamente, na visitação turística à comunidade.

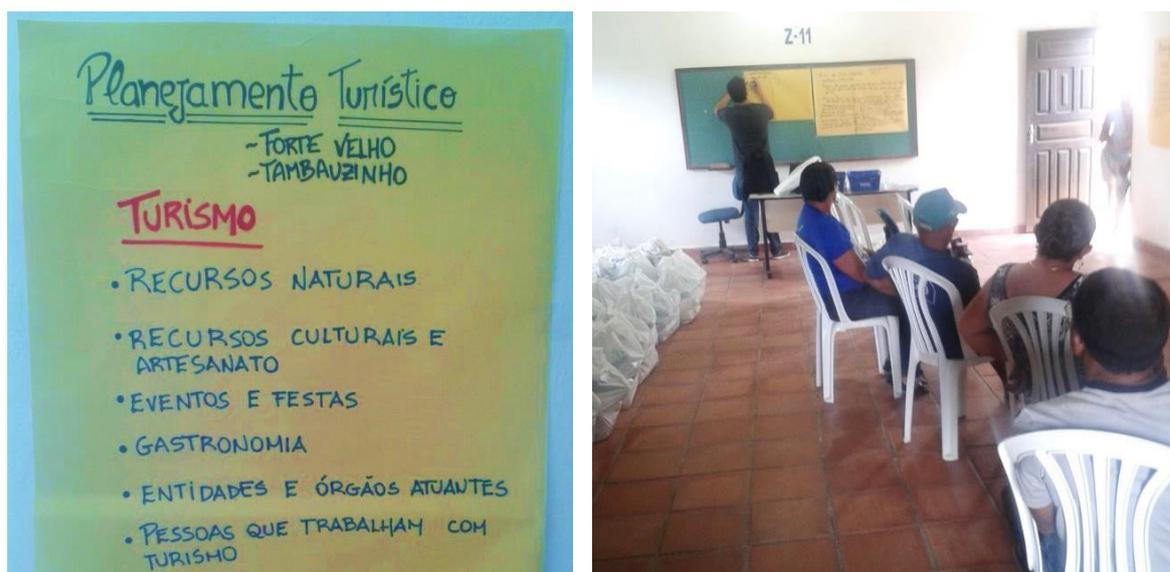
Entretanto, não foi possível elucidar, até aquele momento, como se daria o processo de inclusão dos agentes comunitários no turismo, bem como, quais estratégias de conservação ambiental poderiam ser adotadas e como equalizar e equacionar as distintas visões geradas durante as reuniões em grupo.

#### 5.4.2 Inventário da oferta turística

As oficinas (figura 10) realizadas na comunidade contribuíram ainda para a identificação da oferta turística de Forte Velho e da região de entorno da comunidade estuarina - processo este chamado de Inventário do Patrimônio Comunitário (OIT, 2011) ou Inventário da Oferta Turística. Desta forma, o conhecimento dos moradores sob o ambiente, a cultura e a estrutura instalada mostrou-se fundamental para listar e mapear as possíveis atrações e recursos voltados ao acolhimento de visitantes. Com a participação dos atores locais foram, então, elencadas as atrações turísticas do espaço analisado a partir das orientações da OIT (2011) sobre classificação das atrações turísticas - sítios naturais e manifestações culturais.

A visita *in loco*, sendo guiada pela técnica da observação participante, permitiu a vivência em alguns equipamentos e atrativos turísticos existentes em Forte Velho e possibilitou o conhecimento sobre a realidade local - necessário nesta etapa da pesquisa. Nesta etapa, alguns moradores locais tiveram participação ativa na apresentação dos atrativos da comunidade, conduzindo o pesquisador até áreas que, para eles, tinham algum potencial de atração turística ou que representavam parte da história e da cultura comunitária.

**Figura 10** - Oficina de Diagnóstico Turístico - Inventariação da oferta turística local



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Para a inventariação, também foi utilizada a pesquisa secundária, por meio do acesso a sites e documentos que permitissem confirmar e validar as informações coletadas em campo, bem como, no acesso a dados não coletados durante a realização dos encontros com a comunidade. O levantamento inicial do potencial turístico por meio do inventário também identificou os serviços e equipamentos diretamente relacionados ao recebimento de turistas e visitantes, como serviços de gastronomia, acomodações e passeios turísticos existentes na comunidade e na região de entorno. Para finalizar esta etapa da pesquisa, buscou-se encontrar entidades privadas ou governamentais que atuam, direta ou indiretamente, na comunidade e região conforme a opinião da amostra pesquisada.

#### i) Atrações - sítios naturais

Para a identificação dos sítios naturais com potencial de atração turística foi solicitado aos participantes da pesquisa que indicassem áreas naturais, mesmo que degradadas, privadas ou públicas, que apresentassem em suas visões capacidade ou valor de atrair um público visitante. Também foi buscado neste quesito, a realização de atividades e práticas relacionadas ao ecoturismo e ao turismo em áreas naturais a exemplo de trilhas, atividades de interpretação ambiental e observação da natureza.

O quadro 5 pontua a existência de nove atrativos naturais com potencial ou atualmente já explorado pelo turismo local. Grande parte das atrações da categoria está inserida ou está em contato direto com o estuário. Isto ocorre já que o complexo estuarino abarca um conjunto

significativo de paisagens e ambientes a exemplo das ilhas fluviomarinhas, dos manguezais e das gamboas. Também foram elencadas pequenas áreas florestadas e a observação da vida silvestre de animais que mantêm relação direta com a região estuarina, como várias espécies de aves e botos e cavalos marinhos.

**Quadro 5** - Inventário - Principais atrações - sítios naturais

Sítios Naturais
- Pequenos rios e riachos - rio da Pipa, rio Gravaçu e rio da Guia.
- Área estuarina do rio Paraíba.
- Ilha da Restinga.
- Ilha do Stuart.
- Pequenas ilhas - ilha das andorinhas, ilha das cabras, ilha dos porcos.
- Camboas.
- “Prainha”.
- Remanescente de mata atlântica (trilha até o Atalaia).
- Observação de animais - pássaros, botos, cavalos marinhos.

Fonte: pesquisa de campo, 2015.

As ilhas da Restinga e do Stuart pertencentes aos municípios de Cabedelo e Santa Rita, além da ilha Tiriri, não citadas pelos moradores ouvidos, apresentam um grande potencial para o desenvolvimento de práticas ecoturísticas. Na primeira, inclusive, já existe a iniciativa particular, já que se trata de uma área privada, para o recebimento de visitantes - com infraestrutura parcialmente adequada à chegada do fluxo turístico, que dispõe de trapiche, restaurante, e espaço para hospedagem (figura 11). Além disso, a organização da área, oferta pacotes *day-use*, passeios, trilhas, dentre outras opções de passeio. No entanto, não foram vistas ações de aproximação entre este empreendimento e as comunidades locais, dentre elas Forte Velho.

**Figura 11** - Atividade turística realizada na ilha da Restinga



Fonte: divulgação ilha da Restinga.

Já na ilha do Stuart, bem como nas ilhas estuarinas com menores proporções, a exemplo da ilha das Andorinhas, Tiriri, das Cabras e dos Porcos, a prática turística é praticamente inexistente. Caso semelhante dos pequenos rios e riachos, a exemplo do rio da Guia (figura 12), que desaguam na região estuarina e também das gamboas - pequenas entradas entre a vegetação de manguezal habitat de várias espécies estuarinas.

**Figura 12** Rio da Guia desagua no estuário do rio Paraíba e apresenta potencial o turismo



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

De modo contrário, a área conhecida como “prainha”, na foz do rio da Guia, pertencente ao município de Lucena, tem recebido número considerável de frequentadores, especialmente em fins de semana e durante a temporada de verão. Apesar da visitação, inexistem medidas de planejamento e organização da atividade turística neste espaço, o que pode interferir na dinâmica ambiental e da paisagem natural da referida praia. Neste caso, o turismo ali realizado se aproxima mais de um modelo massificado, por não haver direcionamento em sua realização, do que um turismo alinhado à noção da sustentabilidade e ao ecoturismo.

Ainda sobre a inventariação das atrações naturais, os fragmentos remanescentes da mata Atlântica foram apontados como potenciais atrativos para a atividade turística. Todavia, sabe-se que a supressão da vegetação nativa para o plantio de cana-de-açúcar e de coco-da-baía e da destinação de áreas para a carcinicultura, provocou a redução significativa deste ecossistema. Atualmente, os remanescentes nativos têm-se resumido a áreas de encosta e nas proximidades destas, o que acaba por minimizar a possibilidade de estruturar trilhas e caminhadas neste espaço. Mesmo assim, foi identificada a existência de uma trilha com início no núcleo de povoamento da comunidade de Forte Velho até às ruínas da Torre do Atalaia que é utilizada pela por pessoas da comunidade para acessar o referido marco histórico.

No reconhecimento da trilha, foi constatada a acentuada degradação do ecossistema local, provocados pela perda da vegetação nativa proveniente da agricultura e, em pontos mais próximos da comunidade, pela disposição de resíduos sólidos em terrenos baldios e próximo a pequenos cursos d'água. Todavia, atividades de visita são realizadas neste ambiente com a visita esporádica de alunos de escolas da região, de grupos de cicloturistas e de pessoas sozinhas ou acompanhadas por moradores da comunidade interessadas em conhecer as ruínas da Atalaia de Forte Velho (Figura 13).

**Figura 13** - Vista parcial e panorâmica de trechos da trilha de acesso à Atalaia de Forte Velho



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

## ii) Atrações - Manifestações culturais

Já no levantamento das manifestações culturais foi possível o registro das principais atividades e práticas culturais existentes na comunidade (Quadro 6). O coco-de-roda, intitulado como grupo de Coco de Roda de Forte Velho, foi citado como a manifestação cultural de maior relevância e representatividade da localidade. As atividades relacionadas com a pesca, a exemplo da prática de tecer redes de pesca, a existência de lendas e histórias que envolvem a atividade e a própria atividade pesqueira em si, também foram citadas como manifestações tradicionais da cultura do lugar. O artesanato e os produtos de habilidades manuais também foram identificados na comunidade, no entanto, as peças produzidas, em sua maioria, não refletem a identidade histórica e as práticas culturais do lugar.

**Quadro 6 - Inventário - Principais atrações - manifestações culturais**

Manifestações Culturais
- Coco-de-Roda.
- Atividades relacionadas com a pesca.
- Histórias e lendas da comunidade - especialmente as histórias do mar.
- Artesanato - escamas, mariscos, búzios, coco, crochê, toalha em fita.
- Personalidades:- Seu Jorge (antigo mestre do coco de roda - falecido). - Maria das Neves Miguel (artesã). - João Manteiga e Camboa (tiradores de coco). - Seu Manoel (antigo pescador).
- Eventos: - Carnaval (blocos - os inocentes e bloco vem de lá). - Festa de São Sebastião - Barqueata de São Pedro (Ribeira a Forte Velho) - Corrida de canoa - Festa Quebra Jarra no bar de Ari - 01 de janeiro
- Ruínas da Atalaia de Forte Velho.
- Cacimbas (antigos poços de água utilizados pela população).

Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Foi possível, ainda, identificar personalidades representativas de Forte Velho, como o antigo mestre do coco de roda, a artesã mais idosa da comunidade, antigo pescador e dois tiradores de coco. Já em relação aos acontecimentos e eventos comunitários, foi possível listar festas tradicionais, como a festa de São Sebastião, o padroeiro de Forte Velho, bem como eventos mais recentes, como o carnaval, a barqueata de São Pedro, a corrida de canoa e a festa Quebra Jarra.

Outro ponto com potencial interesse turístico presente nos arredores da comunidade são as ruínas da edificação denominada de Atalaia de Forte Velho, como visto na figura a seguir (figura 14). Trata-se das ruínas de uma construção militar, em formato de torre, utilizada como antigo ponto para a observação do litoral paraibano que data do início da colonização da Paraíba e evidencia o interesse português em vigiar estas terras de prováveis ataques de forças inimigas (PONTES, 2010).

Por ser um dos maiores resquícios do período colonial no litoral paraibano, estas ruínas apresentam relevante valor histórico para o Estado e poderiam vir a atrair o interesse de visitantes e turísticas, no entanto, mesmo sendo um bem tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN<sup>19</sup> no ano de 1938, esta edificação carece de medidas de restauração, manutenção, preservação e de promoção de seu valor histórico.

<sup>19</sup> Ruínas do Forte Velho. Nº Processo 0048-T-38 Livro Histórico Nº inscr: 098; Vol. 1; F. 018; Data: 09/08/1938.

**Figura 14** - Ruínas da Atalaia de Forte Velho

Fonte: pesquisa de campo, 2016.

### iii) Infraestrutura

Para dimensionar a oferta turística existente na área pesquisada foi necessária a identificação da infraestrutura básica e turística, assim como dos equipamentos e serviços turísticos locais. No que se refere à infraestrutura atual existente em Forte Velho o quadro 7 apresenta as categorias: acessos terrestres, acessos aquaviários, estrutura náutica, sinalização, coleta de lixo, saneamento básico, posto policial, espaço de apoio ao visitante.

**Quadro 7** - Inventário - Infraestrutura disponível

Infraestrutura básica e turística	
Categoria	Descrição
Acessos terrestres	- Transporte individual através da PB-011 (cobertura asfáltica - obra ainda não concluída). - Transporte coletivo empresa PB Rio linha 5803 Santa Rita/Forte Velho. - Trilhas (bicicleta) pela zona rural do município de Santa Rita.
Acessos aquaviários	- Transporte particular - canal de Forte Velho - estuário rio Paraíba. - Transporte coletivo aquaviário - Cabedelo/ Costinha/Forte Velho.
Estrutura náutica	- 1 terminal de embarque e desembarque de passageiros (público). - 1 terminal de embarque e desembarque de passageiros privado (residencial).
Sinalização	Inexistente.

Coleta de lixo	Presente (três vezes por semana).
Saneamento básico	Inexistente.
Posto policial	Inexistente.
Centro /ponto de informações turísticas	Inexistente.

Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Em seu aspecto estrutural, identificou-se a presença de duas categorias principais de acessos: os terrestres e os aquaviários. Os primeiros têm como via principal a PB-011, atualmente em etapa final de sua cobertura asfáltica, tendo como modalidades de transporte o individual e, precariamente, o coletivo. Também é possível acessar a comunidade por meio de trilhas e estradas vicinais margeando plantios de cana-de-açúcar e pequenos trechos de mata atlântica.

Já para os segundos, os acessos aquaviários, têm-se a presença de dois píeres em madeira, também denominado de trapiches, cuja função é viabilizar o deslocamento de moradores e visitantes pelo estuário do rio Paraíba. Um deles, porém, é de propriedade privada, servindo apenas para embarques particulares e sem relação direta com o turismo. No outro, de propriedade pública, observa-se o atracamento de embarcações privadas, como motos náuticas, lanchas, no período de verão, de catamarãs, bem como da embarcação que serve à linha náutica Cabedelo - Forte Velho (figura 15).

**Figura 15** - Transporte fluvial utilizado pela população de Forte Velho



Fonte: pesquisa de campo, 2015.

O transporte coletivo fluvial é executado pela Olit Fluv - Transportes Fluviais LTDA, empresa que detém a concessão pública de transporte há quase 30 anos na região estuarina (CABEDELLO, 2014). A empresa opera diariamente em viagens entre Cabedelo, Costinha e Forte Velho a cada duas horas em lanchas com capacidade média de 36 passageiros sentados

e 28 em pé. A precariedade das embarcações e dos terminais de passageiros das localidades acima referidas, a ausência de medidas de segurança a bordo, a superlotação, o desconforto na travessia e o tempo de espera são alguns dos problemas enfrentados pelos passageiros que se deslocam por esta linha, inclusive os turistas.

Ainda no que se refere à infraestrutura turística, não foram identificadas placas de sinalização viária nos acessos à comunidade, tampouco de sinalização turística. A ausência de placas de identificação com o nome do local também foi registrada. É possível que, com a conclusão das obras de pavimentação da rodovia estadual que dá acesso ao lugar a sinalização viária seja implantada, no entanto, até a finalização da fase de campo desta pesquisa, esta ação ainda não tinha sido executada. Também não foi mapeada a presença de um espaço voltado ao recebimento de turistas, como um centro de visitação ou ponto de apoio e informação ao visitante.

#### iv) Equipamentos e serviços turísticos

No registro dos equipamentos de gastronomia consideraram-se apenas aqueles com condições de atração do fluxo de visitantes - isto é, que estavam localizados em áreas de circulação dos visitantes e que atendiam ao mínimo de requisitos de qualidade em estrutura, atendimento e cardápio. Assim, chegou-se à listagem dos cinco principais bares e restaurantes presentes na comunidade - todos são de propriedade de pessoas da própria comunidade ou que mantêm moradia fixa ou vínculo familiar na comunidade. Os cardápios desses equipamentos são simples e de base regional utilizando, essencialmente, peixes, crustáceos, mariscos, ostras e camarões, em sua maioria coletados diretamente do espaço estuarino ou advindos de mercados no município de Cabedelo.

**Quadro 8** - Inventário - Equipamentos turísticos - empresas e ações produtivas

Equipamentos turísticos	
Categoria	Empreendimento
A&B	- Bar e Restaurante Pessoaíha.
A&B	- Bar e Restaurante do Ary.
A&B	- Bar Paraíso
A&B	- Lanche's Bar (Bar do Louro)
A&B	- Lanchonete e self-service do Doda
Hospedagem	- Pousada Tropical
Artesanato e Alimentação	- Feira de artesanato e agricultura familiar de Forte Velho e Tambauzinho

Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Apenas um equipamento de hospedagem foi localizado na comunidade - trata-se de uma pequena pousada situada defronte ao rio Paraíba que dispõe de piscina e 10 apartamentos, sendo que 3 estavam indisponíveis para reserva no momento da realização da pesquisa. Foram identificadas casas de veraneio (segundas-residências) que são alugadas por moradores ou proprietários externos à comunidade em épocas como verão, carnaval e outros feriados.

Não foram encontradas agências de turismo receptivo formalmente constituídas que trabalhem com passeios e trilhas que estejam instaladas na comunidade, apesar disso, foram mapeados ao menos dois agentes locais (pescadores) que realizam passeios com turistas como forma de complementar a renda. Os principais pontos visitados são as ruínas do Mirante Atalaia, a área central da comunidade (igreja e praça), além de passeios realizados com as pequenas embarcações no entorno de Forte Velho.

É importante registrar a presença de empresas de turismo, agências de turismo receptivo localizadas em João Pessoa e Cabedelo, que atuam na região estuarina do rio Paraíba a partir da oferta de passeios náuticos a bordo de catamarãs. Em geral, esses passeios têm duração entre quatro a nove horas, passando por atrativos do litoral norte paraibano e do estuário, como o Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha, o pôr-do-sol na praia do Jacaré, a ilha da Restinga, prainha, dentre outros. O quadro 9 apresenta cinco roteiros realizados no estuário do rio Paraíba com passagem pela comunidade de Forte Velho.

**Quadro 9 - Inventário - Serviços turísticos (passeios)**

Serviços turísticos	
Empresa	Roteiro
Reno Turismo	100% Lazer (Passeio de Catamarã) - Passeio de catamarã saindo da praia do Poço com destino ao Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha. Após a parada para banho de mar em Areia Vermelha, a embarcação faz um tour panorâmico nas praias de Cabedelo chegando até o estuário do rio Paraíba. A segunda parada é feita na vila de pescadores de Forte Velho, onde o turista pode degustar excelentes pratos da culinária local, feitos à base de camarão ou peixe. Após o almoço em Forte Velho, o turista tem a opção de caminhar nas ruas da vila para conhecer os costumes e curiosidades do povo forte velhense ou degustar frutas do período colhidas na hora. Duração: 09h.
Oceania Turismo Receptivo	Passeio de Barco pelo Rio Paraíba - Passeio pelo nosso rio Paraíba, encontro do rio com o mar de Cabedelo, um espetáculo de programação, visão privilegiada de nossa Ilha da Restinga, passaremos do lado do porto de Cabedelo, forte de Santa Catarina, tudo isso na linda cidade portuária de Cabedelo. Duração: 04h.

Tambatur	ESTUÁRIO DO RIO PARAÍBA / PB (barco ou catamarã) - De barco pelo rio Paraíba - Ilha da Restinga, estuário do Rio "encontro do rio com o mar", Forte Velho, pôr-do-sol na Praia do Jacaré, um passeio inesquecível. Forte Velho - Antigo posto de vigia, vila de pescadores (conjunto de casas com telhados de palha) - tudo muito rústico, mas acolhedor; local convidativo para um banho de rio. Duração: 04h30.
Paraíba Travel	Pôr do Sol na Praia do Jacaré com Passeio de Barco - Saindo do píer na Praia Fluvial do Jacaré, a embarcação 100% Lazer ou 100% Lazer III faz um tour pelo Rio Paraíba, você vai deslumbrar-se com as belezas naturais da região. Na sequência, você vai assistir ainda no barco ao espetáculo do Pôr do Sol. Duração: 02h00.
Guia Mundo Turismo	Roteiro Ferro-Náutico “Pelos Caminhos da Paraíba” - O catamarã navegará tranquilo pelas águas do rio Paraíba, passando pela ilha da Restinga, Porto de Cabedelo, encontro das águas do rio com o mar. Almoço em Forte Velho. Duração: 08h.

Fonte: elaborado pelo autor com base no material de divulgação das empresas, 2016.

Na programação realizada pelos receptivos turísticos a localidade de Forte Velho é inserida enquanto ponto de parada no horário do almoço, estendendo-se por cerca de duas horas a visita. O horário restrito em que a embarcação fica ancorada na localidade dificulta a circulação dos visitantes no entorno da comunidade, impedindo a maioria destes de conhecerem outras áreas de Forte Velho e dificultando a distribuição da renda gerada pelo fluxo de pessoas no local; apenas os restaurantes de maior porte ganham diretamente com a chegada dos grupos fechados.

#### v) Entidades e organizações

Através desta etapa da pesquisa também foi possível listar entidades e organizações com atuação na comunidade e reconhecida pelos colaboradores da pesquisa (Quadro 10).

**Quadro 10** - Inventário - Entidades atuantes

Entidades de apoio
- Colônia de Pescadores Z-11.
- Associação de moradores Dom José M <sup>a</sup> Pires (Tambauzinho).
- Fundação Margarida Maria Alves.
- Grupo Bambu Terapia.
- Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Forte Velho.
- Igreja Católica de Forte Velho (padroeiro São Sebastião).
- Igreja Batista.
- Banco do Nordeste.

Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Dentre as instituições identificadas a Colônia de Pescadores Z-11 (Antônio Elias Pessoa) é aquela de maior atuação na comunidade já que além dos serviços de apoio aos trabalhadores da pesca, a entidade oferece ações como o recebimento de cartas dos correios e o apoio nos festejos alusivos a São Pedro.

O grupo Bambu Terapia é uma iniciativa recente voltada à assistência aos idosos da comunidade e região. Com atividades físicas e o estímulo ao artesanato e às atividades manuais o projeto é mantido por doações e o auxílio esporádico de algumas entidades. Já a associação de moradores da localidade foi desestruturada há cerca de três anos após conflitos de interesses entre seus membros. O Banco do Nordeste atua na comunidade por meio de um agente de crédito responsável por ofertar microfinanciamentos aos trabalhadores da pesca e agricultura.

A igreja, especialmente a católica, atua na localidade, no entanto, não foi possível identificar se havia algum projeto ativo de inclusão produtiva, diminuição da vulnerabilidade social, saúde, educação ou outro. A fundação Margarida Maria Alves já realizou projetos de inclusão, democracia e meio ambiente no município, sua atuação esteve ligada com o apoio a esta comunidade frente a conflitos fundiários e às problemáticas ambientais decorrentes da atividade da carcinicultura. Atualmente, no entanto, não foram visualizadas novas atividades da organização na comunidade.

Não foi identificada a presença de organismos públicos, como secretarias e órgãos municipais e estaduais, instalados ou atuantes na comunidade com ações voltadas ao fortalecimento das atividades produtivas, incluindo o turismo. Também, não foram identificados projetos e ações executadas por instituições de ensino superior voltados a áreas como saúde, educação, cultura, meio ambiente ou turismo no último ano.

### **5.5 Forte Velho, *locus* do turismo? Uma análise sobre a atividade turística local**

Com a coleta das informações junto aos moradores da comunidade sobre a dinâmica turística existente naquele espaço e do levantamento da oferta turística local, agregando ainda, dados sobre o cenário desta atividade na Paraíba, foi possível construir o diagnóstico do turismo em Forte Velho e em sua região de entorno. O registro do cenário atual considera as forças e fragilidades internas e as perspectivas da geração de oportunidades e dos desafios a serem superados para que o turismo possa ser uma alternativa viável, à luz da sustentabilidade, para os agentes comunitários que desejam ser inseridos nessa atividade.

Através do contato com a comunidade local, por meio da realização das oficinas, foi identificado que o público pesquisado observa a existência da visitação de cunho turístico. Porém, ressalvas surgem na análise dos mesmos: para eles, a localidade não está estruturada a ponto de ser apresentada enquanto um destino turístico capaz de gerar satisfação a quem a visita. Dentre as questões trazidas, a acomodação inadequada do lixo, a ausência de sinalização dos atrativos, a falta de programações e roteiros estruturados na comunidade, bem como da capacitação das pessoas do lugar para o turismo foram aquelas com maior necessidade de intervenção e assistência de acordo com os entrevistados. Dentre os entraves cunhados, a ausência de ações de sensibilização e capacitação comunitária mostra-se como aquele cujo direcionamento mostra-se mais urgente e necessário.

Com o auxílio do inventário prévio da oferta turística verificou-se a existência de equipamentos e atrativos voltados para o atendimento ao turista. A tabela 2 traz, de modo condensado, os principais resultados mensurados pela inventariação dos aspectos locais com base em ferramenta da OIT (2011) na comunidade de Forte Velho, PB.

**Tabela 2** - Apresentação dos resultados do Inventário

Quais atrações geram fluxos maiores de visitantes para a região: naturais, culturais, uma combinação de ambas?	A combinação de atrativos culturais e naturais apresentaram potenciais para atração turística. Atualmente, a visitação turística tem se dado pela presença de bares e restaurantes localizados em frente ao estuário, porém, é possível e necessário que ao visitar a comunidade o turista/visitante conheça outros locais - como as ruínas da Atalaia, pontos específicos do estuário para práticas ecoturísticas, além da própria comunidade em si.
Quais eventos realizados na área atraem mais visitantes a cada ano?	A pesquisa identificou que o carnaval é o festejo local que mais tem atraído visitantes, neste período, muitas casas são alugadas para pessoas de fora, mas que já conhecem aquele lugar. Apesar do fluxo intenso de turistas, ainda faltam medidas de organização e preparo para o recebimento deste público. A festa de São Sebastião, padroeiro da comunidade, é outro festejo que agrega muitas pessoas no espaço comunitário, mas essencialmente pessoas da própria Forte Velho e de áreas próximas.
Quais serviços turísticos básicos a comunidade/região presta ao visitante?	O serviço mais estruturado é o da alimentação. Foram identificados três bares/restaurantes que têm atendido os visitantes; alguns fazem acordos com grupos e agências de receptivo de João Pessoa. Além desses, outros pequenos bares e lanchonetes também foram identificados, porém, estão voltados prioritariamente ao público interno. Nos serviços de alojamento/hospedagem apenas um equipamento foi identificado, mas há pessoas, muitas delas externas à comunidade, que alugam residências. Nenhum equipamento

	formal ou profissional capacitado na realização de atividades de condução foi identificado - algumas pessoas realizam passeios e trilhas com turistas, no entanto, sem qualquer curso ou treinamento.
Esses serviços são suficientes? Ainda há demandas não atendidas?	Os serviços turísticos em geral sofrem com a sazonalidade, o que implica dizer que os pequenos comerciantes locais têm dificuldades na manutenção de seus negócios em dadas épocas do ano. Porém, caso estes equipamentos fossem mais organizados na gestão e operação é possível que esta dificuldade fosse diminuída. Especificamente no caso dos serviços de condução, há demanda não atendida que poderia ser ofertada com as pessoas da própria comunidade.
A região tem um centro de informações turísticas? A sinalização é suficiente em termos de qualidade e quantidade?	Não há equipamento voltado para a oferta de informações turísticas na comunidade; estas são prestadas pelos próprios comerciantes ou pessoas da comunidade. Até a finalização do trabalho de campo, a sinalização turística, bem como a sinalização convencional ainda não tinham sido instaladas, mas diante da finalização das obras de pavimentação da estrada de acesso à comunidade é possível que as placas informativas sejam instaladas.
Em que nível a comunidade/região está sendo promovida?	O fluxo de visitação advém de modo espontâneo, não há medidas efetivas de divulgação. É notório que a comunidade e seus atrativos são pouco conhecidos, inclusive a nível estadual. Diferentemente, a praia do Jacaré, situada também no estuário do rio Paraíba, tem sua promoção realizada no Brasil e, através de feiras de turismo e folheteria, em várias partes do mundo.

Fonte: elaborado pelo autor, 2016 a partir das indicações da OIT, 2011.

Quanto aos equipamentos, destaca-se o considerável número de bares e restaurantes existentes na localidade - alguns, inclusive, voltados prioritariamente para o atendimento de turistas e visitantes. A maior parte destes já está em funcionamento há mais de dez anos, porém ainda sentem-se impactados pela sazonalidade no fluxo turístico local. No que diz respeito aos serviços de hospedagem o destino ainda apresenta uma situação ainda mais desconfortável. Isto porque o único meio de hospedagem atualmente disponível até apresenta adequada estrutura e localização privilegiada - de frente ao rio Paraíba e ilha da Restinga - mas mantém um funcionamento parcial e que não atende as exigências em torno dos requisitos mínimos da qualidade na prestação de serviços turísticos. Há ainda a oferta de casas para aluguel de temporada, porém este serviço também carece de medidas de organização e qualidade.

Os pequenos comerciantes e os artesãos existentes na comunidade pouco têm auferido renda por meio da venda de suas mercadorias a turistas e visitantes. A organização de uma

feira comunitária com produtos da agricultura, do artesanato e da gastronomia local realizada entre setembro e novembro de 2015 foi uma tentativa de ampliar a geração de renda por meio da atividade turística. No entanto, a ausência de um espaço adequado para instalação das barracas e o baixo número de vendas implicou na paralisação parcial das atividades.

Já sobre os atrativos e potencialidades, fica evidente que, apesar da existência dos mesmos, não há estrutura necessária para que a visitação turística aconteça de modo equilibrado, contínuo e seguro. A estruturação do acesso e a manutenção das instalações de atrativos como a Atalaia de Forte Velho, das trilhas e dos passeios poderiam contribuir para a efetivação de um roteiro turístico que abarcasse os atrativos naturais e culturais existentes na localidade e propiciasse o desenvolvimento efetivo do turismo naquele espaço.

Diante desta situação faz-se, ainda, a seguinte análise: apesar da existência do fluxo turístico até a comunidade; mesmo com existência de uma mínima estrutura voltada ao atendimento de turistas e visitantes e, muito embora, existam vocações naturais e culturais para o fomento a esta prática, o turismo não se constitui como uma atividade importante e relevante no contexto comunitário. Em outras palavras, a visitação turística acontece independentemente da mobilização dos atores locais, sejam estes em grupo ou individual, em favor desta atividade, exceto para aqueles que trabalham diretamente na atividade - donos dos bares e restaurantes, por exemplo.

Sem a organização de sua oferta turística e o suporte necessários para que a visitação turística seja realizada de modo satisfatório, Forte Velho não consegue se destacar enquanto destino turístico competitivo e estruturado frente a outros mercados. A localidade acaba por receber um público pouco qualificado e que, muitas vezes, utiliza aquele espaço de modo inadequado, o que pode contribuir para uma insatisfação, mesmo que ainda reprimida, dos moradores locais no recebimento de visitantes.

Outro ponto que merece destaque é a fraca atuação do poder público no fomento ao turismo realizado naquela comunidade. Neste sentido, foram várias as tentativas e promessas de oferecer à comunidade melhorias que possibilitassem a estruturação de um projeto concreto de desenvolvimento turístico. De acordo com a comunidade, esta atividade foi pauta frequente nas campanhas políticas locais, inserindo Forte Velho e a área estuarina pertencente ao território santarritense, como área de relevante interesse para o estímulo desta atividade a nível municipal. Porém, tratava-se de proposições sem conteúdo técnico, baseadas, sobretudo, na retórica e no discurso político do desenvolvimento através do turismo.

Um dos entrevistados nesta pesquisa resumiu a situação pela qual o setor enfrenta no contexto da esfera pública municipal. Em sua visão este é justamente um das maiores dificuldades para a estruturação da atividade.

A gente entra na parte política. Por que falta aos nossos representantes o olhar. Eles falam muito por Forte Velho ser muito bonita e ter um potencial turístico, mas eles não fazem nada. Para visitar as Ruínas do Atalaia há uma trilha dentro da matinha, mas eles poderiam dar um suporte maior. Precisa preparar as pessoas, a gente que tem que se preocupar (...). Portanto, Forte Velho não está preparada para trabalhar o turismo. Rio Paraíba está batendo a nossa porta, o por do sol é lindo, você pode ir visitar a ilha, a restinga está aqui na nossa frente, mas ainda não há esse cuidado. (morador de Forte Velho entrevistado, 2015).

Um dos poucos documentos que visa abordar esta questão de modo técnico, o Plano Diretor de Santa Rita<sup>20</sup> (SANTA RITA, 2006), enfatiza a vocação do lugar para o turismo ao passo que introduz propostas para a criação de três circuitos turísticos no município de Santa Rita. O denominado “Circuito do Patrimônio Natural Estuarino”, além de inserir Forte Velho, abarca as praias fluviais de Ribeira e Tambauzinho, além das ilhas do Stuart, Tiriri, dos Porcos e das Cabras.

A proposta estava centrada no aproveitamento dos recursos naturais advindos da área estuarina através do turismo ecológico e dos elementos patrimoniais e históricos existentes neste espaço buscando interligar, por meio do próprio canal estuarino, ou através de acessos terrestres, as comunidades e os atrativos existentes na região. Como ação específica para a estruturação deste roteiro, o documento indica:

Delimitar e sinalizar como áreas de interesse turístico, com indicação de áreas para a implantação de hotéis de lazer, as ilhas, orlas das praias fluviais estuarinas e outros rios estuarinos, numa largura mínima de 200 m, podendo atingir até 3000 m, no Distrito de Livramento, estabelecendo-as como Áreas de Proteção Ambiental - APA (SANTA RITA, 2006, p. 67).

De fato, as proposições acima são ações importantes para o desenvolvimento do turismo em uma localidade, no entanto, trata-se de indicações genéricas, sem aprofundamento em questões importantes como planejamento, governança e indicadores e monitoramento da

---

<sup>20</sup> Vale salientar que, apesar da equipe da consultoria técnica contratada para realização do Plano Diretor municipal informar, durante o produto final, que a construção do plano se deu de modo participativo, os mecanismos de participação foram adotados a partir da realização de reuniões na sede municipal, seguidas de visitas aos atrativos, o que por si só já implica em uma restrição para o envolvimento dos agentes comunitários. Outro ponto importante a informar é que o Plano Diretor do município completa em 2016 dez anos de elaboração, sendo este um momento importante para sua revisão e atualização.

visitação turística. Além disto, as propostas não representarem medidas de planejamento conforme critérios trazidos por Ruschmann (2012) e outros autores, já que não existe a preocupação em propor ações com objetivos definidos e critérios de viabilidade, estipulando prazos, responsabilidades, recursos e, ainda, por não considerarem as urgências para o desenvolvimento do turismo local. Essas orientações, tampouco, citam a importância do envolvimento da população no planejamento da atividade, bem como este processo poderia ser conduzido nessas comunidades.

Por não apresentar a preocupação com a inserção comunitária, o referido documento abre espaço para implantação de um modelo turístico análogo ao que vem sendo estimulado na maior parte da costa nordestina. Ou seja, um modelo baseado na implantação de grandes estruturas hoteleiras com uso do capital externo, que tem culminado no abuso do poder econômico, na apropriação das terras, na ocupação desordenada do ambiente litorâneo, no abandono das atividades tradicionais e na exclusão dos agentes locais nas decisões relativas a esta atividade (CORIOLANO, 2007; BURSZTYN ET AL., 2009)

Neste aspecto, é interessante notar que as medidas de fomento ao turismo na área analisada não consideram as diretrizes gerais para o desenvolvimento turístico presentes na Política de Turismo Municipal, seção esta que integra o Plano Diretor municipal (SANTA RITA, 2006). Isto porque entre as indicações gerais da política para o desenvolvimento da atividade no município estão:

- I - conscientizar e sensibilizar a comunidade quanto à importância da atividade turística como fator econômico social;
- II - elaborar um plano de gestão para visitação nos Circuitos Turísticos definidos neste Plano;
- III - cadastrar todos os proprietários do patrimônio histórico, cultural e natural, visando a parceria público-privada;
- IV - definir uma imagem para cada circuito turístico que contribua para a sua identidade própria, singularizando e caracterizando sua oferta no mercado;
- VIII - estimular o turismo ecológico nos três circuitos turísticos definidos no art. 21;
- XI - garantir a participação das empresas, dos representantes dos trabalhadores e dos órgãos públicos na elaboração dos programas de formação profissional do setor turístico;
- XVI - implantar cursos técnicos voltados para o Turismo nas escolas da rede municipal de ensino;

As diretrizes acima apresentadas norteariam a definição da política e dos projetos turísticos municipais e poderiam contribuir, de fato, para a instauração de medidas estruturantes para o turismo em Santa Rita e também na comunidade de Forte Velho, beneficiando os atores municipais que atuam ou pretendiam atuar nesta atividade e também a próprio desenvolvimento turístico no município.

Contudo, apesar de trazer recomendações importantes, as diretrizes da política municipal também se equivocam ao citar orientações específicas para o espaço aqui estudado. O documento sugere: a criação de parques lineares às margens do Canal de Forte Velho com a construção de atracadores e cabanas ao ar livre, onde será estimulada a prática de esportes, a gastronomia local e a venda de produtos regionais, e a criação de parques circulares ao redor do Mirante do Atalaia, da Primeira Fábrica de Cimentos da América Latina e das Ruínas do Primeiro Forte de Pau a Pique localizado na ilha das Cabras ou ilha dos Porcos.

Nota-se, portanto, que nos documentos derivados do Plano Diretor municipal existe a preocupação de seus proponentes em pontuar ações que julgam importantes, mas que, de fato, não consideram a realidade local, a opinião dos moradores e, menos ainda, a resolução das questões centrais que contribuiriam para viabilizar o desenvolvimento do turismo no espaço analisado. Ao indicar, por exemplo, a criação de parques lineares às margens do estuário, o ente público sugere a intervenção no cenário local, inserindo novos equipamentos e estruturas sem considerar a real necessidade e os usos para a comunidade, bem como, sem analisar o custo ambiental, a viabilidade jurídica, a descaracterização da paisagem do lugar e a demanda turística.

Outro ponto negligenciado na proposta é a questão da governança deste tipo de espaço e da atividade turística a ser ali instaurada. Em nenhum momento se elucida quem, de fato, iria gerir o equipamento - se a comunidade, prefeitura municipal ou um grupo empresarial. Além disso, não fica claro como o processo de implantação e gestão dos equipamentos sugeridos poderia dar-se naquela comunidade, tampouco se percebeu o interesse em fortalecer a coletividade e o associativismo na gestão da prática turística local.

Porém, ainda que com incongruências, é provável que se a Política de Turismo Municipal e as indicações contidas no Plano Diretor estivessem parcialmente implementadas, o turismo poderia estar mais estruturado no município e na região estuarina do rio Paraíba. Todavia, a omissão do ente público municipal e estadual em seu dever de planejamento e de organização da atividade tem sido a tônica da gestão do turismo de Santa Rita nestes últimos

anos, inviabilizando a construção de um projeto efetivo e duradouro de fomento turístico local<sup>21</sup>.

Em um município que apresenta fatos históricos sumamente importantes no contexto da colonização do Estado; que dispõe de um patrimônio cultural e histórico constituído por antigos engenhos, igrejas e capelas centenárias, formando um acervo singular de bens materiais em sua zona rural; além de possuir uma variedade de cenários naturais que, mesmo sob constante interferência antrópica, mantém-se como importantes refúgios da fauna e flora nativa, a atividade turística está aquém de seu real potencial no que se refere à representatividade para a economia local, na geração de renda e no empoderamento e inserção das comunidades nesta atividade.

A proximidade do município com a capital, João Pessoa, que capta o maior número de visitantes no Estado e que tem seus indicadores relacionados com o turismo em franco crescimento nos últimos anos, poderia induzir a estruturação de cadeia turística santarritense. A evolução numérica no recebimento de visitantes pode ser comprovada através da análise de dados disponibilizados pela PBTur. De acordo com a instituição, o destino João Pessoa recebeu um fluxo estimado de 1.210.008 hóspedes ao longo de 2015, o que representa uma evolução de 4,41% em relação ao ano anterior. Além disso, a ocupação hoteleira anual naquele ano foi de 70,49%, o que correspondeu ao melhor resultado desde 1990 (PBTUR, 2015).

Logo, pode-se afirmar que Santa Rita não observa e conduz o turismo enquanto uma área estratégica para o município, oferecendo-lhe sustentação necessária para instaurar uma política de governo que inclua as demandas e necessidades provenientes deste segmento. Mesmo caracterizado como um município turístico pelo Ministério do Turismo, inserido em uma instância de governança turística regional, a instância de governança turística do litoral,

---

<sup>21</sup> Em 07 de março de 2016 o Governo Estadual anunciou em seu site a execução do projeto “Nas Trilhas dos Potiguaras” - ação de estímulo, capacitação e divulgação do turismo no litoral norte da Paraíba, em localidades como Lucena Barra de Camaratuba, Barra de Mamanguape, Forte Velho e Baía da Traição (PARAÍBA, 2016). Na mesma ocasião o governo noticiou a realização de oficinas de capacitação na comunidade de Forte Velho de 12 a 18 de abril de 2016, porém, ao entrar em contato com os atores locais participantes da pesquisa, menos de um mês antes da realização da ação, todos disseram não saber da execução do projeto e tampouco da oferta de capacitação oferecida na localidade, mostrando que as medidas de inserção comunitária ou não foram adotadas ou não contemplaram a comunidade como um todo. Também fez parte da ação o lançamento de um portal com informações turísticas e um vídeo evidenciado nas belezas do litoral norte, da região estuarina do rio Paraíba e da comunidade de Forte Velho. No caso deste projeto, as medidas de promoção e marketing foram estabelecidas antes de qualquer atividade voltada a organização e capacitação daquela comunidade, o que pode trazer consequências negativas para o turismo na localidade. Esta pesquisa considera que a instauração de projetos turísticos pelo poder público tem sido efetivada sem o devido entendimento sobre a sua complexidade, tratando-se de ações pontuais e voltadas, muito mais para a promoção política dessas medidas, muitas vezes a luz de interesses privados obscuros, que pela real qualificação desta atividade a nível local - espera-se, entretanto, que a ação fuja deste arquétipo.

que ainda dispõe de uma pasta dentro de sua estrutura governamental para tratar da atividade e mesmo por localizar-se no corredor de fluxo mais intenso de circulação de pessoas no Estado, não há a articulação necessária que possibilite o desenvolvimento da atividade, voltando-se para questões como a geração de renda, o empreendedorismo, a superação da pobreza, a conservação ambiental e a valorização da cultura local.

Diante de um cenário desfavorável para a consolidação de iniciativas voltadas para a promoção e fortalecimento do turismo tanto no município, como na área recorte desta pesquisa, surgem questões a serem refletidas: o turismo poderia ser conduzido sem o apoio da gestão municipal e apenas pelo interesse comunitário? Qual a missão central dos moradores locais no direcionamento da atividade turística nesta comunidade? E, como os agentes comunitários poderiam se organizar para estabelecer ações voltadas para a estruturação do turismo em nível local?

## **5.6 Buscando a base comunitária para o turismo em Forte Velho: respostas e propostas**

Se a análise sobre as carências e fragilidades do turismo no município de Santa Rita e, em especial enfoque, de Forte Velho traz à tona a quase inoperância da gestão pública local e a baixa participação e mobilização do setor produtivo no município em torno desta atividade, ela também possibilita apontar e discutir meios para a organização da mesma nesta comunidade. Mais que isto, a reflexão sobre a prática turística oportuniza a aproximação de propostas metodológicas que poderiam ser adotadas caso os atores de interesse, juntamente com instituições de apoio, conduzissem uma iniciativa de turismo alicerçada nos recursos locais e comunitários.

Um passo importante para a formação de uma iniciativa de turismo na comunidade é analisar, com base na oferta turística disponível, quais as vocações desta atividade frente ao mercado turístico regional e nacional e quais segmentos prioritários são desejados atingir. A realização das oficinas na comunidade para tratar sobre o turismo viabilizou a construção de um cenário cuja prática ecoturística e do TBC poderiam ser atividades-chave a serem estimuladas, incluindo a natureza, a paisagem e as práticas culturais locais como os principais atrativos.

Porém, embora o apelo mercadológico para o consumo do ecoturismo esteja já consolidado quando comparado com outros segmentos turísticos, apesar da região estuarina do rio Paraíba e de seu entorno oferecerem atrativos naturais que viabilizariam o investimento

nesta modalidade de turismo, o trabalho baseado exclusivamente neste segmento poderia não incluir os aspectos locais e a participação comunitária de modo pleno.

Por outro lado, por ser mais abrangente, a prática turística em torno do TBC poderia ser articulada naquela comunidade de modo a incluir os recursos locais relacionados com as potencialidades naturais e culturais do lugar - como já vem sendo desenvolvido em experiências em localidades como na Resex do Rio Unini (AM), no Baixo Rio Negro (AM), na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba (PR), na região de entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA) e da Chapada Diamantina (BA) (BRASIL, 2010). Portanto, ao posicionar o turismo comunitário como elo central da prática turística em Forte Velho oferece-se a esta a possibilidade da organização necessária para que a atividade possa estabelecer-se, integrando e fortalecendo os atores e os recursos locais.

Ao priorizar o TBC como meio para a organização do turismo naquela comunidade, não se nega a articulação de atividades em segmentos distintos de turismo como o cultural, o pedagógico, o náutico e, também, o próprio ecoturismo. Mais ainda, a estruturação de uma proposta em torno do TBC democratizaria os processos internos de escolhas por quais caminhos seguir. Logo, contribuiria também na definição de projetos direcionados as práticas de visitação a serem trabalhadas (turismo cultural, rural, pedagógico, náutico e/ou ecoturismo), incluindo na discussão os interesses e motivações dos atores locais em estimular ou não essas práticas.

Qualquer que seja o segmento de enfoque de condução do turismo, a adoção de um modelo de desenvolvimento turístico baseado na comunidade poderia ampliar as perspectivas de geração e distribuição dos benefícios da atividade no lugar, ao passo que também poderia contribuir para o fortalecimento e promoção da cultura e da identidade local e incluir as demandas relacionadas com a conservação dos recursos ambientais através de atividades de interpretação ambiental e de pequenas caminhadas.

A base comunitária, neste caso, fortaleceria a governança local e o associativismo para além da prática turística em si, abraçando outras esferas e iniciativas endógenas. Auxiliaria também na conquista e permanência dos direitos sociais adquiridos, a exemplo da posse da terra, assim como, na manutenção do ambiente sadio e conservado. Porém, para que isto possa ocorrer faz-se necessária a apropriação do projeto de TBC pelos agentes locais (BURGOS; MERTENS, 2015), bem como, a atuação comprometida das lideranças e demais interessados em contribuir com a organização comunitária em torno do turismo e na instauração de medidas de planejamento participativo que gire em torno dos interesses comunitários e das vocações do lugar visando o desenvolvimento local (IRVING, 2009).

Nesta direção, esta pesquisa evidenciou que há pessoas interessadas em discutir ações voltadas para o planejamento turístico na comunidade a partir da perspectiva comunitária. Todavia, trata-se de um grupo reduzido de pessoas que se dispuseram a participar das reuniões agendadas durante a fase de campo deste trabalho e que não mantêm relações diretas com a atividade - grande parte dela foi constituída por pescadores e ex-pescadores.

Na efetivação de uma proposta de desenvolvimento turístico comunitário em Forte Velho seria necessário, antes de tudo, ampliar, por meio de uma ação de sensibilização, o diálogo a respeito das possibilidades de fomento turístico por meio da organização comunitária, incluindo as demandas, os interesses e as necessidades coletivas. A participação de entidades locais, como as escolas, a colônia de pescadores, os representantes dos micros e pequenos negócios existentes na comunidade dentre outros também se mostra importante na construção do processo inicial de pensamento sobre o turismo enquanto uma atividade local a ser investida.

A educação voltada para as questões ambientais, bem como, voltada para o turismo pode ser um instrumento democrático, mobilizador e transformador diante de uma realidade que ainda não enxerga o segmento como fator de desenvolvimento social e econômico e que tem negligenciado os transtornos ao meio ambiente na área de entorno da comunidade.

No entanto, para que isto possa ocorrer, alguns entraves necessitariam ser superados. O primeiro deles está na dificuldade em manter um projeto associativo e colaborativo na localidade. A desarticulação da associação comunitária e os problemas relativos à condução do grupo de coco de roda são indícios que corroboram com as atitudes e sentimentos dos atores locais para a formação de um grupo, espaço ou entidade associativa para viabilizar um projeto de desenvolvimento turístico local. O receio e, até mesmo, a repulsa de alguns agentes locais ouvidos na pesquisa em integrar uma entidade ou iniciativa associativa necessitaria ser contornado para permitir que um trabalho de TBC possa ser articulado.

Outro aspecto a ser superado em uma proposição de turismo de base comunitária para a localidade é o imediatismo nos resultados alcançados. Neste aspecto, seria importante que os moradores locais estivessem cientes que a geração de benefícios diretos, não apenas os financeiros, estaria condicionada à construção de um projeto colaborativo no qual todos os partícipes, juntos, abraçariam funções e responsabilidades com vistas ao alcance dos objetivos e metas estabelecidos. É preciso também, que a comunidade esteja ciente acerca dos efeitos negativos decorrentes da prática turística, apontando os meios para lidar com estes problemas e inserir o turismo como uma atividade alternativa de complementação da renda.

A dependência local em relação à ação governamental e das instituições de apoio na articulação ações que promovam o atendimento aos interesses da comunidade constitui-se em mais um desafio a ser ultrapassado. Ainda que o auxílio da esfera governamental se faça importante, e até certo ponto necessário, no TBC a atuação do ente público jamais poderá suplantar o protagonismo da comunidade nas decisões e suas contribuições não podem gerar interferências na gestão da iniciativa ou trocas de favores políticos.

Ainda neste sentido, a esfera governamental poderia ter um olhar mais próximo para aquela comunidade e suas demandas - como a da participação na constituição de um projeto de desenvolvimento turístico local. O auxílio da gestão pública, especialmente a gestão municipal, poderia ampliar a perspectiva do fomento turístico ao oferecer a estrutura básica em áreas como segurança, saneamento básico, limpeza pública, saúde, capacitação e ainda ofertar apoio na divulgação da comunidade enquanto destino turístico comunitário. No entanto, é preciso que ela haja conforme Bursztyn et al. (2009), ao dizerem que a ação pública em favor ao turismo deve ser norteada pela melhoria da qualidade de vida das populações locais envolvidas

Logo, entende-se que o envolvimento da esfera pública em uma iniciativa de TBC mostra-se importante na estruturação do turismo local, porém não totalmente condicionada a este apoio. Isto porque a comunidade deve estar preparada para enfrentar qualquer que seja a postura do poder público, sabendo que nem sempre terá o apoio necessário em termos de políticas e ações que beneficiem a comunidade e suas atividades produtivas. Infelizmente, número significativo de experiências brasileiras de TBC têm enfrentado problemas com a gestão pública local e, até mesmo, retaliações pelo trabalho desenvolvido já que na construção de um projeto do turismo baseado na comunidade os entes locais acabam por ascender econômica, social e politicamente sem a dependência direta dos favores políticos partidários.

A estruturação de propostas para o fortalecimento do turismo na comunidade de Forte Velho envolve, ainda, o pensamento sobre a governança da iniciativa, bem como sobre as questões mercadológicas. Partindo deste último, a caracterização do TBC como uma atividade alternativa à oferta turística tradicional e massificada, não exime da organização comunitária da necessidade em estabelecer estratégias direcionadas para a captação de seu público-alvo através de ações tais como a gestão da imagem turística do destino, a formatação de produtos turísticos e a comercialização destes, utilizando canais de venda próprios ou de parceiros.

Neste aspecto, a experiência de TBC pode ser fortalecida a partir da realização de parcerias entre os vários elos da cadeia turística, como agências de viagens especializadas em roteiros alternativos e em turismo comunitário em atuação no país. Contudo, lembram Mielke

e Pegas (2013) que, comumente, as comunidades que desenvolvem projetos turísticos alicerçados nas propostas do TBC não foram preparadas no que tange a conhecer e atuar no mercado - o que ainda hoje é visto nas poucas iniciativas relacionadas com o turismo na comunidade de Forte Velho.

Além disso, a viabilidade de uma iniciativa de turismo baseada nos recursos comunitários para Forte Velho vai além do grau de envolvimento e mobilização comunitária, relaciona-se com a disposição de estruturas e de processos de governança que atuem para o cumprimento das atividades planejadas e a conquista dos objetivos e metas definidas. Neste ponto, a atividade apenas se estabelecerá caso haja um modelo organizacional que consiga ouvir as demandas individuais e coletivas de seus integrantes, considerando também as necessidades internas de gestão desta entidade.

Assim, ao refletir acerca dos entraves e das potencialidades no desenvolvimento turístico de Forte Velho viabilizado a partir da base comunitária constata-se a complexidade em se articular a atividade naquele espaço. Sob esta ótica, a reunião de condições e potencialidades para trabalhar o turismo em âmbito local ainda não vem sendo aproveitada pelos atores daquela comunidade - o que tem inviabilizado o surgimento de um projeto turístico comunitário exequível até o momento. Porém, é possível a efetivação de uma iniciativa turística ambientada na comunidade a partir da instauração de medidas de sensibilização e de planejamento voltados para o TBC.

#### 5.6.1 Contribuições para o Turismo de Base Comunitária em Forte Velho

A estruturação de um projeto turístico adotando como escopo a base comunitária perpassa, indubitavelmente, pela participação ativa dos moradores no planejamento e na gestão da atividade a nível local - apesar de não ter sido totalmente visto na fase de campo da pesquisa, há um grupo de cerca de dez pessoas interessadas em conduzir uma proposta. Considerando a limitação acima e incluindo também a necessidade da mobilização mais ampla da comunidade em relação ao turismo e na resolução dos conflitos locais, preferiu-se, quando da realização das oficinas na comunidade, a não aplicação de ferramentas de planejamento turístico mais estruturadas voltadas ao TBC e/ou ao ecoturismo. Isto porque, o debate prematuro sobre o planejamento desta atividade poderia gerar expectativas por parte dos participantes e prejudicar, de algum modo, a futura articulação comunitária.

Porém, mesmo com os entraves referidos acima, foi possível contribuir para efetivar uma proposta de TBC naquela área. A partir do contato com os atores locais foi possível

reconhecer os potenciais e as limitações da atividade turística na comunidade, verificando caminhos mais viáveis de inclusão comunitária na atividade turística. Através desta análise é possível refletir e recomendar ações a serem investidas pelo grupo interessado em conduzir um projeto de TBC na comunidade. O quadro 11 lista algumas recomendações oferecidas à comunidade ao se articular um projeto turístico baseado no TBC.

**Quadro 11** - Recomendações para a estruturação do Turismo de Base Comunitária na comunidade de Forte Velho, PB

Recomendações - estruturação do TBC em Forte Velho
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliar os meios de discussão e capacitação em torno do turismo na comunidade através da realização de reuniões em espaços como a colônia de pescadores e a escola municipal.</li> <li>- Definir, através de meios democráticos, um conselho gestor ou um grupo responsável por conduzir as atividades principais na comunidade.</li> <li>- Integrar outros atores locais nas atividades, especialmente os comerciantes locais, nas atividades e reflexões sobre o TBC.</li> <li>- Efetivar o planejamento das ações do TBC na localidade tendo como base os dados provenientes do inventário e do diagnóstico do turismo.</li> <li>- Buscar meios para que as carências e fragilidades no desenvolvimento turístico local listados no quadro 4 deste trabalho sejam superadas.</li> <li>- Iniciar a formatação de atividades, roteiros e programações que insiram Forte Velho e seu entorno, mobilizando os atrativos, os recursos, as empresas e as pessoas locais.</li> <li>- Estudar meios para a precificação dos produtos turísticos locais através da análise dos custos, da lucratividade e do mercado.</li> <li>- Criar uma identidade comercial atrativa e divulgá-la para o mercado.</li> <li>- Realizar parcerias com entidades de apoio e comercialização, a exemplo das agências especializadas na venda de roteiros turísticos comunitários e também das agências receptoras atuantes na região de entorno do estuário.</li> <li>- Destacar meios para garantir a conservação do ambiente local e a promoção da cultura do lugar.</li> <li>- Observar a existência de impactos negativos decorrentes da exploração do turismo na comunidade e criar meios para superá-los.</li> <li>- Oferecer meios para que outras comunidades nas proximidades de Forte Velho, caso interesse, possam articular ações de TBC.</li> <li>- Apoiar o fortalecimento e estruturação das atividades econômicas tradicionais.</li> </ul>

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

Ao analisar o quadro acima, verifica-se a necessidade de avançar nas discussões acerca do turismo naquele espaço na intenção de que o debate sobre esta atividade possibilite a construção de medidas de planejamento e organização conforme as indicações de Salvati (2003) - com a definição de princípios, objetivos e metas as quais se quer atingir com o seu fomento. Para que isto seja alcançado, exige-se o empenho daqueles que estão inseridos na iniciativa e a compreensão de que se trata de um projeto colaborativo, que deverá gerar e distribuir renda na comunidade, bem como em ter o compromisso em minimizar os efeitos adversos decorrentes de seu fomento.

O papel das lideranças na condução de ações de TBC é outro ponto a ser incluído quando da articulação comunitária em torno da atividade. Qualquer que seja a organização interna da iniciativa entende-se que as decisões, especialmente aquelas relacionadas com o planejamento, devam ser balizadas através de mecanismos participativos e democrático de escolhas.

A questão mercadológica não deve ser esquecida. O grupo condutor do TBC deve adequar o projeto às exigências do mercado especializado, mas sem perder a essência alternativa, associativa e solidária - valores intrínsecos aos princípios do turismo de base comunitária. Assim, torna-se necessária a construção da identidade visual relativa à proposta turística a ser conduzida, o que implica na adoção dos valores locais do ambiente e da cultura na promoção da atividade turística fomentada naquele espaço.

Já no segundo momento, a pesquisa pode identificar os atrativos e as estruturas que suscitaria, quer por sua singularidade, quer por sua organização, integrar os produtos turísticos a serem comercializados na comunidade. É importante considerar que este estudo não foca na elaboração de um roteiro turístico ligado ao TBC, até porque este processo deve ser derivado da participação comunitária, mas contribui na perspectiva de apresentar possibilidades mais concretas de formatar um produto de TBC naquele ambiente.

Assim, após todas as etapas da pesquisa de campo e das reflexões teóricas deste trabalho, foi possível identificar os atrativos e as potencialidades que ensejam maiores possibilidades de serem inseridos, em um primeiro momento, em um roteiro ou programação turística na comunidade à luz das propostas trazidas neste estudo.

- Estuário do rio Paraíba - este espaço possibilita a realização de diversas atividades com base na contemplação da paisagem e observação da vida silvestre. A visita às ilhas, as camboas e as praias fluviais que estão inseridas na região estuarina pode dar-se com o auxílio dos pescadores da comunidade que, após capacitados, podem auxiliar

o visitante na interpretação daquele ambiente a partir dos saberes tradicionais e das lendas e histórias que habitam o lugar. O passeio pelo estuário a bordo de pequenas embarcações, como canoas, jangadas ou caiaques, pode integrar os atrativos existentes na região estuarina, criando um roteiro ecoturístico de base comunitária. O rio da Guia, na área conhecida como prainha e nas proximidades da ilha das Cabras; a ilha da Restinga, que apresenta possibilidade de adentrar com uma pequena embarcação nas gamboas; além das ilhas do Stuart e das Andorinhas e das comunidades que margeiam o estuário, como Ribeira e Tambauzinho poderiam integrar o roteiro.

- Ruínas da Atalaia de Forte Velho - a antiga edificação, expoente da presença europeia na Paraíba no período colonial, mesmo tombada apresenta poucas medidas de conservação. Seu acesso a partir da comunidade é realizado através de uma trilha que apresenta a duração de aproximadamente trinta minutos. Este monumento pode fazer parte, juntamente com outras construções militares na costa paraibana, de um roteiro histórico-cultural que inclui edificações militares que estejam ligadas à história da conquista da Paraíba, como a Casa da Pólvora, em João Pessoa, a Fortaleza de Santa Catarina, Cabedelo e a igreja de Nossa Senhora da Guia, em Lucena.

- Resquício de Mata Atlântica (trilha) - A trilha que é utilizada para acessar a Atalaia de Forte Velho passa por pontos da comunidade onde o ecossistema local está praticamente todo alterado, o que compromete a experiência da visita turística e, ainda, pode limitar a regeneração do ambiente. Em visita de reconhecimento ao percurso da trilha, constatou-se como atividades potenciais a observação e a interpretação do ambiente a partir de seus elementos, como a flora local, em destaque para as espécies nativas da mata atlântica, como o jatobá, a embaúba, o tambor, e exemplares de palmeiras nativas e árvores frutíferas; a fauna, com a possibilidade de observar rastros e tocas de pequenos animais, como o tatu, além da observação aves, e também dos elementos do relevo e da paisagem. Outro aspecto que deve ser integrado aos atrativos da trilha é a contemplação da costa paraibana, com destaque para a foz do rio Paraíba, a ilha da restinga e a península de Cabedelo.

- Coko de roda e rua da Alegria - ainda que a organização em torno do coko de roda esteja desestruturada, a manifestação pode ser inserida na prática turística caso exista o interesse daqueles que estão à frente do grupo em contribuir com o desenvolvimento

do turismo. Porém, até enquanto os problemas do grupo não estejam sanados, é salutar que a participação do coco de roda seja estimulada não só pela dança em si, mas também pelas estórias decorrentes desta manifestação na comunidade.

- Gastronomia local - de todos os atrativos locais, a gastronomia é aquele que se apresenta mais estruturada e capaz de captar maior número de visitantes para a comunidade atualmente. Contudo, os micros e pequenos empreendimentos gastronômicos locais necessitam investir no fortalecimento interno da gestão para que possam oferecer produtos e, principalmente, serviços mais adequados ao recebimento dos visitantes. Isto porque ainda há grande carência na qualificação dos gestores e trabalhadores desses locais, o que influencia diretamente na percepção do público frequentador.

- Ambiente comunitário - como uma comunidade tradicional, baseada na atividade pesqueira, e inserida no limiar do espaço rural e da zona estuarina, visualiza-se em Forte Velho um ritmo de vida que a difere dos espaços urbanos. A aparente tranquilidade comunitária, comprovada nas conversas dos moradores na praça pública local ou debaixo de mangueiras, na possibilidade de observar pescadores chegando ou partindo de suas embarcações ou remendando suas redes em frente a suas casas constituem, aos olhos de um visitante, uma atração singela e vivencial da cultura local. Além da contemplação das belezas do lugar, os saberes tradicionais, as estórias locais, especialmente as contadas pelos moradores mais idosos, o artesanato, a gastronomia e, também, da tradição do coco-de-roda e de outras manifestações da cultura comunitária, auxiliam na formatação do produto turístico baseado nos recursos endógenos de Forte Velho.

Não se pretendeu com esta pesquisa limitar as contribuições oferecidas à comunidade a construção de um roteiro turístico atendendo aos critérios de TBC<sup>22</sup>. Ao contrário, este

---

<sup>22</sup> O planejamento de uma visita técnica a comunidade de Forte Velho realizada pelo pesquisador ao cursar a disciplina Estágio Docência possibilitou a elaboração de um roteiro piloto e não comercial o qual os alunos da disciplina Ecoturismo do curso de Turismo da Universidade Federal da Paraíba puderam realizar durante a visita à comunidade. Este roteiro (apêndice II) foi planejado para ser realizado para um grupo de doze visitantes, com duração de seis horas e envolveu a visita à área central da comunidade, a realização da trilha até a Atalaia de Forte Velho conduzida por um membro da comunidade, o almoço em um dos restaurantes voltados ao atendimento de visitantes, a ida a residência de uma das artesãs para conhecer o seu trabalho e um pouco da história do coco de roda e, por fim, o passeio de jangada até o rio da Guia. A partir deste trabalho, os atores locais podem se espelhar na construção de uma programação de visita a partir do modelo criado.

estudo buscou, além de apontar os recursos e os meios de organização da atividade, identificar os principais gargalos e os desafios, a partir da ótica comunitária, para que o turismo possa ali se estabelecer, gerando renda e oportunidade aos atores locais. Entende-se que a criação de produtos turísticos de base comunitária exige um grau de envolvimento e maturidade superior do que o visualizado durante o contato com os atores locais, sendo este um processo a ser conduzido pela própria comunidade.

Contudo, é preciso ter ciência que a comunidade por si só pode ainda não estar preparada, de início, para gerir as atividades que envolvem a operação do TBC. Por isto, o apoio de instituições de fomento e pesquisa pode ser importante para a continuidade da mobilização em torno do turismo na localidade, ficando a cargo dos atores locais envolvidos analisarem a necessidade de se estabelecer o contato com entidades externas de auxílio e como este processo poderá dar-se no âmbito desta experiência. Neste sentido, o apoio externo não pode confrontar os ideais e os interesses discutidos na comunidade, mas sim, incentivar e guiar para a conquista dos objetivos propostos.

O poder público, especialmente o municipal, agirá em favor de um projeto articulado sob as prerrogativas do TBC ao ofertar meios para que a comunidade tenha acesso contínuo e incondicional aos serviços básicos e infraestrutura voltada para a satisfação das suas necessidades. Também poderá contribuir, entre outras questões, ao trabalhar o turismo e a educação ambiental e patrimonial nas escolas, por meio de projetos, oficinas e capacitações naquela naquele espaço. O estímulo ao empreendedorismo local, suscitando meios para a criação de microempreendimentos ligados direta ou indiretamente à cadeia turística, favorecerá a autonomia dos atores locais, agindo na diminuição da dependência de parte daquela população a medidas de assistência.

Um ponto de partida do poder público para o auxílio à iniciativa de TBC na comunidade seria observar as carências elencadas durante a realização de uma das oficinas de diagnóstico turístico, quando os próprios moradores pontuaram medidas voltadas para a estruturação da comunidade para o recebimento dos visitantes no que tange às áreas de estrutura e serviços básicos, estrutura e serviços turísticos e capacitação e mão de obra. Logo, é importante observar que qualquer tentativa em fomentar o turismo neste espaço passará pela escuta dos interesses comunitários por meio da instauração de ferramentas participativas, conforme comentadas neste trabalho.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num momento cujas transformações da sociedade se intensificam e os modelos tradicionais de produção e consumo já não mais atendem as demandas individuais e coletivas de bem-estar, de qualidade de vida e de desenvolvimento, instaura-se um ambiente propício à busca por soluções criativas e inovadoras que possibilitem repensar as atividades humanas e o reflexo destas ao ambiente e a sua própria existência.

A partir de meados do século XX aos dias atuais crescem os esforços para o encontro de alternativas mais brandas, eficientes e inclusivas de produção. Neste limiar, o ecoturismo e o turismo de base comunitária são propostas que buscam se distanciar da indústria turística convencional ao propor equacionar os ganhos econômicos com a conservação dos sistemas ambientais e a inclusão produtiva de atores locais, assentando seus princípios e práticas em temáticas como desenvolvimento sustentável, solidariedade e superação da pobreza.

Consciente das limitações que envolvem a aplicação dos princípios que norteiam aquelas atividades, esta pesquisa observou a estrutura voltada para o turismo na perspectiva de compreender a dinâmica da visitação realizada na comunidade de Forte Velho com vistas a aproximar a sua atual prática com os conceitos trazidos. Nesta direção, visualizou-se um cenário de maior afinidade com o turismo de base comunitária, mas que inclui a prática ecoturística como uma das atividades ou segmentos consorciados à sua articulação.

Todavia, a existência de conflitos internos, a dependência da ação governamental e a ausência de medidas de estímulo que visem à organização da prática turística naquele lugar têm interferido no desenvolvimento da atividade - especialmente no que tange à participação comunitária. Entretanto, a presença de conflitos, seja de qual for sua natureza, não pode ser vista como uma condicionante que inviabilize em definitivo o fomento ao turismo na comunidade. Isto ocorre porque a capacidade de articulação interna para o enfrentamento e a superação destes entraves é que poderá ditar se aquela comunidade conseguirá se organizar em torno da instauração de medidas que visem à geração de oportunidades de desenvolvimento - seja através do TBC ou de alguma outra atividade.

Em capítulos recentes de sua história a comunidade, juntamente com instituições de apoio, demonstrou ao menos no tocante à questão fundiária e no ato da instalação da carcinicultura, a mobilização necessária para a conquista de benefícios que impliquem na garantia dos direitos sociais e no bem-estar coletivo daquela população. Contudo, a capacidade associativa em torno da atividade turística, bem como em outras iniciativas produtivas, ainda não satisfazem as condições preconizadas pelo TBC.

Tão importante quanto o fomento à participação da comunidade no turismo é a ação de estímulo e valorização dos aspectos comunitários, identitários e associativos que permita o empoderamento e a colaboração dos atores locais frente aos conflitos, às oportunidades e aos desafios enfrentados por eles mesmos. Por outro lado, o turismo, se bem planejado e integrado as necessidades e anseios da comunidade, poderia agir como indutor para que este processo fosse instaurado, o que favorecer não apenas a atividade em si, mas também as atividades econômicas, as manifestações culturais e a promoção de medidas de conservação daquele ambiente e de seus recursos.

Neste aspecto, viu-se a necessidade de ampliar e amadurecer o diálogo comunitário no debate de temáticas vinculadas ao turismo, à educação ambiental, à valorização do patrimônio material e imaterial local e, fundamentalmente, ao associativismo. Somente com a criação de canais de escuta e reflexão sobre as temáticas acima elencadas, com o estabelecimento de estruturas organizacionais locais voltadas para o planejamento do turismo, é que o turismo baseado nos princípios do TBC poderá ser visto como uma atividade com potencial de articulação, geração e distribuição de ganhos para aquela comunidade.

Através da participação de atores locais na etapa de campo do estudo se pode analisar como os residentes enxergam o turismo e se esta atividade era objeto de interesse dos mesmos. O uso de ferramentas participativas de diagnóstico turístico local incluiu as distintas visões dos participantes e considerou as suas demandas, opiniões, vontades e anseios comuns. Mesmo em pequena escala, o trabalho propiciou à amostra participante um espaço de discussões sobre a atividade em âmbito comunitário e que, caso seja perpetuado, poderá ser um importante meio para a definição de um projeto turístico alinhado aos princípios e orientações do TBC.

Ainda que se considerem as limitações decorrentes do processo de pesquisa, a realização deste trabalho pode contribuir no registro formal e teórico que envolve a proposição de uma experiência turística norteada pelos princípios do TBC em Forte Velho, Santa Rita-PB. O levantamento de questões relativas ao turismo em âmbito local foi um processo o qual oportunizou trocas de saberes entre o pesquisador e seu objeto de estudo, mas que ainda não encerrou as discussões sobre a efetiva execução de um projeto turístico comunitário envolvendo as pessoas, os atrativos e as estruturas daquele espaço. Assim, se reconhece a necessidade de avançar, tanto nas reflexões teóricas, como nas atividades práticas, que visem estruturar a realização de um turismo incluyente, justo, cooperativo e responsável.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Abril, 2012.

AGÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE ÁGUAS DO ESTADO DA PARAÍBA (AESAs). **Proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba**. Paraíba: AESA, 2004.

ALMEIDA, F. **O Bom Negócio da Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALVES, T. V. de S. **Impacto da degradação ambiental sobre a ictofauna do estuário do rio Paraíba - PB**. 2011. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

ANDRADE, M O. DE. Diálogos de saberes: em busca de uma epistemologia ambiental. In: ANDRADE, M. O DE (Org.) **Meio Ambiente e Desenvolvimento**: bases para uma formação interdisciplinar. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

BRANDÃO, J. O. da S. **Turismo de Base Comunitária**: ressignificando a concepção de comunidade. 2014. 214 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério Do Meio Ambiente (MMA). **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

\_\_\_\_\_. **Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização**. Portaria MMA nº9, de 23 de janeiro de 2007. Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília: MMA, 2007.

\_\_\_\_\_. **Mata Atlântica: patrimônio nacional dos brasileiros**. CAMPANILI, M.; SCHAFFER, W. B. (Orgs.). Brasília: MMA, 2010.

BRASIL. Ministério Do Turismo (MTUR). **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**: uma viagem de inclusão. Brasília, DF, 2007.

\_\_\_\_\_. **Estruturação de produto turístico**. Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo: Curso de Segmentação do Turismo. Ministério do Turismo. Brasília: o Ministério; Florianópolis: SEAD/ UFSC, 2009.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária**: desafio para a formulação de política pública. Ministério do Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA-GERAL. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014 / Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Presidência da República, 2015.

BURGOS, A.; MERTENS, F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **Pasos - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13, n. 1, p. 57-71. 2015.

BURSZTYN, Ivan. **Políticas Públicas de Turismo Visando a Inclusão Social**. 2005. 110 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 76-91.

BUTLER, R. W. Tourism, environment and sustainable development. **Environmental Conservation**, v. 18 n. 3, p. 201-209, 1991. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1017/S0376892900022104>> Acesso em: 01 out. 2015.

BRUNDTLAND, G. H. (Org.) **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

CEBALLOS-LASCURAIN, H. O Ecoturismo como um fenômeno mundial. In: LINDBERG, K.; HAWKINS D. E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: [S.n.], 2005.

CHRIST, C.; OLIVER, H.; SELENI, M.; JAMIE, S.. **Tourism and Biodiversity: Mapping Tourism's Global Footprint**. UNEP and Conservation International, 2003.

COOPER, C.; HALL, M.; TRIGO, L. G. G. **Turismo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O Ecoturismo e os hóspedes da natureza. In: BARRETO, M.; TAMANINI, E. (Org.). **Redescobrimo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

\_\_\_\_\_. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. **Turismo e a relação sociedade-natureza - realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: Ed. UECE, 2007.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; BARBOSA, L. M. Internet e redes: articulações do turismo comunitário. In: BENI, M. C. **Turismo - planejamento estratégico e capacidade de gestão**. Barueri: Manole, 2012.

CRUZ, R. de C. A. da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. En publicación: **América Latina: cidade, campo e turismo**. In: LEMOS, A. I. G. de. Et al. Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Dic 2006.

DALE, P. Definindo ecoturismo... Para quem? In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: SP: Manole, 2005.

DIEGUES, A. C. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (Org.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

\_\_\_\_\_. O mito moderno da natureza intocada. 6. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2008.

ESPAÇO ECOLÓGICO. **Forte Velho agoniza**. 2011. Disponível em: <<http://www.espacoecologicoanoar.com.br/acervo/conteudo/view/id/17517>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

FONSECA, J. M. A. A. ; RODRIGUES, W. Avaliação do Processo de Implementação do PROECOTUR no Pólo Jalapão-TO. In: IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2012, São Paulo. **Anais** do IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2012.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil**. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/>> Acesso em: 15 de janeiro de 2016.

GARCIA, L. Exkurs às teorias da cultura e a história ambiental na construção das éticas do ambiente. In: ANDRADE, M. O. DE (Org.) **Meio Ambiente e Desenvolvimento: bases para uma formação interdisciplinar**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

GOUVÊA, H. Mentira ou História? Relatos sobre a fundação da Paraíba sob suspeita. **Jornal A União**, João Pessoa, 1 abr. 2011.

IRVING, M. A. O Ecoturismo no Brasil: Retrospectiva e tendências. In: **Boletim** de Turismo e Administração Hoteleira, São Paulo: UNIBERO, v. 10, n.12, p. 1-32, 2001.

\_\_\_\_\_. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-119.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR). **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994.

INSTITUTO FECOMÉRCIO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DA PARAÍBA (IFEP). **Pesquisa Anual do Desempenho do Turismo na Região Metropolitana de João Pessoa**, João Pessoa, PB, 2015.

HALLACK, N.; BURGOS, A. CARNEIRO, D. M. R.. **Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras**. In: ambientalMENTE sustentável, 2011.

LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (LTDS). **Relatório Técnico-científico - Marcos Referencial Teórico para o Turismo de Base Comunitária**, Rio de Janeiro: PEP; COPPE/UFRJ, 2011.

LEÃO, B. M.; PASSAVANTE, J. Z. De; SILVA-CUNHA, M. G. G. da; SANTIAGO, F. S. Ecologia do microfítotoplâncton do estuário do rio Igarassu, PE, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 22, p. 711, 2008.

LIMA, G. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. In: **Revista Ambiente e Sociedade**, v. VI, n. 2, jul./dez, 2003.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Senac, 1999.

LOVELOCK, J. **Gaia - A ameaça final**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

LÚCIO, A. C. M. ; MACIEL, D. A. V. O coco em Forte Velho: uma poética entre o rio e o canavial. In: AYALA, M. I. N.; AYALA, M. (Org.). **Cocos: alegria e devoção**. Natal: EDUFRN, 2000. p. 105-115. (v.1)

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25 - 44.

MARCELINO, R. L.; SASSI, R.; CORDEIRO, T. A.; COSTA, C. F. Uma abordagem sócio-econômica e sócio-ambiental dos pescadores artesanais e outros usuários ribeirinhos do estuário do rio paraíba do norte, Estado da Paraíba, Brasil. **Revista Tropical Oceanography**, v. 33, n. 2, p. 183-197, 2005.

MEIRELLES FILHO, J. O equilíbrio entre a atividade econômica e a sustentabilidade. In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: SP: Manole, 2005.

MENDONÇA, R. Educação Ambiental e Ecoturismo. In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005.

MARIANI, M. A. P. Economia Solidária, Turismo e Desenvolvimento Local: Possibilidades de Mediações no Município de Miranda, no Mato Grosso Do Sul. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G. F.; QUEIROZ, O. T. M. M. (Orgs.). **Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento local**. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2012.

MENDONÇA, T. C. de M. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde uma solução em defesa do local herdado. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 289-301.

MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. **Turismo em Análise**, v. 24, n. 1, p. 170-189, abr. 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Viveiro de camarão causa dano ambiental em Santa Rita (PB)**. 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/v1HSRw>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

MIRANDA, L. B. de.; CASTRO, B. de.; KJERFVE, B. **Princípios de Oceanografia física de estuários**. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MIRANDA, A. B. L. **Ecoturismo em Unidades de Conservação**: proposta de gestão ecoeficiente e integrada. 2013. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais) - UFLA, Lavras, 2013.

MONTES, G. M. V. **Ecoturismo instrumento de desarrollo sostenible**. 2006. Monografia (Especialización em Gestion Ambiental) - Universidad de Antioquia, Medellin, 2006.

NEIMAN, Z. Natureza e cultura brasileiras: matérias-primas do ecoturismo. In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005.

NISHIDA, A. K.; NORDI, N.; ALVES, R. R. da N. Abordagem etnoecológica da coleta de moluscos no litoral paraibano. In: **Tropical Oceanography**, Recife, v. 32, n. 1, p. 53-68, 2004.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. São Paulo: Paralelo 15/UNESP, 2000. p.17-36.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Manual para redução da pobreza por meio do turismo**. Genebra: Centro Internacional de Treinamento da OIT, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Carta del Turismo Sostenible**. Lanzarote: OMT, 1995.

\_\_\_\_\_. **Código Mundial de Ética do Turismo**. Chile: OMT, 1999.

\_\_\_\_\_. **E-business for Tourism: Pratical Guidelines for Destinations and Businesses**. Madri: [S.l.], 2001.

\_\_\_\_\_. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168p.

PARAÍBA (Estado). **Ricardo recebe empresários americanos que vão instalar estaleiro na Paraíba**. 2015. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/ricardo-recebe-empresarios-americanos-que-va0-instalar-estaleiro-na-paraiba/>>. Acesso: 10 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Projeto Nas Trilhas dos Potiguaras**: Governo oferece cursos de qualificação. 2016. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/projeto-nas-trilhas-dos-potiguaras-governo-oferece-cursos-de-qualificacao/>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

PBTUR. EMPRESA PARAIBANA DE TURISMO. **Indicadores de Turismo**. João Pessoa, PB: [s.n.], 2015.

PELLIZZOLI, M. L. **Ética e Meio Ambiente para uma Sociedade Sustentável**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PEREIRA, S. S.; CURI, R. C. Meio Ambiente, Impacto Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Conceituações Teóricas sobre o Despertar da Consciência Ambiental. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade (REUNIR)**, v. 2, n. 4, p.35-57, Set./Dez. 2012.

PIPIPI, L. G. A.; LIMBERGER, L. R. L.; LAZAROTTO, G. Ecoturismo: aspectos conceituais, reflexões e diretrizes para projetos paisagísticos. In: **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 28, p. 95-132, 2011.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013.

PONTES, A. M. L. **Entre Fragmentos: os ditos e os não-ditos das ruínas patrimoniais**. 2010. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO. **Prefeitura de Cabedelo e MPPB voltam a discutir reconstrução do Trapiche da cidade**. 2014. Disponível em: <[http://www.cabedelo.pb.gov.br/noticia\\_completa.asp?noticia=1911](http://www.cabedelo.pb.gov.br/noticia_completa.asp?noticia=1911)>. Acesso em: 31 jan. 2016.

RED DE TURISMO COMUNITARIO DA AMERICA LATINA (REDTURS). Disponível em: <<http://www.redturs.org/>>. Acesso em: 30 de março de 2016.

REGO FILHO, M. T. do N. **Interfaces da gestão integrada de recursos hídricos - estudo de caso: o baixo curso do rio Paraíba e sua zona costeira**. 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental) - Universidade Federal da Campina Grande, Campina Grande, 2014.

RETONDAR, A. M. A (re)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como 'contexto social' de produção de subjetividade. **Sociedade e Estado**, v. 23, p. 137-160, 2008.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 2012.

RUSSO, C. R. Comunidades tradicionais e preservação cultural. In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: SP: Manole, 2005. p. 218.

SABINO, J.; ANDRADE, L. P.; BESSA, E. Ecoturismo: valorizar a natureza para gerar negócios sustentáveis e renda – Natureza em Foco, 2012. In: SABINO, J. (Org.). **Ecoturismo: nas trilhas da biodiversidade brasileira**. [S.l.]: [s.n.], 2012.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e America Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 3, n. 1, p. 4-24, abr. 2009.

SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, n. 1, p. 42-58, jan./mar. 2014.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142 - 161.

SALVATI S. S. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária - ferramentas para um planejamento responsável**. MITRAU, S. (Org.). Brasília: WWF Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. A certificação e as dimensões da sustentabilidade e da qualidade dos produtos e serviços em ecoturismo. In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005.

SCDB - SECRETARÍA DEL CONVENIO SOBRE LA DIVERSIDAD BIOLÓGICA, ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO Y PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE. **Guía de buenas prácticas: Turismo para la naturaliza yel desarrollo**. Turismo para la naturaleza y el desarrollo: Guía de buenas prácticas. Montreal, 2009.

SEABRA, L. **Turismo Sustentável: Planejamento e Gestão, Questão Ambiental – Diferentes Abordagens**, RJ, 2008. D CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. Rio de Janeiro: [s.n.], 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, K. T. P.; RAMIRO, R. C.; TEIXEIRA, B. S. Fomento ao turismo de base comunitária a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SILVA, P. C. Tradição Popular, Trocas Simbólicas e Políticas Públicas Culturais no Distrito de Forte Velho, Paraíba. **Artigo V Seminário Internacional de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa**. Salvador, BA, 2014.

SONAGLIO, K.E. A transdisciplinaridade no processo de planejamento e gestão do ecoturismo em unidades de conservação. 2006. **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

STEVENS, P. O.; ÁLVARES-DA-SILVA, O.; SASSI, R. Estuário do Rio Paraíba: perda de habitat e fragmentação de ecossistemas em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. **Anais/Resumos da 64ª Reunião Anual da SBPC**. São Luís, MA, 2012. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/64ra/resumos/resumos/8946.htm>> Acesso em: 01 out. 2015.

TAKASAGO, M.; MOLLO, M. de L. R. A Economia do Turismo e a Redução da Pobreza e da Desigualdade no Brasil: o papel do Estado. In: **Turismo em Análise**, São Paulo, v.19, n.2, ago. 2008.

TEIXEIRA, A. R.; SOUZA, M.; WANDSCHEER, E. A. R. A emergência do associativismo enquanto forma de gestão de roteiros turísticos rurais. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G.; QUEIROZ, O. T. M. M. **Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local...** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.

VEIGA, J. E. **A Desgovernança Mundial da Sustentabilidade**. São Paulo: Editora 34, 2013.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2003.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri, SP: Manole, 2014.

WANDERLEY-FILHA, I.; AZEVEDO, F.F.; NÓBREGA, W.R.M.; ALBUQUERQUE, J.C. Planejamento e Políticas Públicas do Turismo: uma discussão teórica no contexto das Unidades de Conservação do Brasil. **Anais do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.4, nov-2013, p.27-44.

## **APÊNDICES**

## Apêndice I - Inventário fotográfico

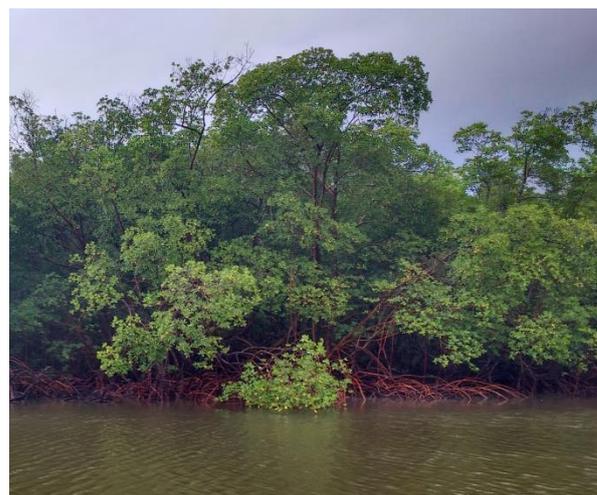
Trapiche (píer) possibilita o acesso aquaviário a comunidade



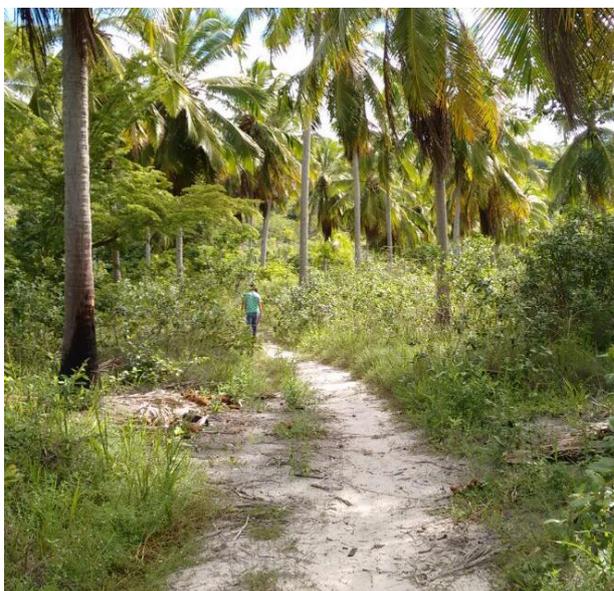
Atrativos Naturais - a esquerda a ilha da Restinga e direita, vista Forte Velho e o estuário



Atrativos naturais: rio da Guia, manguezais e trilha a Atalaia de Forte Velho



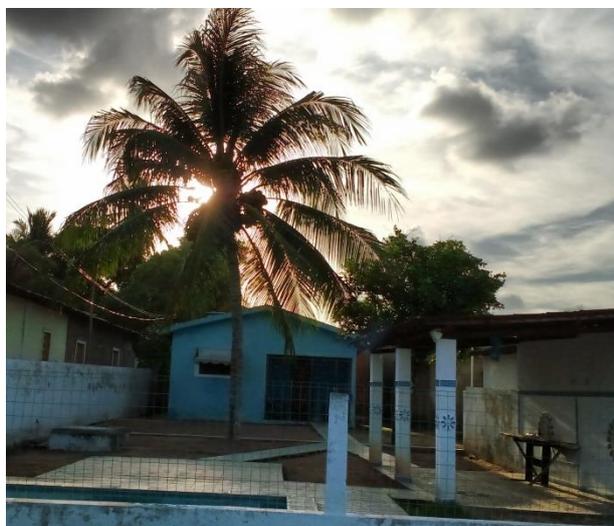
Realização de Trilha até a atalaia de Forte Velho sob a condução de um ator morador local. Mesmo em um ambiente degradado, foram observados pontos de interesse que poderiam ser aproveitados para interpretação do ambiente local - árvores nativas, fauna e contemplação da paisagem.



Atrações culturais - espaço central da comunidade - igreja de São Sebastião com decorações alusivas ao padroeiro local. Artesanato local. Antigas Cacimbas que fazem parte da história da comunidade.



Equipamentos voltados ao recebimento de turistas e visitantes: Bar do Ary; Restaurante e Bar Pessoinha; pousada e bar Paraíso e residência que é utilizada como hospedagem.



# Forte Velho

## - ROTEIRO TURÍSTICO DE BASE COMUNITÁRIA -

Forte Velho é uma povoação inserida as margens do estuário do rio Paraíba, com história, paisagens e cultura singulares. A visita a comunidade inclui a realização de trilhas e passeios de canoa guiadas por pescadores tradicionais da comunidade e almoço na comunidade.



### -PROGRAMAÇÃO DA VISITA-

- 08h00 Chegada na Comunidade/ Acolhimento. Local: Colônia de Pescadores (observação da história dos pescadores e da comunidade).
- 09h00 Trilha contemplativa e interpretativa nos resquícios de mata Atlântica até as ruínas da Atalaia de Forte Velho.
- 11h30 Retorno a comunidade para almoço em um dos restaurantes locais.
- 13h30 Visita a artesã para conhecer as peças de artesanato confeccionadas na comunidade e conhecer um pouco sobre o coco de roda.
- 14h10 Passeio de canoa pelo estuário do rio Paraíba.
- 16h - Retorno e despedida.

**Recomendações:** Forte Velho está aberta a sua visita, porém pedimos que contribua não sujando nossa comunidade e respeitando nossas tradições e cultura. Para seu conforto sugerimos o uso de roupas leves e calçados confortáveis. Leve com você bastante água e protetor solar.

**Apêndice III - Roteiro de Entrevistas**

Roteiro de entrevistas individuais realizadas na comunidade de Forte Velho, PB

- O/A sr./sra. é nascido(a) na comunidade de Forte Velho?
- Como era a comunidade no passado? Houve alguma mudança em comparação com os dias de hoje? Quais?
- Como as pessoas sobreviviam e ganhavam dinheiro na comunidade? Muitas pessoas saem da comunidade para buscarem melhores condições de trabalho?
- Como era a sua relação e a da sua família com os antigos donos das terras do lugar?
- Como era a sua residência e sua vida no passado?
- O ambiente local era mais conservado? A comunidade era mais verde? Tinha menos lixo? Pescava-se mais peixe no rio Paraíba?
- Quais os principais problemas (conflitos) enfrentados pela comunidade?
- Como o/a sr./sra. vê a atuação do governo no atendimento das necessidades básicas da população (saúde, educação, segurança pública, saneamento básico, acesso, dentre outras questões)?
- O/A sr./sra. observa o turismo na comunidade?
- O/A sr./sra. conhece alguém da comunidade que trabalha com turismo?

- O sr./sra. estaria disposto a participar de encontros (oficinas) para tratar sobre o turismo na comunidade?

- Dados gerais: nome, ocupação, escolaridade, contato.